



.....

MISSÃO RONDON



Mesa Diretora

Biênio 2002/2003

Senador José Sarney
Presidente

Senador Paulo Paim
1º Vice-Presidente

Senador Eduardo Siqueira Campos
2º Vice-Presidente

Senador Romeu Tuma
1º Secretário

Senador Alberto Silva
2º Secretário

Senador Heráclito Fortes
3º Secretário

Senador Sérgio Zambiasi
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador João Alberto Souza
Senador Geraldo Mesquita Júnior

Senadora Serys Slhessarenko
Senador Marcelo Crivella

Conselho Editorial

Senador José Sarney
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim
João Almino

Carlyle Coutinho Madruga
Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 8

MISSÃO RONDON

APONTAMENTOS SOBRE OS TRABALHOS REALIZADOS PELA
COMISSÃO DE LINHAS TELEGRÁFICAS
ESTRATÉGICAS DE MATO GROSSO
AO AMAZONAS, SOB A DIREÇÃO DO CORONEL DE
ENGENHARIA CÂNDIDO MARIANO
DA SILVA RONDON, DE 1907 A 1915

Publicados em artigos no
Jornal do Comércio
Rio de Janeiro em 1915



Brasília – 2003

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Vol 8

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexões sobre os destinos do país.

Projeto Gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2003

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70168-970 – Brasília – DF

CEEDIT@cegraf.senado.gov.br

<http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>

.....

Missão Rondon : apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas / sob a direção do Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. 284 p. – (Edições do Senado Federal; v. 8)

1. Projeto Rondon. 2. Expedição científica Roosevelt-Rondon. 3. Expedição exploradora, Brasil. 4. Linha Telegráfica, Brasil. I. Rondon, Cândido Mariano da Silva, 1865-1958. II. Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. III. Série.

CDD 910.9

.....

.....

Sumário

PREFÁCIO

pág. 13

Apontamentos sobre os trabalhos de construção da linha telegráfica

pág. 25

Populações indígenas encontradas
nos sertões de Mato Grosso

pág. 151

I – Os parecis

pág. 159

II – Os nambiquaras

pág. 173

III – Os kepikiri-uats

pág. 203

IV – Tribos do Ji-paraná

pág. 211

V – Os urumis

pág. 215

VI – Os ariquemes

pág. 219

VII – Os barbados

pág. 225

Exploração do rio da Dúvida e
entrevista com o Coronel Rondon

pág. 231

GRAVURAS

Integrantes do Escritório Central da Comissão

pág. 19

Índia bororo com a bandeira nacional

pág. 21

Pequeno índio ariqueme e Rondon tenente

pág. 23

Dança festiva dos índios bororos

pág. 37

Cacique bororo

pág. 49

Mãe bororo

pág. 51

Salto Utiariti

pág. 59

Outro aspecto do salto Utiariti

pág. 65

Cicê nambiquara

pág. 67

Emprego da pelota na passagem de um grande rio

pág. 75

Salto Belo

pág. 95

Turma de exploração do rio Jaci-paraná

pág. 123

O picadão de 45 metros de largura
pág. 131

Trecho do picadão da linha telegráfica na mata
pág. 147

Tipos bororos
pág. 149

Grupo de índios parecis do Estado de Mato Grosso, acompanhados
do fotógrafo da Comissão, Tenente L. T. Reis
pág. 155

Um grupo de índios nambiquaras
pág. 157

O Coronel Rondon distribuindo brindes aos índios parecis
pág. 165

Jogo originário dos índios parecis
pág. 167

Índias parecis conduzindo seus filhinhos
pág. 169

Os quatro primeiros nambiquaras que foram ao encontro
do Coronel Rondon no Juruena
pág. 171

Índios nambiquaras em visita à estação telegráfica
pág. 185

Nambiquara anuzê
pág. 187

Nambiquara taganani
pág. 189

Guerreiro nambiquara taganani
pág. 191

Guerreiro cocozu
pág. 193

Mulher cocozu
pág. 195

Milho indígena
pág. 197

Grupo de índios taiopas em visita ao Tenente Pirineus
pág. 199

Grupo de índios taganani, em visita ao Tenente Pirineus
pág. 201

O Coronel Rondon na aldeia do Cacique Tikeuê
dos kepikiri-uats (1913)
pág. 207

Pitada de rapé. Costume dos índios kepikiri-uats
pág. 209

Índios ariquemes pioia ambi
pág. 217

Uma família caripuna no rio Madeira
pág. 223

Índio caripuna (mestiço)
pág. 229

Coronel Roosevelt
pág. 259

Dr. Lauro Müller
pág. 261

Expedição Científica Roosevelt-Rondon
pág. 263

Naturalistas e médico incumbidos de trabalhos profissionais relativos
à Expedição Científica Roosevelt-Rondon
pág. 265

A primeira onça caçada pelo ex-Presidente Roosevelt,
na Fazenda das Palmeiras
pág. 267

Acampamento da cabeceira das Perdizes
pág. 269

Rio da Dúvida (Roosevelt) – Preparativos para a partida da Expedição
pág. 271

Inauguração do marco do rio Roosevelt
pág. 273

Encontro em Manaus das duas turmas do Ji-paraná e do Papagaio
pág. 275

Varação das canoas para contornar o
salto Navaité
pág. 277

ÍNDICE ONOMÁSTICO
pág. 279

.....

*Prefácio**

CONTAM contemporâneos seus da Escola Militar que, no tempo de estudante desse instituto de ensino, tinha Cândido Rondon um ideal constante, que era o de retalhar o seu estado natal por uma rede telegráfica que ligasse todos os seus povoados, ainda os mais longínquos, à capital.

Se é certo que uma grande vida é muitas vezes o reflexo de um grande pensamento da juventude, levado a efeito na idade madura, conforme a frase célebre que os positivistas gostam tanto de repetir, não resta dúvida de que o nosso eminente patrício cumpriu dignamente a missão de um espírito superior, antevista e afagada desde os verdes anos.

Ele começou justamente por aí a sua vida profissional.

Através dessa rede telegráfica, pelo seu movimento, pelas suas correspondentes estradas, via o seu grande estado abrir-se à civilização, reunir as suas forças esparsas, quase perdidas, convergir os elementos

* Este Prefácio reproduz a introdução da série de artigos publicados pelo *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, em 1915, os quais, aqui reunidos, compõem este livro sobre tão importante missão. [Nota do editor.]

da sua imensa riqueza para os portos naturais de saída, preparando-se desse modo para entrar efetivamente na comunhão dos outros estados, de que o afastavam morosíssimos dias de viagem – malgrado as antigas vias fluviais que descem de Cuiabá a Corumbá e daí à foz do Prata.

Rondon, porém, foi além dos seus sonhos de moço: não só cobriu o território mato-grossense de linhas telegráficas, como ainda veio a ligá-lo depois ao resto do Brasil e – o que é mais, muito mais – escalou os sertões ínvios, desde as remotas plagas dos bororos aos domínios dos mundurucus, sendo o primeiro a rasgar as matas misteriosas, em cujas ásperas dificuldades cinco expedições anteriores se haviam malogrado.

De um só passo, estabeleceu uma união territorial, que até então parecera intangível, e povoou o deserto que, por centenas de léguas, se estendia, mostrando nessa dupla tarefa o alto valor da energia humana, quando é guiada por um ideal superior.

Dous traços bastam dessa travessia homérica para caracterizar a envergadura do Coronel Rondon:

Um dia, estando a maior parte dos seus homens exaustos e doentes e apresentando o próprio Coronel Rondon 41 graus de febre, o médico da expedição, que era o Dr. Tanajura, intimou-o a que regressasse, por lhe parecer fatal a todos a continuação da viagem, especialmente ao chefe depauperado e, mais do que todos, atacado do mal. Rondon respondeu-lhe que o chefe da expedição era o único dos seus membros que não podia voltar atrás; que fossem, pois, examinados e mandados regressar todos os doentes que precisavam dessa providência; ele, porém, seguiria sempre, ainda que ficasse só. No dia anterior, tinha andado seis léguas a pé.

Doutra vez, quase no termo da viagem, quando a cansada e reduzida comissão esperava fazer, com relativa suavidade, o resto da etapa, eis que um rio caudaloso se lhe depara, obstruindo o caminho infinito. Por esse tempo nenhum só homem, inclusive o chefe, deixava de ter febre diariamente. Os pobres soldados arriaram, pois, por terra, aniqui-

lados e sem esperança, dispostos a acabar ali aquela vida de sofrimentos e trabalhos inauditos. Rondon, num relance, viu prontamente a gravidade da situação, e, sem perda de tempo, organizou, com um couro de boi, uma pelota; e, apesar de enfraquecido como se achava, começou a atravessar a nado o rio, arrastando de cada vez um companheiro sobre a improvisada embarcação. Depois de ter executado várias vezes essa penosa façanha, os soldados restantes, animados por tão edificante exemplo, trocaram o abatimento em que se achavam por um derradeiro esforço, e passaram a ajudar o seu chefe.

Foram rasgos como estes que salvaram a expedição e permitiram a tenebrosa travessia, inutilmente tentada desde o Barão de Langsdorff até nossos dias.

A vida do Coronel Rondon constitui, como se vê, um exemplo, um estímulo para a mocidade; e só por isso a damos aqui sumariamente, nas suas linhas gerais.

Cândido Mariano da Silva Rondon nasceu, órfão de pai, no lugar denominado Mimoso, nas cercanias de Cuiabá, a 5 de maio de 1865. Aos dois anos, perdeu sua mãe; foi então entregue aos cuidados de seu avô, em cuja companhia aprendeu a ler, e depois enviado ao seu tio paterno e tutor, Manuel R. da Silva Rondon, em Cuiabá. Aí, matriculou-se no Liceu, obtendo aos 16 anos o diploma de professor público. Por falta de recursos que lhe permitissem estudar de outro modo, assentou praça em novembro de 1881, com o fim de se matricular na Escola Militar. Não tendo obtido matrícula no ano seguinte, foi, pelas suas habilitações, nomeado amanuense do quartel-mestre-general, aproveitando as folgas para fazer exame na Instrução Pública. Matriculou-se na Escola Militar do Rio de Janeiro em 1883; em 1886, foi nomeado alferes-aluno; e, em 1889, concluiu o seu curso, após a proclamação da República, em que tomou parte como legionário daquela escola. Recebeu o grau de bacharel em Matemática, Ciências Físicas e Naturais em 1890, ano em que foi promovido a 2^o e 1^o tenente.

Data daí a sua peregrinação pelos sertões desconhecidos.

Nomeado, logo depois de promovido, ajudante da comissão de linhas telegráficas de Cuiabá ao Araguaia, chefiada pelo então Coronel Gomes Carneiro, meses depois fez a primeira travessia dessas regiões e foi o único expedicionário que a levou a termo. No decurso desses trabalhos, Benjamin Constant, seu mestre e grande apreciador, nomeou-o substituto numa cadeira de Matemática da Escola Militar, cadeira que, cumulativamente à de Astronomia, veio a reger mais tarde, terminada a sua primeira comissão.

Em 1892, acentuando-se as suas crenças positivistas, pediu demissão do cargo de professor, por lhe parecer essa função incompatível com as regras que lhe prescrevia a sua religião.

Foi então nomeado chefe do distrito telegráfico de Mato Grosso, com 100 léguas de sertão, e encarregado da conservação da linha de Cuiabá ao Araguaia, linha em que, como já se viu, colaborou em 1890. Fez por essa ocasião notáveis melhoramentos nas linhas e construiu casas para os seus funcionários, até então alojados em ranchos de sapé. Foi graduado no posto de capitão em setembro de 1892.

Em abril do ano seguinte, foi chamado ao Rio de Janeiro pelo Marechal Floriano Peixoto, que o encarregou da construção duma estrada estratégica ligando Cuiabá ao Araguaia, com inúmeras obras-de-arte indispensáveis. Meteu logo mãos à empresa, cujos trabalhos foram suspensos em começo de 1894, pelo Governo Prudente de Moraes.

Novamente mandado para o seu distrito telegráfico, apenas com a verba destinada à conservação, executou, com milagres de economia, a reconstrução da linha interrompida.

Regressou ao Rio em 1898 e foi nomeado auxiliar técnico da Intendência-Geral da Guerra. Em 1900, partiu novamente para Mato Grosso, como chefe da construção duma linha telegráfica de Cuiabá a Corumbá, com ramificações para Aquidauana e Forte de Coimbra – obra essa reputada de difícilíssima execução, em virtude de inúmeros trechos de igapó que tornavam impraticável grande parte da região que deveria receber os postes. Apesar da escassez dos recursos, agravada

por tropeços e contratemplos de toda a sorte, Rondon levou a bom-termo essa nova missão, e, a 1^a de janeiro de 1904, era a linha inteiramente inaugurada.

No decurso dessa comissão, foi, em 1903, promovido a major.

Resolveu depois o Governo prolongar a linha do sul do Estado, levando o telégrafo a Nioaque, Miranda, Porto Murtinho, Margarida e Bela Vista, na fronteira com o Paraguai, e foi Rondon escolhido para essa grave empresa. O desenvolvimento da primitiva missão permitiu-lhe fazer importantes explorações que tornaram conhecidas regiões vastíssimas, determinar a posição geográfica de vários pontos e travar conhecimento com inúmeras tribos desconhecidas, cuja amizade conquistou com o seu trato ameno.

Em 1906, estava concluída essa comissão.

Rondon, que nesse ano chegara com a linha a Bela Vista, voltou a Cuiabá e partiu daí para esta capital, onde vinha organizar as plantas e o relatório dos serviços.

O resultado desse relatório foi o encargo doutra missão, a maior de todas, da qual foi incumbido pelo Presidente Afonso Pena e que tornou o seu nome estimado de quantos brasileiros prezam a terra em que nasceram. Resolvendo o Sr. Afonso Pena construir a linha-tronco de Mato Grosso ao vale do rio Madeira, para depois a levar ao Acre, a Purus e Juruá, como também a Manaus, convidou Rondon para chefiar essa nova comissão, que era, por assim dizer, um complemento das que já desempenhara. Aceito o convite, sem vacilações, Rondon imediatamente elaborou, com o Ministro Calmon, as instruções publicadas no Diário Oficial em maio de 1907.

Tão grande era o acervo de serviços – explorações geológicas, geográficas, botânicas e mineralógicas a efetuar, posições a determinar, mediante coordenadas, tribos a conquistar, tudo num terreno aspérrimo – que quase não houve profissional que não o julgasse impraticável.

Um deles chegou a vir a público demonstrar essa inexecutabilidade e propor, em contraposição, o lançamento dum cabo subfluvial.

Houve, felizmente, outro profissional que saiu a campo e, com a responsabilidade do seu nome, não menos acatado, defendeu o projeto e as suas instruções.

Rondon deu ao assunto, três anos após, o argumento decisivo: a sua gloriosa travessia, começada em 1907 e terminada em 1910, com a saída da comissão nas águas do Madeira.

É essa travessia imortal e os trabalhos subseqüentes, realizados sob a direção de Rondon, que se vão conhecer na série de artigos que hoje iniciamos, depois de ouvir o ilustre sertanista e alguns dos seus companheiros de peregrinação, e de compulsar documentos valiosos que nos foram gentilmente oferecidos pelo Escritório Central da Comissão Rondon, no Rio de Janeiro.



Photo. reprod. Com. Rondon

Missão

Integrantes do Escritório Central da Comissão



Photo. reprod. Com. Rondon

Missão

Cuiaire
Moça bororo de S. Lourenço
Esta do de Mato Gros so



Photo. reprod. Com Rondon

Missão

Pequeno índio ariqueme e Rondontenente

APONTAMENTOS

.....

I

E

STES apontamentos têm de versar sobre um dos mais gigantescos empreendimentos até hoje realizados entre nós, com o fim de desbravar regiões ainda selvagens do território da nossa Pátria e entregá-las à vida civilizada.

Sob muitos aspectos, tal empreendimento constitui uma completa inovação nos processos anteriormente empregados para a abertura dos sertões brasileiros, porque só então se procedeu segundo um plano previamente estabelecido e metodicamente desenvolvido.

De fato, a obra iniciada e levada a termo pelo Coronel Rondon não consistiu em considerar por uma só das suas faces o problema oferecido por aqueles territórios; ao contrário disso, atacou e resolveu em toda a sua complexidade, fazendo convergir para um objetivo único, como partes conexas e necessárias da mesma construção, os trabalhos que, em outros sertões, tinham sido realizados separadamente, sem idéia alguma do conjunto.

Antes do Coronel Rondon, muitas expedições dirigidas por homens de reconhecida competência científica percorreram o interior do Brasil, ora com o fito de descobertas geográficas, ora para estudos etnográficos, ou ainda visando outros fins, em geral de alcance puramente especulativo. Os resultados das investigações assim realizadas não

se articulavam, porém, como elementos necessários dum projeto anteriormente delineado para se conseguir a ocupação do território explorado ou o aproveitamento das riquezas nele descobertas, e, muito menos, para se darem os meios de assimilar aos da nossa civilização os costumes dos indígenas. De maneira que as terras, os rios e as populações, dessa forma desvendados, continuavam estranhos à nossa vida nacional.

Quando, mais tarde, a esses lugares começavam a chegar os primeiros civilizados, quer fossem levados por um simples movimento de iniciativa particular, quer para a realização de algum trabalho autorizado pelo Governo, a ocupação se iniciava e prosseguia sem outra orientação, senão a que era ditada pelas inspirações incoerentes dos interesses individuais, ou dos de empresas de fins especialíssimos, naturalmente absorvidas por preocupações de ordem técnica e outras que só podiam interessar à sua própria existência.

A tomada de posse do sertão fazia-se, pois, ao acaso, com grande sacrifício de vidas, de esforços e de capitais. E, como tal movimento precedia de muitos anos qualquer pensamento do Governo de o fazer acompanhar de medidas de policiamento, o resultado era ficar o novo núcleo de população entregue à prepotência dos maus instintos de elementos perversos, fugidos à perseguição da justiça das cidades.

Decerto, todos sofriam enquanto perdurava semelhante estado de coisas; mas a situação mais precária e digna de lástima era aquela a que ficavam reduzidos os antigos moradores do território recém-ocupado.

Aludimos aos indígenas. A esses só lhes restava escolher entre a morte, defendendo a arco e a flecha as suas florestas e famílias ou a sujeição a serem espoliados das suas terras e a ficarem reduzidos à miséria e às últimas abjeções do alcoolismo e da prostituição.

Por isso as comissões, que se tinham encarregado de desvendar os segredos geográficos, botânicos, etnográficos, etc., do sertão, ulterior movimento de ocupação; e este se iniciava e consumava, como se nunca tivessem existido as sábias conclusões científicas divulgadas por aquelas.

Tais inconvenientes não se deram na abertura do vasto sertão do extremo noroeste de Mato Grosso porque aí os trabalhos de reconhecimento e determinações geográficas, do estudo das riquezas minerais, da constituição do solo, do clima, das florestas e dos rios se fizeram ao

mesmo tempo e acompanharam *pari passu* os de construção da linha telegráfica, do traçado de estradas de penetração, do lançamento de fundações de futuros centros populosos, de instalação das primeiras lavouras e dos primeiros núcleos de criação de gado. Numa palavra: a exploração científica do território e a sua incorporação ao mundo civilizado formaram os elementos necessários dum só empreendimento.

E para que nada faltasse a essa obra já de si tão grandiosa, juntou-lhe o Coronel Rondon a solução dos problemas que, por todas as regiões ainda selvagens da América, andam ligados ao estabelecimento dos primeiros contatos entre civilizados e aborígenes.

Graças aos esforços de exclusiva iniciativa do benemérito sertanista, graças à sua coragem moral e inquebrantável firmeza do seu carácter, que o sustentaram no caminho aberto por uma concepção nova e original desses problemas e do modo de os resolver, na conquista do noroeste mato-grossense, não se tiveram de lamentar as cenas bárbaras, ultrajantes da nossa civilização, de que foram teatro outros sertões do Brasil, onde os *civilizados* penetraram e se estabeleceram de arma em punho, matando e exterminando as respectivas populações indígenas.

Ao contrário de tudo quanto até então se tinha visto e se sabia ter sido feito, dentro e fora do Brasil, para se conseguir a ocupação de regiões bravias, assistimos ao espetáculo inteiramente inédito do Coronel Rondon entregar à pátria, não só um território ainda desconhecido, mas também toda a população que nele existia, já mansamente afeiçoada à nossa gente e preparada para receber as modificações dos nossos usos e costumes, da nossa vida e da nossa indústria.

Com o que temos dito até aqui, visamos apenas antecipar o juízo que naturalmente não deixará de ser formado por quem quer que tenha ou venha a ter conhecimento integral dos trabalhos realizados pelo Coronel Rondon na chefia da Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas. Todos verão que esses trabalhos se revestem dum carácter inconfundível com os de precedentes expedições, que se notabilizaram prestando ao Brasil inolvidáveis serviços na obra já secular da conquista e da civilização do seu vasto *hinterland*.

Os serviços prestados pelo Coronel Rondon, numa ação que se sustenta há já um quarto de século, abrangem um campo muito mais vasto e complexo do que esse de assimilação de territórios inexplorados

e das respectivas populações autóctones ao nosso meio civilizado. Eles compreendem, antes de tudo, uma série de obras reclamadas por necessidades inadiáveis da defesa militar das nossas fronteiras e da conservação da nossa dignidade de nação autônoma e zelosa da sua independência política.

Para se poder formar uma idéia desses trabalhos é que fizemos esta exposição, narrando as condições em que Rondon iniciou a sua gloriosa carreira e os encargos de que se desempenhou, antes de concluir o grande empreendimento de desbravamento dos sertões do noroeste mato-grossense.

Abrangerão as nossas informações os seguintes pontos interessantes:

I. Expedições para reconhecimento do traçado das linhas e explorações geográficas dos sertões.

II. Construção da linha-tronco e ramais, e trabalhos anexos.

III. Principais resultados das explorações geográficas e riqueza dos sertões do noroeste mato-grossense.

IV. Populações indígenas encontradas nesses sertões; contactos e relações estabelecidos entre elas e a Comissão Rondon.

V. Expedição Roosevelt para determinação do curso do rio da Dúvida.

No primeiro desses pontos, estão incluídos: o estudo do traçado do ramal de S. Luís de Cáceres; a primeira expedição de penetração no sertão, para descobrimento do rio Juruena, em 1907; segunda expedição de penetração no sertão até a serra do Norte, em 1908; terceira expedição de penetração, de Tapirapuã, no rio Sepotuba (afluente do Paraguai), a Santo Antônio do Madeira, em 1909, e as ulteriores expedições para reconhecimento e levantamento dos cursos dos rios Jaci-paraná, Jamari, Ji-paraná, Iquê, Juruena, Arinos, S. Manuel e do Sangue.

.....

II

E

M 1888, o Governo do Império, cedendo à pressão da evidência dos fatos que, há muito tempo, clamavam pela necessidade de se acudir à segurança do país, do lado de Mato Grosso, mandou iniciar a construção duma linha telegráfica que, partindo de Franca e passando por Uberaba, demandasse Goiás, com o fito de mais tarde atingir Cuiabá.

A direção dessa obra foi confiada ao General Cunha Matos.

Era, porém, tão premente a urgência de se tirar Mato Grosso do isolamento em que jazia que, no ano seguinte, o mesmo Governo se viu obrigado a adotar medidas tendentes a acelerar a terminação daqueles trabalhos, criando para isso outra turma de engenheiros militares, encarregados de atacar a construção da linha de Cuiabá para um ponto do rio Araguaia, onde ela se deveria encontrar com a que avançava de Goiás.

Tais providências, porém, não produziram o desejado efeito e a proclamação da República veio encontrar as duas comissões quase ensaiando os primeiros passos, antes de afrontarem as dificuldades do sertão.

Deodoro, que pouco antes estivera de observação nas fronteiras, com um corpo do Exército, tinha, por experiência própria, conhecimento de quão urgente se tornava a tarefa de se estabelecer a ligação telegráfica de Mato Grosso com a capital do país. Não menos radical era, nesse assunto, a opinião de Floriano Peixoto.

De resto, tais eram as dificuldades acumuladas pela política do Império, nas suas relações com as repúblicas platinas, que essas relações haviam atingido o máximo de tensão ainda compatível com a esperança de se evitar uma calamitosa explosão.

Não havia, pois, tempo a perder. Floriano, primeiro como ajudante-general do Exército e, logo depois, na qualidade de ministro da Guerra, tratou de apressar o andamento daquelas obras, imprimindo-lhes um impulso vigoroso e decisivo. Para isso reorganizou as duas comissões confiando a chefia da primeira ao então Coronel Ewerton Quadros e a da segunda ao Major Gomes Carneiro, que foi depois o herói do cerco da Lapa.

Os trabalhos por este iniciados em 1890 e prosseguidos com intensa atividade, segundo os métodos usados em construções expeditas, terminaram no último dia de abril do ano seguinte.

No curto período de 13 meses, Gomes Carneiro estendeu 514 quilômetros de fios telegráficos, desde Cuiabá até o rio Araguaia. Ewerton Quadros, partindo de Goiás, só atingiu esse ponto sete meses mais tarde, isto é, em dezembro.

Foi na execução dessa grande obra, realizada no meio de graves apreensões patrióticas, que se inaugurou a carreira de sertanista do Coronel Rondon.

Em 1889, quando Gomes Carneiro o convidou para ir tomar parte nos trabalhos da construção da linha, na qualidade de seu ajudante, Rondon aceitou gostosamente o convite e, abandonando a vida que se lhe oferecia sob os mais favoráveis auspícios na cidade, internou-se no sertão, onde, num labutar quase incessante de 25 anos seguidos, veio construindo, ao lado dos seus trabalhos, esse admirável edifício, que é mais do que o da glorificação do seu nome, porque constitui uma das mais decisivas manifestações da índole, do caráter e do sentimento da alma brasileira, feita de desinteresse, de arrojo e de devotamento a idéias nobres e alevantadas.

Terminada a construção da linha de Cuiabá ao Araguaia, em 30 de abril de 1891, voltou Rondon ao Rio de Janeiro, onde assumiu a regência da cadeira de Astronomia e a repetição da de Mecânica Racional, na Escola Militar.

A instâncias, porém, de Gomes Carneiro, que se tornara seu grande admirador, já no ano seguinte, 1892, Rondon regressava para Mato Grosso, nomeado chefe de Distrito e Inspetor permanente dos destacamentos militares instalados ao longo da linha telegráfica – cargos esses que desempenhou até 1908. Dentro desse período, reconstruiu a linha de Cuiabá, transformando em obra definitiva e duradoura o que até então era uma simples construção executada pelos métodos chamados de *campanha*.

Ainda na vigência dessa comissão, em 1894, tendo surgido na política internacional motivos para certas apreensões e tornando-se por isso necessária a adoção de medidas acauteladoras dos interesses das nossas longínquas fronteiras, foi Rondon encarregado pelo Marechal Floriano de adaptar o picadão da linha telegráfica às condições duma estrada de rodagem. Esses trabalhos, vigorosamente atacados, não se concluíram, porque, no decurso da sua execução, se desfez a nuvem ameaçadora que, por algum tempo, pairara sobre as nossas cabeças.

O último semestre de 1899 passou-o Rondon no Rio, desempenhando o cargo de auxiliar técnico da Intendência-Geral da Guerra, que acabava de ser reorganizada.

Já por esse tempo se havia tornado bastante sensível a insuficiência da ligação telegráfica de Cuiabá ao Rio, para nos garantir a defesa das vastas e desguarnecidas fronteiras mato-grossenses.

A conveniência de dotar Corumbá com aquele processo de comunicações rápidas e seguras era reconhecida desde os tempos da monarquia. Nesse sentido três tentativas se haviam feito. A primeira, realizada pelos engenheiros militares Jaques Ourique, Mendes de Moraes e outros, por ordem de Deodoro, quando esteve com o corpo de Exército de observação na fronteira de Mato Grosso, visava ligar aquela cidade à capital da província; a segunda, projetada e apenas iniciada por Ewerthon Quadros, tinha por mira chegar ainda àquela cidade, partindo de Uberaba e passando por Coxim; e, finalmente, a terceira deveria ter o mesmo ponto terminal que a precedente, saindo, porém, duma estação da linha de Cuiabá ao Araguaia.

De todas essas tentativas foi a terceira, dirigida pelo então Major Bento Carneiro Monteiro, a única que chegou a estender cerca de

uma centena de quilômetros de fios, não passando, todavia, do rio S. Lourenço.

Agora, porém, cuidava-se de fazer obra muito mais extensa e completa do que a de todos esses projetos. Pelo novo plano, organizado no novo Departamento da Guerra, tornava-se preciso encerrar os principais pontos estratégicos dos confins do Brasil com o Paraguai e a Bolívia, nas malhas duma grande rede telegráfica, cujos fios, enfeixando-se em Cuiabá, permitissem ao governo central e à nação estar em constante comunicação com aquelas longínquas paragens do nosso território e sobre elas exercer ativa e proveitosa vigilância. Para essa empresa, era forçoso contar com dificuldades maiores do que as que se costumam encontrar no interior do Brasil, desde que se tenham de transportar fardos consideráveis, garantir a subsistência de pessoal numeroso e utilizar os serviços de muitos homens, porque o principal teatro de operações de tal empresa seriam os insondáveis pantanais do Paraguai.

Foi ainda a Rondon que o Governo da República, em 1900, sendo ministro da Guerra o Marechal Mallet, confiou a execução das obras desse projeto, diretamente formulado sobre considerações que dizem respeito aos meios de se salvaguardarem interesses vitais da nação.

Os trabalhos de construção dessa rede abrangeram o período compreendido de 1900 a 1906, ano em que ela ficou acabada, com 1.746 quilômetros e 813 metros de fios, servindo 17 estações. A fronteira do Paraguai ficou ligada por dous pontos principais – Porto Murtinho e Bela Vista – e a da Bolívia por outros dous – Corumbá e Coimbra –, sem contar com um terceiro, S. Luís de Cárceres, sede, como os demais, de estacionamento de forças militares, mas não colocado, como aqueles, quase sobre a linha que marca a terminação do território brasileiro.

No desempenho desta importante comissão, não se limitou Rondon a executar as obras indispensáveis à cabal instalação dos serviços telegráficos de que fora encarregado: mas, desdobrando a sua prodigiosa atividade, realizou uma série enorme de explorações tendentes a desvendar os segredos dos pantanais, executando estudos geográficos, fazendo a determinação precisa das coordenadas de pontos que poderiam servir de base a futuras operações geodésicas, de tal sorte que, depois disso, a vastíssima região sul-mato-grossense se tornou uma das mais bem conhecidas de todo o território nacional, não só do ponto de vista

cartográfico, mas também dos relativos à sua população, riquezas naturais do solo, sua capacidade de produção, recursos atuais, vias de comunicação e outros elementos necessários para facilitar qualquer ação posterior do Governo naquelas paragens.

Infelizmente os relatórios em que se acham consignados estes trabalhos e estudos e que foram entregues a tempo aos Ministérios da Guerra e da Viação, jazem ainda sumidos no fundo dalguma prateleira dos arquivos daquelas repartições, de envolta com os inúteis calhamaços da burocracia indígena. Vários estudiosos – como o Sr. Barão Homem de Melo, que deles se serviu para o traçado do mapa de Mato Grosso no seu *Atlas* – os têm consultado e tirado proveito do riquíssimo manancial de informações que eles oferecem a respeito de tudo quanto interessa àquela região, para a confecção de projetos dos novos empreendimentos que se vão realizando.

Procuramos nas linhas anteriores dar uma idéia dos trabalhos prestados pelo Coronel Rondon, no período compreendido entre 1890 e 1906. Por essa descrição, porém, apenas se poderá ver um dos aspectos da obra por ele realizada. Procuraremos analisar outros aspectos desse monumental trabalho; e do estudo feito se concluirá que comissões de objetivo originariamente estratégico, nas mãos de Rondon, assumiram o caráter de empreendimentos de larga envergadura científica, civilizadora e política.

Já aludimos aos trabalhos com que ele enriqueceu os conhecimentos geográficos da vasta região do sul de Mato Grosso. No entanto, não devemos daí inferir que a sua alma seja de feição a tirar o impulso dos seus mais íntimos movimentos, do gozo de surpreender novos incidentes topográficos e a inflamar-se diante da fria contemplação das cousas da natureza morta. Se tivermos de lhe chamar geógrafo – que o tem sido e eminente – deveremos entender esse título no sentido com que ficou, depois de ter sido realçado pela figura humaníssima de Cândido Rondon, que, naquela região, quando profundamente a estuda, só o faz pelo amor infinito que sente pelo homem que a habita e pelos

meios de que assim fica armado para melhor o servir e beneficiar, desbastando-lhe as rudezas selváticas, domesticando-o e sociabilizando-o.

Não existissem, nos bravios sertões da nossa pátria, populações desprotegidas, sofredoras e até mesmo perseguidas e flageladas, e certamente ele se não teria entregue, de corpo e alma, a essa ingente missão, obrigado a manter, em cinco lustros seguidos, uma inconcebível atividade física, para vencer, numa luta sem tréguas, o cansaço de intermináveis viagens a pé, a cavalo e em canoa; agora, debaixo de aguaceiros diluvianos, logo requemado pelas ardentias duma canícula impiedosa; sempre mal alimentado, muitas vezes sem alimento algum e curtindo as torturas da sede; outras vezes, obrigado a palmilhar léguas e léguas, carregando o peso da sua própria bagagem, tremendo de febre, sob a influência agônica dum acesso palúdico. Depois, as noites maldormidas, quase sempre ao relento, exposto às intempéries; ausentes todos os carinhos e confortos do lar amantíssimo; privado, não por dias, não por meses, mas por anos e anos, do convívio da família e da sociedade; e só através das nuvens de saudades infindas entrevedo as imagens queridas da esposa nobilíssima e dos filhos estremecidos...

A tão grande empreendimento se devotou o Coronel Rondon, pelo sentimento de compaixão de que se encheu a sua alma, quando viu e conheceu o estado de miséria e de abandono em que viviam as populações sertanejas. Destas, porém, havia uma desgraçada e mais carecedora de piedade do que todas as outras, porque vivia repelida de toda a parte e por todos, sem poder encontrar, nem nos últimos recessos das matas seculares em que procura abrigo para as relíquias da sua raça infeliz, a paz e o sossego de que precisava, para criar os filhos e proteger as suas mulheres e irmãs contra a suprema injúria de bestiais conspurcações.

Para ela se voltou, como era de justiça, grande parte do esforço que Rondon começou a desenvolver nos sertões, desde os primeiros passos da sua gloriosa carreira de sertanista.



Photo reprint, Com. Exonias

Missão

Dança festiva dos índios bororos
Rio São Lourenço – Estado de Mato Grosso

.....

III

A LINHA de Cuiabá ao Araguaia atravessa no vale do rio das Garças, uma região habitada por numeroso grupo da grande nação dos bororos. Estes índios, nos tempos coloniais, estiveram durante algum tempo em relação amistosa com os portugueses, aos quais prestavam serviços nas viagens entre Cuiabá e Goiás. Depois, por terem os portugueses praticado atos de violência contra as mulheres, essas boas relações se interromperam e foram substituídas pelo estado de guerra. Os índios começaram a atacar as tropas que vinham de Cuiabá e conseguiram destruir algumas; o tráfego por aquela estrada tornou-se difícil e perigoso.

Os portugueses armaram várias expedições militares, auxiliados por fortes bandos de guerreiros da nação dos caiapós, mas, ainda assim, não conseguiram conter os destemidos bororos.

Estes fatos ocorreram em fins do século XVIII e, desde essa época até 1890, data do início dos trabalhos, já referidos, do Major Gomes Carneiro, mantiveram-se sempre vivas as hostilidades entre os índios e os civilizados, sem que o Governo adotasse providência alguma para fazer cessar tão anômalo quão desgraçado estado de cousas.

Em 1890, Gomes Carneiro, que era uma grande energia servida por uma alma primorosa, fez publicar naqueles sertões que tomava a

si a defesa dos bororos e que faria castigar severamente qualquer pessoa que viesse a praticar atos de hostilidade contra aqueles índios.

Esta medida melhorou consideravelmente a situação dos habitantes do rio das Garças. Em 1892, quando Rondon voltou a Mato Grosso, como engenheiro-chefe do Distrito Telegráfico e encarregado da construção definitiva da linha de Cuiabá ao Araguaia, um dos seus primeiros cuidados foi desenvolver e completar a ação iniciada por Gomes Carneiro; e com tanto acerto agiu nesta emergência, que teve a satisfação de ver, logo no ano seguinte, os seus esforços coroados do mais completo êxito.

De então para cá, as relações entre os civilizados e esses habitantes do rio das Garças têm sido de completa paz. Depois disso, não se repetiram os assaltos que, havia já um século, punham em constante risco as comunicações de Goiás com Mato Grosso; e tornou-se possível aos padres salesianos, algum tempo depois, abrir, nas imediações da estação Gomes Carneiro, um estabelecimento agrícola em que trabalham muitos desses índios.

No sul de Mato Grosso abundam os restos de antigas e numerosas tribos indígenas.

Profundamente pacíficos, embora descendentes de nações outrora muito aguerridas, esses índios vivem, em grande parte, promiscuamente com os civilizados e empregam-se, como camaradas, nas fazendas de criação, de lavoura, de extração da erva-mate, etc. Alguns ainda apresentam vestígios da sua primitiva organização de tribo; outros, porém, vivem dispersos, no meio da grande população do Estado. Entre os primeiros estão os cadiueus que, na história de Mato Grosso, se celebrizaram com o nome de guaicurus, terríveis e valerosos índios cavaleiros, que, entre as suas memoráveis façanhas, contam a da tomada do forte de Coimbra; os terenas e quinquinaus, heróicos defensores da passagem do Piqui, no rio Aquidauana, que combateram vitoriosamente contra uma coluna invasora de paraguaios, a qual se viu forçada a sustar, nesse ponto, por dous dias, a sua marcha sobre Coxim; os guatós, *eternos canoeiros*, na classificação de Couto Magalhães e restos da grande nação de ofaiés, habitantes das cabeceiras dos rios Negro e Taboco. Entre os segundos citaremos os guanases, que antigamente habitavam o rio Cuiabá.

Toda esta população vivia no meio da maior miséria. Desalojados das suas terras, reduzidos a uma triste servidão, que nem se procurava disfarçar; sem o mínimo apoio nas leis, que pareciam ter sido feitas só para proteger os direitos, reais ou imaginários, dos seus truculentos opressores; desamparados pelas autoridades que se não dignavam ouvir as suas queixas, nem reprimir atentados levados a efeito contra as suas pessoas e as das suas mulheres e filhas – era a vida para esses índios um fardo tão pesado, tão triste e desgraçado como certamente seria aquele com que os duros espartanos flagiciavam os míseros ilotas.

Rondon, no meio das enormes dificuldades da construção da rede sul mato-grossense (1900-1906), achava tempo e vagar para acudir com o remédio adequado a diminuir tantos sofrimentos e tão grandes misérias e a refrear a insolência dos desalmados regulozinhos que infelicitavam aqueles sertões.

Foi assim, por exemplo, que Rondon conseguiu salvar os tereñas e quinquinaus, aldeados em Cachoeirinha e Ipegue, últimos pedaços de terras que ainda lhes restavam dos seus antigos e vastíssimos domínios. Ele, em pessoa, auxiliado pelo então alferes-aluno Nicolau B. Horta Barbosa, mediu essas terras, procedeu ao respectivo levantamento e depois obteve do governo do estado a expedição dum ato, em virtude do qual se reconheceu, com todas as formalidades legais, o direito de propriedade dos índios sobre aquelas glebas.

Das intervenções para proteger a segurança pessoal e a vida dos silvícolas, uma das mais características foi a que Rondon teve de desenvolver perante o governo do estado, por meio de representações, e, verificada a ineficácia desse meio, dirigindo-se diretamente ao principal culpado das violências que ele queria e conseguiu fazer cessar. Tratava-se de salvar o que ainda restava da tribo de ofaiés, das cabeceiras dos rios Taboco e Negro, os quais estavam sendo sistematicamente *caçados* e exterminados a tiros de carabina pelo Coronel José Alves Ribeiro, sob o pretexto de que os índios matavam, para comer, as reses das suas fazendas.

Para quem mora na cidade, nada mais fácil de conseguir do que isso de obter das autoridades que reprimam os atentados e até as simples ameaças contra a vida e a segurança pessoal dos indivíduos.

No interior do país, porém, uma cousa que se nos afigura tão simples e natural assume as proporções dum verdadeiro problema de

difícilima solução; e, em certas regiões dos estados longínquos, essa dificuldade é positivamente insuperável, máxime quando o delinqüente é algum potentado local e as vítimas humildes representantes das camadas anônimas da massa popular.

Por aí se poderá imaginar quanto custou a Rondon em energia, pertinácia e paciência, alcançar, não que o Governo se decidisse a reprimir as desumanas *caçadas* do Coronel Alves Ribeiro – coisa que parece ter ficado provado ser impossível de obter-se –, mas que o próprio Coronel Ribeiro se convencesse de que, assim procedendo, praticava atos execráveis e infamantes.

Foram exatamente esses trabalhos e os anteriormente enumerados que transformaram totalmente o aspecto da comissão de que Rondon fora encarregado, nos sertões de Mato Grosso, pelo Governo da República.

Graças a eles, uma expedição, de fins restritamente técnicos, tomou a feição duma grande missão civilizadora, de larga e benéfica influência, modificadora das rudes populações sertanejas.

Quando, em fins de 1906, Rondon se recolhia ao Rio de Janeiro, por haver terminado a construção da rede telegráfica nas fronteiras paraguaias e bolivianas, já o seu nome corria o Brasil, bafejado por uma suave aura de glória, que o recomendava à admiração e estima dos seus concidadãos agradecidos.

O governo do Sr. Afonso Pena projetava então uma série de medidas que completassem e assegurassem a incorporação, que se havia feito ao Brasil, dos territórios do Acre, do Purus e do Juruá.

Entre estas medidas figurava, em primeiro plano, a da construção duma linha telegráfica que, ligando a Capital da República àqueles territórios, tornasse possível exercer-se sobre eles, com a regularidade exigida pela magnitude dos interesses nacionais ligados àquelas regiões, a ação do Governo central.

O Presidente Pena empenhava-se vivamente pela pronta realização dessa obra gigantesca, da qual, disse ele pessoalmente a Rondon, dependia a solução doutros problemas de capital importância econômica, política e social.

Já existiam formulados dous projetos, um do Dr. Leopoldo Weiss e o outro do Dr. Francisco Bhering, este com parecer favorável do Clube de Engenharia.

O Presidente Pena já os havia estudado e conhecia-os a fundo; receava, porém, que nenhum deles pudesse ser executado, tão grandes eram as dificuldades que se tinham de vencer para estender uma linha de mais de dous mil quilômetros através do sertão bruto e das formidáveis florestas amazônicas. Pena mandou chamar Rondon a palácio; expôs-lhe, em largos traços, o que se projetava e interpelou-o:

– Acha exequível semelhante projeto naquelas zonas despoçadas e destituídas de recursos próprios?

– É só querer, respondeu-lhe Rondon.

– Pois eu quero, retorquiu o Presidente, e confio-lhe a execução desse trabalho.

Rondon tinha nessa ocasião convite para dous grandes empreendimentos no seu estado natal. O primeiro, formulado pelo Dr. Teixeira Soares, consistia nos estudos de exploração para o traçado do prolongamento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, de Jupiá a Cuiabá; O segundo, oferecido pelo Dr. Calmon, ministro da Viação, referia-se à construção do porto de Corumbá.

De todos esses trabalhos, preferiu ele os da construção da linha telegráfica porque, desde logo, ficou assentado, com o Presidente da República, que a nova comissão se encarregaria não só daquela construção como também de todos os trabalhos que se prendessem ao completo conhecimento da região que se ia atravessar, sob o ponto de vista geográfico, botânico e mineralógico e, mais ainda, do descobrimento das populações indígenas que lá existissem, as quais ficariam sob os cuidados da comissão, no intuito de se evitar que, para elas, a penetração dos seus territórios fosse acompanhada das calamidades e crueldades sofridas pelos habitantes doutras regiões, onde se haviam estabelecido estradas de ferro ou de rodagem, instalado linhas de navegação ou feito simples incursões de explorações geográficas, ou ainda de demarcação de limites.

Quanto ao traçado geral que deveria seguir a linha a construir, ficou decidida a adoção do projeto do Dr. Francisco Bhering, o qual, com algumas modificações, aconselhadas por estudos posteriores, con-

sistia em demandar a cachoeira de Santo Antônio do Madeira, partindo de Cuiabá pela divisória das águas do Paraguai e Guaporé com as do Tapajós e Ji-Paraná, para penetrar no divisor secundário do Jamari, até alcançar o ponto inicial da Estrada de Ferro do Madeira ao Mamoré. Deste ponto, devia a linha seguir para as sedes das prefeituras do Acre, Purus e Juruá. Seriam lançados vários ramais: um para a cidade de Mato Grosso, outro para o forte do Príncipe da Beira, o terceiro para um ponto fronteiriço do povoado boliviano de Santo Antônio dos Guajurus, no rio Guaporé, e, finalmente, o quarto para Manaus.

Por este projeto, as operações da comissão tinham de se desdobrar por dous estados: Mato Grosso e Amazonas. No primeiro, teriam de se estender por cerca de 250 léguas de sertão bruto, só conhecido dos silvícolas que o habitavam; e no segundo, teriam de romper 300 léguas de formidável floresta amazônica.

Assentados estes preliminares, organizou-se rapidamente a comissão, a qual, em vista da complexidade dos trabalhos de que ficava investida, se revestiu dum caráter misto, civil e militar, dependente dos Ministérios da Viação e da Guerra. Em seus traços gerais, constituiu-se de três seções: a primeira ficou encarregada da construção dum ramal que, partindo de S. Luís de Cáceres, iria ter à cidade de Mato Grosso, na fronteira boliviana; a segunda foi incumbida de construir a linha-tronco, de Cuiabá a Santo Antônio do Madeira; e, finalmente, a terceira ficou encarregada de proceder aos grandes reconhecimentos do sertão e aos estudos preparatórios para se poder fixar o traçado da linha-tronco. A direção dos trabalhos da primeira seção foi confiada ao Major Félix Fleuri de Sousa Amorim, a da segunda, aos Capitães Custódio de Sena Braga e Marciano de Oliveira Ávila – incumbindo-se o próprio Rondon de dirigir pessoalmente os trabalhos da terceira seção.

Constituída assim, em princípios de 1907, já em maio desse mesmo ano tinha a comissão iniciados os trabalhos das suas duas primeiras seções, as quais, depois de estabelecerem os seus acampamentos em Cuiabá e Caiçara, atacaram, respectivamente, a construção do ramal de S. Luís de Cáceres a Mato Grosso (antiga Vila Bela) e a da parte da linha-tronco, compreendida entre Cuiabá e Diamantino.

A 6 de junho, chegava Rondon ao acampamento de Caiçara, de onde partiu em reconhecimento do traçado do ramal de Mato Grosso.

Estavam assim instalados os serviços da Comissão das Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, cujos trabalhos deveriam absorver perto de oito anos de prodigiosa atividade e abranger os mais variados aspectos duma comissão de descobrimentos, estudos e assimilação de vastíssima região, inteiramente inculta e até então sem outra significação senão a duma misteriosa expressão geográfica, no conjunto do território brasileiro.

Foi a 6 de julho de 1907 que Rondon partiu do acampamento da 1ª seção, com destino à cidade de Mato Grosso – a antiga e lendária Vila Bela –, edificada pelos capitães-generais sobre o rio Guaporé, na fronteira boliviana. O objetivo dessa expedição era estudar e fazer o levantamento topográfico do traçado da linha que devia ligar esse ponto, de grande importância para o conjunto dos planos de policiamento militar das nossas fronteiras, à rede telegráfica da República, com a qual se deveria entroncar na estação de S. Luís de Cáceres.

Rondon seguiu a estrada construída pelos antigos capitães-generais, de Cuiabá a Vila Bela, através dos terrenos alagadiços da margem direita do Paraguai e dos campos da fazenda da Caiçara, famosa nas crônicas da capitania de Mato Grosso pelos seus riquíssimos depósitos auríferos, e hoje reduzida a simples tapera, de aspecto merencório, desolador. Depois o reconhecimento alcançou o rio Jauru, em terras da fazenda de Cachoeira, no porto de Salitre, nome este que Rondon mudou para o de *Porto Espiridião*, em homenagem à memória do engenheiro de minas Espiridião da Costa Marques, falecido a 18 de abril de 1906, na cidade de Mato Grosso, quando regressava duma viagem de estudos ao baixo Guaporé.

Pouco adiante do Porto Espiridião, encontra-se a fazenda de Lavrinhas, hoje também reduzida a ruínas abandonadas, mas, nos tempos coloniais, foco de vida intensa e ativíssima, provocada pelos trabalhos da mineração do ouro, que ali existia em grande abundância. Daí a exploração e o levantamento seguiram para o Guaporé, que foi atingido no lugar denominado Porto do Destacamento, nome que Rondon mudou para o de Pontes e Lacerda, em homenagem aos astrônomos que

se celebrizaram como auxiliares de Ricardo Franco de Almeida Serra, grande sertanista e geógrafo, engenheiro, etnógrafo e esforçado capitão português, a quem Mato Grosso deve invidáveis serviços, prestados ainda nos tempos coloniais.

A velha estrada dos capitães-generais transpunha, nesse lugar, por uma ponte, o rio Guaporé, que em 1848 ainda existia, quando Castelnau a visitou e descreveu. Algum tempo depois dessa visita, foi essa ponte destruída por incêndio e assim ficou até que Rondon a mandou reconstruir.

Transposto o rio Guaporé, a expedição Rondon chegou, finalmente, à cidade de Mato Grosso, distante 301 quilômetros de S. Luís de Cáceres e cuja situação geográfica o chefe da expedição fixou em 15° 0' 12" de latitude sul, 16° 46' 4" de longitude oeste do meridiano do Rio de Janeiro.

Referindo-se às impressões que sentiu ao ver as ruínas da antiga capital dos governadores da Capitania de Mato Grosso, Rondon expressou-se nos seguintes termos, em conferência pública, realizada no Palácio Monróe, em 1911:

“A cidade de Grosso foi fundada sob o nome de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 19 de março de 1752, por D. Antônio Rolim de Moura Tavares, depois Conde de Azambuja, primeiro e privativo governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso.

“Antes de haver merecido a preferência de D. Rolim de Moura, já este lugar era conhecido pelos bandeirantes saídos de Cuiabá para os sertões, em busca de ouro e de índios, que aprisionavam e escravizavam.

“Pouso Alegre foi o seu primeiro nome; mas o único que agora lhe poderia convir seria o de Vila Triste, porque nela só se vêem ruínas grandiosas e evocativas dum passado de pompas e de domínio absoluto, sem um ruído, sem um movimento, sem uma cor ao menos, capaz de impor aos sentidos a percepção do presente, que de todo se dilui e apaga nas sombras do passado e das saudades.

“Diante da morna tristeza que se derrama por Vila Bela, também me deixei arrastar por pensamentos de ressurgimento, de glórias futuras, como já em 1878 acontecera ao Dr. Severiano da Fonseca, que escreveu:

“Tempo virá, longe, muito longe, talvez quando já não exista senão o renome desta cidade injustamente desacreditada... verdadeiro coração da América Meridional, em que ela, vivificada pelos meios de comunicação, será o centro de vida destas regiões, tão cheias de riquezas nos três reinos naturais, quanto de misérias atualmente’”

Rondon visitou, uma por uma, as relíquias das imponentes construções de Vila Bela, no meio destas merencórias impressões, despertadas pela presença das ruínas da cidade que foi, durante setenta anos, a opulenta e faustosa capital dos governadores e capitães-generais de Mato Grosso – ruínas que dão, num quadro resumido, a visão dos prodigiosos esforços e das enormes riquezas que se têm vindo malbaratando no Brasil, desde os tempos coloniais até os nossos dias, em obras gigantescas, mal planejadas, apenas iniciadas e logo abandonadas.

O vasto palácio dos governadores da capitania, com as suas paredes cobertas de quadros artísticos, de pinturas a óleo; o edifício do quartel, já quase todo desmoronado, mas tendo ainda em bom estado a sala nobre, em cujas paredes estão gravadas estrofes de Camões, alusivas a assuntos militares; os escombros a que um incêndio reduziu o edifício da Câmara Municipal, onde, na mesma ocasião, foi destruído um riquíssimo arquivo de documentos coligidos durante 70 anos; a matriz, mandada construir pelo 5^o capitão-general, D. João de Albuquerque de Melo Ferreira e Cáceres; a igreja de Santo Antônio, onde está o túmulo, coberto por uma simples tábua, de Ricardo Franco de Almeida Serra, e a sepultura do inditoso Adriano Taunay, que foi ter àquelas paragens por se ter incorporado à celebre expedição Langsdorff; o cais quadrangular de proteção à igreja de Santo Antônio contra as enchentes do Guaporé, obra celebrada por quantos têm visitado Mato Grosso, e os restos da igreja do Carmo, a mais venerável de todas aquelas ruínas, por ter sido às sombras dos muros desses edifícios que D. Rolim de Moura fez nascer Vila Bela – tudo isso Rondon visitou e examinou minuciosamente.

“Vendo-se estes monumentos destroçados e as casas derrocadas que se enfileiram ao lado das ruas desertas e invadidas pela vegetação bravia, triste abrigo duma população de 340 habitantes, dizimados pelas febres palúdicas, diz Rondon – custa crer que se está na mesma cidade em que, há apenas um século, mais de duas mil e trezentas pessoas assistiam – “aportar ao cais do Guaporé as monções vindas do Pará, ou

enviavam a Lisboa arrobas e arrobas de ouro ou então acolhiam no meio de intermináveis festejos e pomposas galas os capitães-generais”.

Depois de mandar proceder às obras para a conservação do que ainda restava de aproveitável em Mato Grosso, Rondon deixou essa cidade, regressando a São Luís de Cáceres; tomou a estrada de Poconé, passou pelo contraforte do Mangabal, transpôs o rio Bento Gomes, que se perde no pantanal do Paraguai e chegou a Brotas, onde inaugurou, a 15 de agosto, a segunda estação da linha-tronco. Anteriormente fora inaugurada a de Guia, situada a 59 quilômetros e 500 metros de distância de Cuiabá.

Aí em Brotas, começou Rondon a organizar a expedição que iria descobrir o rio Juruena.



Photo. reprod. Com. Rondon

Missão

Cacique bororo



Photo. reprod. Cam. Rondon

Missão

Mãe bororo

.....

IV

R

ELATIVAMENTE ao rio Juruena, cujo descobrimento vamos descrever, havia apenas algumas vagas e antigas indicações escritas. Entre estas figuram as que se encontram na obra do Visconde de Taunay, intitulada *A cidade de Mato Grosso*. As cartas geográficas que se relacionam com a região onde ele devia existir eram documentos de apoucado valor científico, reprodução de cópias de trabalhos cartográficos dos tempos coloniais. Documentos mais recentes não se encontravam, porque raríssimas eram as pessoas que se podiam jactar de ter atingido as paragens sulcadas pelo grande rio, paragens que se acreditava estarem povoadas de índios ferozes e antropófagos, aos quais se imputava a responsabilidade do desaparecimento dos poucos exploradores de seringais que haviam ousado penetrar na direção daqueles sertões.

Informações de moradores dos sertões afirmavam, todavia, que, por estradas de seringueiros, a penetração seria possível e praticável até um pouco além do Buriti.

Nestas condições, o Juruena apresentava-se como uma incógnita, cujo valor só poderia ser obtido por sucessivas tentativas.

Havia indecisão acerca do rumo a seguir: se pelo divisor das águas do Tapajós com as do Paraguai, ou de Aldeia Queimada internando-se na direção do noroeste. Estas dúvidas faziam surgir outras sobre a escolha da base de operações da coluna expedicionária, porque havia risco

de ser adotada uma que viesse posteriormente a tornar-se pouco conveniente ao serviço de abastecimento da expedição, desde que ela se visse forçada, no decurso da sua marcha, a tomar uma direção diferente da inicialmente traçada por conjecturas. E está claro que as probabilidades de erro, de aumento do desvio, e das más conseqüências que daí resultariam, seriam tanto maiores quanto maior se tornasse o afastamento da coluna expedicionária da base das suas operações.

Para reduzir ao mínimo as incertezas que poderiam resultar dessas dúvidas, decidiu Rondon limitar o campo dos esforços da sua primeira expedição a atingir as margens do Juruena, fixando em pleno sertão o ponto que serviria de apoio às suas futuras arremetidas em busca do caminho para o Madeira.

Isto assentado, partiu a expedição a 2 de setembro de 1909 da vila de Diamantino, situada a N. N. O. de Cuiabá e dela distante 184km, em direção à serra dos Parecis, que foi atingida no lugar denominado Arroz sem Sal. Galgada a serra, os expedicionários entraram no chapadão dos Parecis, onde, a 17 de setembro, entabularam relações com estes índios, no lugar que eles designam pelo nome de, Uazuliatiá, e daí prosseguiu a sua marcha, levando como guia um homem dessa gente chamado Zavadaçu.

Depois de percorridos 43 quilômetros, alcançaram a cabeceira dos Veados, onde Rondon fez parar o grosso da coluna expedicionária, enquanto ele, fazendo uma digressão por trilho de índios, ia reconhecer o rio Xacuruína (Sacuriú-Iná), onde sabia existir uma ponte natural de pedra, e, pouco acima, uma catarata. De fato, Rondon viu essa cascata de grande beleza e, pouco a jusante, o rio, passando sob um arco de pedra, aberto na rocha pela ação das suas próprias águas e formando uma ponte que justifica o nome do lugar.

Regressando da Ponte de Pedra à cabeceira dos Veados, Rondon prosseguiu a marcha para o poente e no dia 19 chegou à Aldeia Queimada. Nesse percurso encontrou duas aldeias de parecis, às quais visitou, estabelecendo relações de amizade com os respectivos moradores. Em Aldeia Queimada já estava outro grupo desses mesmos índios, chefiado por um de nome Toloiri, que aí viera especialmente para se encontrar com Rondon, cuja fama de ser grande amigo e protetor dos descendentes das raças autóctones do Brasil largamente se havia propagado por aqueles sertões.

Da Aldeia Queimada seguiu a expedição para a cabeceira do Manatacô-suê, onde existia nessa época a maloca do chefe ou amure Uazacuriri-gaçu, que aceitou ao convite de servir de guia daí para diante.

Ainda desse ponto Rondon fez nova digressão, para ir determinar as coordenadas geográficas dum grande salto que existe no rio Timalatiá e ao qual os parecis dão o nome de Zurirô-Uamolone, isto é, *Salto da Mulher*, por acreditarem ser ali a residência de uma ninfa que arrasta para o abismo os incautos que dele se aproximam.

A 3 de outubro visitava Rondon outra queda existente no rio Saueru-iná, o qual cai dum altura de 80 metros, fornecendo um volume d'água de 80.000m^3 por segundo. Esse salto prodigioso recebeu do seu descobridor o nome de Utiariti, tomado dum pequeno gavião que os parecis consideram sagrado.

A 10 de outubro achava-se a expedição distante de Cuiabá 607km; e havia alcançado os confins do território dos parecis. Agora começavam os domínios dos nambiquaras.

Até aí pudera a coluna expedicionária marchar com relativa facilidade, pois se vinha utilizando dos trilhos dos parecis; mas, para entrar no território dos temerosos nambiquaras, fazia-se-lhe mister abrir a foice e a machado, através de cerrados e de matas virgens, o caminho por onde teria de passar.

Além disso, as provisões de carne, sal, farinha e açúcar já se tinham esgotado, e o que restava de feijão, banha e café era tão pouco que se receava não chegasse para as necessidades da volta. Adotou-se, pois, o expediente de reduzir as rações ao mínimo e de recorrer, com mais frequência do que até então, às caças, aos palmitos e ao mel, que podiam ser fornecidos pelo mato.

Dous dias esteve a coluna acampada na margem do Uatiá-iná, rio do Calor, enquanto o seu chefe procedia a diversas explorações topográficas, de cujos resultados dependia o prosseguimento da marcha.

Aí ocorreu um incidente que é narrado pelo próprio Rondon, nos seguintes termos:

“No dia 14, tendo eu saído com os índios Uazacuriri-gaçu e Arê para continuar a exploração dum cabeceira, fui colhido pela noite ainda muito longe do acampamento, no meio de intrincado charravascal

(ou chavascal) . Para aumentar as dificuldades da situação em que nos achávamos, começou a cair uma chuva torrencial, e Arê, que ia na frente, abrindo caminho a facão, deu um golpe em falso, ferindo-se na rótula, e ficou inutilizado para o trabalho. Então o único recurso que nos restava, para não ficarmos ali a noite toda, era o que adotei: tomar a frente e, rompendo o charravascal com o peso do corpo, marchar com firmeza no rumo do acampamento. Alcançamos, de fato, o nosso intento, mas em mísero estado, com arranhões profundos por todo o corpo, molhados até a medula e com a roupa em farrapos.

“Encontrei o acampamento alarmado, com receio de que me houvesse acontecido maior desgraça, pois aqueles lugares apresentavam numerosos sinais da presença recente dos nambiquaras. Bem eu imaginara os momentos de torturante perplexidade que teriam de curtir os meus dedicados companheiros de expedição, enquanto ignorassem o motivo real da demora da minha volta; e foi esse pensamento que me deu forças bastantes para vencer a resistência do espesso trançado de varas finas, taquarinha e gravatá, de que se formam os charravascais de Mato Grosso, mais fechados do que as caatingas do Norte, mas semelhantes aos “espinhais” da Argentina e aos “caparais” do Texas.

“Nenhum animal de certa corpulência, nem mesmo a anta, os costuma romper.”

Apesar de todos os riscos e fadigas passados neste incidente, Rondon estava animado e satisfeito com os resultados da sua arrojada exploração, porque conseguira achar um ponto em que lhe seria possível fazer a coluna transpor o rio Saueru-iná, safando-a dos brejais em que tinha esbarrado.

Esse ponto era conhecido e freqüentado pelos nambiquaras, que tinham ali construído, com muita arte, uma pinguela bastante resistente e capaz de oferecer passagem relativamente fácil ao material e ao pessoal da expedição.

Em conseqüência disso, a marcha prosseguiu no dia seguinte e, uma vez transposto o Saueru-iná, foram os expedicionários encontrando caminhos e sinais evidentes da proximidade de aldeias dos nambiquaras, donde já se tinham destacado os guerreiros incumbidos de acompanhar e vigiar, de dentro da mata, e por ela ocultos, os menores movimentos de Rondon e dos seus comandados.

Avançando sempre com as precauções aconselhadas pelo conjunto dessas ameaçadoras circunstâncias, embora Rondon não participasse do receio geral de ser hostilizado pelos índios, a exploração alcançou no dia 20 de outubro uma chapada em que se erguia uma árvore altíssima, cujo topo dominava majestosamente a floresta inteira.

O chefe da expedição, vendo-a, resolveu logo aproveitar-se da sua altura excepcional, para, do cimo dos galhos mais elevados, devassar o horizonte e orientar-se.

Não tardou muito a achar-se instalado no seu selvático observatório e, lá de cima, avistou ao longe, nitidamente desenhado no quadro do grande panorama, um traço que, aos seus olhos experimentados, definia o vale dum rio caudaloso.

Seria o tão desejado Juruena?



Photo.reprod.Com.Rondon

Missão

Salto Utiariti

Altura	80 metros
Descarga por segundo	80.000 litros
Potencial teórico	{ 6.400.000 quilogrametros 85.333 cavalos-vapor
Potencial utilizável	

.....

V

D

EIXANDO o improvisado observatório e mais bem esclarecido acerca da direção que devia tomar, Rondon, fazendo-se acompanhar do Tenente João Salustiano Lira, seu dedicado ajudante, do fotógrafo Luís Leduc e de mais cinco homens, para os trabalhos de abertura da picada, avançou no rumo descoberto. Pouco enveredou, indo ter a excelente porto de um rio de 600 metros de largura, de águas claríssimas, correndo sobre um leito de areia, tendo as margens emolduradas por frondoso arvoredado, que formava alta e majestosa floresta. Era o Juruena!

O entusiasmo, que então se apoderou do pequeno grupo de ousados devassadores do sertão, foi indescritível.

Vamos transcrever aqui as palavras com que Rondon narrou, no primeiro volume do seu relatório geral, esse interessante episódio, que pôs glorioso remate aos trabalhos da esforçada expedição:

“Foi no dia 20 de outubro que chegamos ao Juruena. O nosso último acampamento instalou-se na tapera de índios que Uzacuririgaçu declarou ser uma ruína pareci que tivera o nome de Zocuriú-u-iná. Às 7 da manhã partimos, com o pessoal de exploração, para a frente; atravessamos um extenso cerrado de mangabal e descemos para grande baixada, prenunciadora de mudança de terreno.

“Essa baixada conduziu-nos a nova escarpa, cuja vista tirou a coragem aos nossos cansados companheiros e nos causou tristeza pela perspectiva de mais lutas com a vastidão dos sertões.

“Eu, porém, quis ver de mais alto esse horizonte pardacento da região xerófita; e de uma elevada sucupira, fiz improvisado observatório. O que vi, causou-me surpresa e contentamento. Surpresa, porque devia mudar o meu rumo de 110° para 40° e depois para 60°; contentamento, porque nessa direção se pronunciava, escuro, lá embaixo, atravessando o cerradão, o vale do Juruena.

“Recobramos ânimo e avançamos. Por felicidade, depa-rou-se-nos um novo trilho de índios, que nos serviu de caminho. Daí a pouco o ruído duma cachoeira nos anunciava rio próximo, e por ele fomos conduzidos às águas do Anauiná, que salvamos com vivas e a descarga da minha espingarda e das Colts dos meus companheiros.

“Que belo rio! Foi a nossa exclamação ao avistarmos, pela primeira vez, o famoso formador do Tapajós. Recebemos o batismo das suas águas e volvemos revigorados, jubilosos, antegozando os efeitos da agradável nova que trazíamos aos companheiros da retaguarda.”

Assim foi descoberto o misterioso Juruena, depois de marchas e trabalhos sustentados por 48 dias seguidos (de 2 de setembro a 20 de outubro), durante os quais foram percorridos e explorados, reconhecidos e levantados 618 quilômetros de caminhamento em pleno sertão (480 quilômetros de Diamantino ao ponto de chegada do rio e 138 de variantes para reconhecimento de Ponte de Pedra, Salto da Mulher e Salto de Utiariti), tendo-se, além disso, determinado, por observações astronômicas, as coordenadas geográficas de 10 posições notáveis da região explorada.

Era de esperar que tamanho trabalho tivesse esgotado as forças da pequena coluna exploradora. E, de fato, ela partira de Diamantino com um total de 16 pessoas, 34 muares e quatro bois cargueiros, e achava-se agora de tal forma reduzida que só se podia contar com o serviços de sete homens, incluindo o seu chefe, únicos que ainda conservavam relativa saúde. Dos animais só restavam 25, e esses mesmos estrompados pelo cansaço e pela falta de pastagens.

Quanto às munições de boca, estavam esgotadas.

Apesar disso, porém, Rondon não queria regressar a Diamantino sem primeiro dar a todos os seus comandados a satisfação de verem o Juruena e banharem-se nas suas águas cristalinas, levemente esverdeadas.

Pelo estado precário em que se achava a expedição, não foi possível realizar esse projeto no dia 21, o qual se passou no acampamento de Sacuriú-iná; mas, no dia 22, deixaram todos esse acampamento, em demanda do rio.

Eis como Rondon expõe o que então se passou:

“Preparei-me para visitar a aldeia dos índios. Levava-lhes tudo de que podia dispor para os presentear, inclusive dous machados – um novo e outro velho.

“Além disso, era intento meu deixar-lhes, quando tivesse de voltar ao Juruena, outros objetos de que por enquanto não me podia privar.

“Tomamos o pique aberto na antevéspera. Na frente ia o Domingos, armado dum Winchester; em seguida eu, com a Remington de caça; depois, o Tenente Lira e Leduc, ambos com pistolas Colt. Mais atrás, vinha o resto do pessoal.

“Ainda não tínhamos feito um quilômetro; o nosso pensamento vagueava entre a lembrança das dificuldades vencidas e a satisfação do triunfo presente: entre a recordação das agruras sofridas e a alegria da volta, com o dever cumprido.

“Súbito, sinto no rosto um sopro e vislumbro um vulto, rápido e fugaz como o dum passarinho que me cruzasse o caminho à altura dos olhos e bem próximo de mim. Num movimento instintivo, acompanhei-o com a vista, para a direita, e o que vi foi não um passarinho, mas a choupa ereta e vibrante dum flecha, com a ponta embebida no solo arenoso; tinha errado o alvo...

“Com a compreensão instantânea do que se passava, alcei-me sobre os estribos e com um golpe de rédeas fiz o animal de minha montaria ficar atravessado no caminho, de modo a colocar-me frente a frente com os guerreiros que me alvejavam. Mas, por mais rápido que tivesse sido este meu movimento, não o fiz antes que segunda flecha me viesse passar rente à nuca, roçando no capacete; e eu vejo, bem próximo a mim, dous nambiquaras, firmes nas pernas, mas com os bustos atirados

para a frente, quase horizontalmente, tendo já os seus arcos retesados, prestes a desferirem-me novas flechadas. Os seus olhos fitavam-se nos meus; e senti-os tão duros e tão penetrantes como as pontas das suas flechas silenciosas e implacáveis. Mas, do mesmo relance, dous tiros partem da minha Remington, sem pontaria, a esmo.

“Tudo isto aconteceu no mesmo instante, não como fatos sucessivos, mas simultâneos. Os meus companheiros, só depois de tudo terminado, puderam dar conta do que se passava.

“Também Domingos havia sido alvejado por duas flechas, e contra mim, além das duas a que já me referi, foi atirada terceira, pelo guerreiro que vi à minha direita, no momento em que eu dava o segundo tiro. Essa vinha-me direita ao peito; mas, não sei por que acaso, a sua ponta insinuou-se num furo da bandoleira de couro da espingarda, e aí ficou engastada.”

Passada a surpresa, queriam os companheiros de Rondon embrenhar-se no mato, em perseguição dos ousados nambiquaras. Ele, porém, fiel ao programa que se traçara, de “só penetrar no sertão com a paz e jamais com a guerra”, não consentiu que se praticasse o menor ato que pudesse ter a feição de represália.

Para Rondon, que “não viera à conquista de índios, mas sim trazer até ao Juruena o reconhecimento indispensável à construção da linha telegráfica”, nada restava fazer naquele momento senão iniciar desde logo a volta da coluna expedicionária para Diamantino. O reconhecimento estava feito e acabado; e só pelo prazer de proporcionar a todos ocasião de verem o rio que tinham buscado através de tanta fadiga e privações, não se poderia justificar a insistência num propósito de que resultaria fatalmente a guerra com os habitantes daqueles territórios. Ora, a guerra devia ser evitada, a todo o transe, não só por dever de justiça aos que defendiam o que era seu, como também em consideração aos próprios interesses das futuras operações da Comissão naqueles sertões. E, para isso, Rondon não trepidou um só momento em obter dos seus companheiros que sacrificassem, como ele o fazia, certos preconceitos e melindres inerentes ao espírito militar.



Photo signed. Cont. Zentov

Missaio

Outro aspecto do salto Utiaí



Photo. reprod. Com. Ron don

Missão

Cicê nambiquara
Serra do Norte
Estado do Mato Grosso

.....

VI

A RETIRADA foi iniciada com toda a ordem, indo a coluna acampar na margem esquerda do Sauê-u-iná, distante 31 quilômetros do ponto em que se dera o ataque. Nesse acampamento, teve de permanecer o dia seguinte, 23 de outubro, para descansar os doentes e reorganizar a marcha, pois já se não podia contar com os serviços de 12 muires, que haviam afrouxado.

A 24 continuou a marcha. “Os índios”, escreveu o próprio Rondon, “seguiram a coluna, negaceando. Os seus rastos eram vistos em diversos pontos, ora isolados, ora em grupo de dez homens. À falta doutras vítimas, vinham eles flechando os pobres animais frouxos, que abandonávamos.

“A 29 de outubro estávamos ainda a 500 metros de dous ranchos de nambiquaras, cujos rastos vagueavam em torno de nós. Mas era preciso alcançar um caminho; com o pessoal e tropa exaustos como estavam, tornava-se impossível varar a mata, abrindo picada.”

Rondon, para evitar os vastos brejais que marginavam o Uatiá-iná, resolveu tomar, à volta, itinerário diferente do anteriormente seguido e, contornando as cabeceiras daquele rio, descreveu um arco de 90 quilômetros. Desenhou, por isso, nesse dia, o caminhamento ante-

rior, marcando no itinerário da ida o azimute do ponto que convinha demandar aquém do Buriti.

A 31 foi encontrado um caminho de seringueiro e por ele seguiram para a respectiva feitoria. O alimento da expedição nesse dia foi um jabuti.

No dia 4 de novembro chegavam ao rio Papagaio (Saueru-iná), com o pessoal esfaimado, caindo de cansaço e inteiramente desanimado; nem os mais resistentes – o João de Deus e o Domingos – se sentiam com forças de fazer ainda alguma coisa.

Na viagem de ida, servira-se a expedição, nesse rio, duma canoa para transportar da margem direita para a esquerda o seu pessoal e todo o seu material, enquanto os animais faziam a travessia a nado. A canoa tinha ficado amarrada à margem esquerda e com ela contavam os expedicionários para repassarem o rio, em sentido contrário.

Antes, porém, deles chegarem, tinham os índios estado ali e soltado a embarcação, que desaparecera na correnteza das águas. A decepção causada por essa inesperada contrariedade, nos ânimos já abatidos dos companheiros de Rondon, foi tão grande que lhes tirou os últimos restos de energia. Como transpor, agora, o rio? A nado?... Mas isso era impossível a homens já sem forças, derreados pela fadiga, pela fome e pelas doenças. Esses homens não mais podiam lutar. Naturalmente preferiam esperar ali mesmo, estirados no chão, a morte, já agora inevitável, a ir ao seu encontro no meio de vãos e quase ridículos esforços de moribundos em transes de derradeira agonia!

Parecia que a expedição ia ficar toda aniquilada e o Juruena voltaria a envolver-se no seu véu de tenebroso mistério, de dentro de cujas dobras desafiaria, qual nova esfinge, com certeza por muitos anos ainda, a argúcia, a ousadia e, sobretudo, a boa estrela do novo Édipo aventureiro.

Foi nesse doloroso instante que, com certeza, não comportava gastos de palavras inúteis, que se deu a memorável cena que assume proporções duma epopéia e marca na vida de Rondon uma das páginas mais gloriosas. A ela já nos referimos, rapidamente, no nosso primeiro artigo.

Com um couro de boi, revestido dum arcabouço de varas ligeiramente vergadas e amarradas, Rondon fez uma *pelota*, e, colocando-a na água, carregou-a com volumes de bagagem; depois, a nado, por uma corda presa aos dentes, foi rebocando a improvisada embarcação através da correnteza. Depositou a carga na margem direita do rio e voltou à esquerda, sempre a nado, e rebocou a *pelota*; tomou nova carga e levou-a, da mesma forma, para o ponto em que já tinha deixado a primeira. E foi repetindo essas viagens, durante cinco horas consecutivas (da 1 às 6 da tarde), não saindo d'água senão depois de haver transportado duma para outra margem do Saueru-iná toda a bagagem e utensílios, o corneteiro Marinho, o ex-praça Breno, o índio Arê e outros doentes da expedição.

A expedição do descobrimento do Juruena estava salva! Rondon, depois de a reabastecer com o pouco sal, mandioca, polvilho, manicuera e ovos que pôde comprar aos parecis da aldeia de Timalatiá, dirigiu-se para Aldeia Queimada, onde chegou com todos os seus comandados, no dia 13 de novembro.

Aí, segundo ordens deixadas pelo chefe da comissão, antes da sua partida para os sertões do Juruena, um comboio de víveres aguardava a chegada dos expedicionários.

É fácil imaginar a enorme alegria de todos, famintos como estavam, ao verem-se de novo no meio da abundância.

Assim terminou a expedição ao Juruena, com tanta felicidade que nela não se perdeu nenhum homem. O mesmo não aconteceu com a tropa, a qual, praticamente, foi exterminada: dos 34 muares que haviam partido, só voltaram quatro; e dos bois cargueiros, apenas dous sobreviveram; mas esses seis animais achavam-se em estado de já não prestarem para nada.

Rondon, depois de dar ao pessoal três dias de folga, em Aldeia Queimada, seguiu pela serra de Tapirapuã, divisora de águas entre o Paraguai e o Sepotuba, para Diamantino, onde chegou no dia 29 de novembro, tendo gasto assim esta sua expedição dois meses e 27 dias, durante os quais percorreu 967 quilômetros.

Antes de passarmos adiante, isto é, à expedição de descobrimento da serra do Norte, achamos de interesse referir aqui um incidente provocado pelo índio Uazacuriri-gaçu, porque esse incidente, reunido a outros que já foram narrados e aos que ainda relataremos, serve para

bem demonstrar o caráter e a paciência de Rondon, em todas as questões que se prendem às suas relações com os silvícolas, ao modo de os compreender e de os tratar.

Quando a expedição, depois de atravessar o rio Papagaio (Saueru-iná), chegou, faminta, à aldeia do Timalatiá, o velho Uazacuriri-gaçu entendeu dar largas ao seu grande regozijo, ingerindo enorme quantidade de oloniti, bebida fermentada dos parecis. Os júbilos comemorados com fartas libações dão sempre resultados equivalentes, quer se empregue o oloniti, festejando uma campanha de sertão, quer se esvaziem delicadas taças de champanha, por entusiasmo de façanhas es-pantosas, alcançadas com os recursos da mais requintada cultura.

Portanto, nada mais natural que o índio, uma vez assim *preparado*, quisesse obter, teimosamente, do chefe da expedição, licença para carregar com a sua bagagem um dos poucos animais que ainda resistiam aos efeitos do cansaço e da fome. Isso, como era de esperar, foi-lhe negado. No estado em que se achava, talvez o índio não precisasse de tanto para desandar, como desandou, numa desabalada descompostura contra Rondon, nivelando-o aos seringueiros sem escrúpulos, que, no intuito de obterem guias que os conduzissem sertão a dentro, à procura da cobiçada *hevea*, seduziam os índios com promessas fantásticas. Dizia o velho Uazacuriri-gaçu, no seu quase português: *Ocê seringueiro mêmo, la-dáu mêmo. Pareci leva ocê longe. Pareci cançado mostra ocê seringa mêmo. Ocê não qué pagá Pareci. Coitado!* E nesta toada se prolongava indefinidamente a furiosa verrina, que Rondon ouvia com toda a paciência e longanimidade, atento, além disso, a que alguns dos seus subordinados, cheios de zelo pelas prerrogativas e pela dignidade hierárquica do seu comandante, não pusessem em execução certas medidas que lhes estavam sendo ditadas pela indignação que sentiam contra aquele homem indisciplinado e desrespeitador.

Rondon, porém, conservava intactas a inesgotável bondade e a paciência de que sempre usa no trato com os aborígenes, e com a qual invariavelmente os transforma em amigos dedicados, submissos e fidelíssimos; e foi o que, neste caso, aconteceu, porque, dias depois, Uazacuriri-gaçu só tinha uma constante preocupação: a de fazer com que o seu grande amigo e protetor se esquecesse e lhe perdoasse a cena provocada pelos vapores do oloniti.

Por episódios como este é que se pode compreender quanta sinceridade existe nas seguintes palavras de Rondon:

“Eu, acima de tudo, coloco o sentimento de justiça, encarando, com meditada reflexão, os deveres morais que nos são impostos pela santa causa dos aborígenes brasileiros, os quais, há quatro séculos, vivem espicaçados pelo aguilhão do mais requintado egoísmo nosso e dos nossos antepassados.”



Photo. reprod. Com. Rondon

Missão

Seção do Sul – Emprego da pelota na passagem de um grande rio. Por trás de um tropeiro, vê-se à esquerda da árvore o Coronel Rondon e à direita o Tenente Nicolau B. Horta Barbosa, prestimoso ajudante da Comissão

.....

VII

N

O RÁPIDO apanhado que acabamos de esboçar das principais ocorrências da expedição para descobrimento do Juruena, viu-se que a entrada do sertão só se fez à custa de muitas privações e sacrifícios, entre os quais não faltaram os horrores da fome. Todos esses obstáculos, a formidável luta em que se tinha de empenhar para vencê-los, Rondon os conhecia desde o princípio, antes mesmo de aceitar a indicação do seu nome para o de chefe da linha telegráfica de Mato Grosso ao Amazonas, e a eles se referiu nos seguintes termos:

“As dificuldades da exploração a fazer-se na vasta zona do noroeste mato-grossense são sobremaneira aumentadas pela novidade do itinerário a seguir:

“Com efeito, temos de varar o sertão, no qual, uma vez embrenhados, só com os recursos que levarmos poderemos contar; nada temos que esperar das facilidades da navegação, com a qual se aproveitam os rios, ‘os caminhos que andam’, no dizer de Pascal; mas seremos obrigados a abrir a machado a nossa passagem através das matas infindáveis. O problema de transportes do pessoal, do material e dos abastecimentos será de difícil solução, porque fica dependendo dos esforços e da resistência das tropas cargueiras, isto é, fica dependendo de pastagens, que não existem nas regiões de floresta.

“As expedições anteriores fizeram-se subindo ou descendo rios, em canoas ou em outras embarcações. A nossa situação não será, pois, idêntica à de muitos outros exploradores dos sertões, desde o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que, de 1788 a 1790, subiu o Guaporé até Bela Vista, ou desde o malogrado Langsdorff, que, de 1826 a 1828, desceu o Arinos, até Carlos von den Stein, que, em 1884, de Cuiabá ganhou as cabeceiras do S. Manuel e destas as do Xingu que desceu até chegar ao Amazonas; e, como estas expedições, foram as de A. L. da Silva Manso, d’Orbigny, Castelnau, Naterez e, mais modernamente, as dos Capitães Teles Pires e Oscar de Miranda, as de Spencer Moore, Barbosa Rodrigues e algumas outras.

“Antes desta que vou empreender, houve, de fato, algumas tentativas de devassamento dos sertões, seguindo-se um itinerário análogo ao que tenho de seguir; mas o desfecho de tais aventuras é de molde a só poder servir para aumentar e fortalecer a universal descrença atualmente reinante sobre a exequibilidade do empreendimento. Assim é que, em 1900, uma comissão chefiada pelo Capitão Francisco de Paula Castro, distintíssimo companheiro de Carlos von den Stein, tendo recebido o encargo de estudar o traçado duma estrada de rodagem de Cuiabá a Santarém do Pará, ficou aniquilada logo no início dos seus trabalhos, deixando de si apenas a melancólica lembrança das trágicas condições em que se abismaram tantos esforços, tantas dedicações e tantas vidas; e ainda outras tiveram de abandonar, logo aos primeiros passos, o empreendimento que se propunham realizar, como essa em que tomou parte o salesiano Badariotte, chefiada por Alphonse Roche, que se propôs, em 1896, descobrir o Juruena, partindo de Cuiabá.”

Feita esta transcrição, esclarecedora da natureza das expedições Rondon, passemos a dar, em traços gerais, uma idéia do que ele mesmo conta acerca da que realizou, em 1908, e ao cabo da qual chegou à serra do Norte. O seu intuito, nesse ano, era completar o estudo do traçado da linha-tronco, prosseguindo para esse fim com a exploração desde o ponto já atingido em 1907, no Juruena, até sair em Santo Antônio do Madeira.

Por motivos de ordem técnica e administrativa, tinha ele resolvido mudar a base das suas operações de Diamantino para Tapirapuã, porto do rio Sepotuba, afluente da margem direita do Paraguai. E esta

resolução levou-o a explorar, com a expedição de 1908, novo caminho para o ponto já conhecido do Juruena.

A coluna foi, pois, organizada em Tapirapuã, de onde partiu para Aldeia Queimada, pela estrada aberta pelo próprio Rondon, em 1907. Era constituída por 127 homens, 96 bois cargueiros, 50 burros de carga, 30 de sela, 6 cavalos para o serviço de gado e 20 bois para o corte. No número dos homens estava incluído o destacamento de 52 praças, destinado a guarnecer a base de operações que se ia criar na passagem do Juruena.

Esse número de 127 homens representava, por certo, enorme massa, difícil de se mover em “sertão bruto, sem caminhos, sem recursos de que o homem civilizado pode precisar em dadas eventualidades”. Assim, o consumo de alimentos ameaçava exceder a capacidade dos precários meios de transporte de que dispunha a comissão. Rondon pesou esse grave inconveniente. Doutro lado, porém, estavam “os sentimentos de justiça e humanidade” que os compeliavam a apresentar-se aos nambiquaras acompanhado de força tão considerável que a sua presença bastasse para conjurar qualquer perigo de ataque. Por esse meio procurava Rondon eliminar o risco de passar por um duplo desgosto: primeiro, o de ser a expedição hostilizada pelos índios; segundo, a necessidade, nesse caso, de se defender – o que lhe seria doloroso. E, em ordem do dia, datada de Tapirapuã, em 20 de julho de 1908, Rondon fez saber aos seus comandados que lhe cabia o dever de recomendar a todos os expedicionários, sem exceção, o maior cuidado possível, a fim de evitarem qualquer surpresa por parte daqueles guerreiros, que com certeza aguardavam a expedição para se oporem à conquista das suas terras. Apesar de todos se acharem armados, mandava o sentimento de justiça que, antes de qualquer movimento de energia, se atendesse às cruéis perseguições de que eles haviam sido vítimas em outras épocas.

Ainda mesmo que alguém da expedição fosse ferido pelos habitantes do Juruena, nenhuma represália devia ser movida contra eles; no seu justo direito, eles defendiam as suas terras e as suas famílias. A ordem do dia terminava com as seguintes palavras: “Sejamos fortes contra os nossos sentimentos de vingança e tenhamos abnegação bastante para resistir à tentação do orgulho, que é a perdição da Humanidade.”

Com o ânimo assim preparado, partiu a segunda expedição, no dia 29 de julho de 1908, de Aldeia Queimada para o Juruena, tendo como diretriz geral da sua marcha a linha geodésica determinada por esses dois pontos.

Não a acompanharemos, passo a passo, na longa e penosa travessia pelo sertão; o que ficou dito na exposição do descobrimento do Juruena é quanto basta para se poder fazer uma idéia dos trabalhos, fadigas e sofrimentos que esta nova caravana teve de afrontar e vencer até o momento de regressar ao mundo civilizado.

Do minucioso diário de Rondon, porém, extrairemos algumas notas, que nos pareceram interessantes pela novidade, e entre estas se destaca a que se refere à vida no acampamento e está concebida nestes termos:

“Recomeçávamos, pois, as afanosas caminhadas através de descampados, de matas ou de cerrados de vegetação intrincada, ora sob soalheiras insuportáveis, ora debaixo de grossos aguaceiros; agora descendo ao fundo de uma grotta, para logo depois subir a encosta de um morro ou transpor um rio, ou, ainda, para vencer as indescritíveis resistências de algum atoleiro.

“E quando o dia ia chegando ao seu termo começavam outros trabalhos, os de estabelecimento do acampamento, com a forma de vasto quadrilátero, apoiado sobre um córrego, ribeirão ou rio e cujos outros lados se obtinham, dispondo convenientemente as caixas, cangalhas e demais volumes da expedição.

“Ao centro acendia-se uma fogueira, já tão conhecida de quantos algum dia tinham tido ocasião ou necessidade de passar noites em pleno sertão. Em torno dela iam-se agrupando os officias e empregados do estado-maior. Terminados os trabalhos desta rápida instalação, jantávamos, à luz da fogueira quase sempre.

“Até as oito horas, o acampamento refervia de reboição, em vida intensa; todos, ainda de pé, se moviam, falavam, ajudavam-se, limpando o solo e improvisando as camas para o necessário repouso.

“Depois, todo aquele rumor ia cessando; vinha, por fim, o silêncio profundo, impressionador, dos sertões, e o acampamento dormia sob a vigilância de sentinelas, postadas nos quatro vértices do quadrilátero.”

Às quatro horas da madrugada, os sons clangorosos das cornetas e clarins, que substituíam naqueles ermos as notas menos ríspidas das flautas parecis no anúncio da nascente *zotiakiti* (alvorada), faziam reaparecer alacremenete toda a animação e vivacidade da véspera. Servia-se ao pessoal a primeira refeição do dia, e em torno da fogueira redespertada, como tudo o mais, o chefe da expedição e os oficiais saboreavam o chimarrão.

Seguia-se logo o trabalho de tratar, encilhar e carregar os animais da tropa.

A luz do dia era ainda indecisa e vacilante e já a coluna estava em marcha, precedida dos sapadores.

Desta maneira, se iam os expedicionários internando cada vez mais pelo sertão, sem ainda sofrerem embaraços maiores, além dos resultantes de perdas de muitos animais, que caíam exaustos, sob os rigores da canícula impiedosa, naqueles caminhos desabrigados do chapadão.

No dia 2 de agosto chegavam à margem do rio Papagaio, sobre o qual tinham de construir uma ponte.

Fez-se o acampamento e, caída a noite, “tivemos”, diz Rondon, “maravilhoso espetáculo dado pelas chamas de um formidável incêndio ateado irrefletidamente pelos expedicionários na macega da várzea junto à lagoa Zoerequê por onde acabáramos de passar.

“Todo o chapadão em derredor de nós se apresentava tomado pelo fogo voraz, que se alastrava em línguas extensas, lambendo a vegetação ressequida e deixando após si o negrume da destruição. Insetos, répteis, pequenos mamíferos e até aves, inhambus, perdizes, seriemas, maxalalagás (saracuras-do-chapadão), mal conseguiam escapar à rapidez do terrível elemento, que, propagando-se aos saltos para touceiras distantes, traçava em torno deles círculos luminosos, e estes, apenas formados, iam inexoravelmente apertando-se da periferia para o centro, até devorarem e destruírem tudo que tinham fechado no interior do seu âmbito.

“O comboio, na travessia da várzea, esteve em sérias dificuldades para se salvar das chamas, que já tinham invadido todo o caminho da nossa marcha.

“Às nove horas da noite, o céu, que nos servia de docel, estava iluminado pelos reflexos das altíssimas labaredas da enorme fornalha.

“Aquele círculo infernal ameaçava constranger-nos, e era sobre nós que os pontos do seu circuito corriam. Mandei fazer o *aceiro* em torno do acampamento e rodear os animais da tropa – não fôssemos nós e eles vítimas daquelas fúrias já tão grandes, mas que, ainda assim, de quando em quando se exacerbavam e recrudesciam nos momentos em que, estando a soprar aura mais forte, coincidia a chama ter alcançado uma zona da macega mais espessa...

“Todos estávamos alerta, atentos à marcha do incêndio.

“Felizmente levantou-se uma brisa benfazeja, que, obrigando as chamas a dobrarem-se sobre si mesmas, em sentido contrário ao da carreira em que vinham, acabou afastando de nós as pavorosas colunas invasoras, que fugiram, açoitadas, na direção do norte.

“Vendo-nos, afinal, fora de perigo, pudemos ir sossegados repousar dos trabalhos e fadigas do dia.”

No entanto a queimada continuou a alastrar-se pela vastidão dos chapadões do Juruena e seus tributários da margem direita, alimentando-se, dia e noite, incessantemente, do macegal ressequido.

Ainda na noite de 10, um novo acampamento, instalado na nascente da cabeceira do Saueu-iná, esteve seriamente ameaçado de ser atingido pelas chamas e destruído. Foi necessária uma luta desesperada, desde as 9 horas até a madrugada, para Rondon, oficiais e praças conseguirem salvar as barracas e as cargas da expedição.

Na noite de 13 de agosto, acampava Rondon, com a sua comitiva, em pleno território dos nambiquaras, e as sentinelas recebiam especiais recomendações para redobrar atenção e vigilância.

.....

VIII

R

ONDON agia com a maior precaução, não só por prudência, mas “principalmente”, diz ele, “pelo amor aos nossos indígenas, pois nos repugnava o pensamento de termos de repelir algum assalto, que eles certamente não deixariam de dar, desde que para isso se lhes oferecesse uma boa oportunidade”.

Estes índios estavam, havia já alguns anos, em guerra com os seringueiros que os tinham atacado, por mais de uma vez, com a esperança, sempre malograda, de os vencer e expulsar daquelas terras. Era, portanto, naturalíssimo que eles hostilizassem qualquer grupo de homens vindos do lado dos seus perseguidores, porque, na situação de ignorância em que se achavam, a respeito dos seus novos hóspedes, não podiam distinguir os maus dos bons, ou adivinhar que deste lado também havia alguns amigos seus, incapazes de os perseguir, matar e exterminar. Portanto, para não se ser injusto e desumano com essa gente, tornava-se necessário que, antes de mais nada, se lhes fornecessem os meios pelos quais eles pudessem descobrir a verdade sobre as intenções e projetos da expedição.

Mostrar-lhes, porém, essa verdade que, uma vez conhecida, haveria fatalmente de modificar a sua atitude com relação aos expedicionários, era problema de difícilíssima solução, que demandava muito tato,

grande prudência e, sobretudo, muita bondade, para se evitar que os atos iniciados com o fito de alcançá-lo desandassem em prova e confirmação do contrário.

O silvícola, completamente desconhecedor da nossa língua, dos nossos costumes, do nosso modo de viver e de pensar, estava convencido de que todos éramos idênticos aos sertanejos que iam às suas florestas, levando-lhes a morte, o incêndio e o extermínio.

Suponhamos, entretanto, que conseguimos entrar em suas terras, animados dos melhores sentimentos e dispostos a dar-lhes provas de ser errada e falsa aquela opinião a nosso respeito. Antes, porém, de compreenderem ou darem a conveniente interpretação aos nossos atos, eles nos hostilizarão. Que faremos, então? Parece claro e simples: usaremos das nossas armas; morrerão alguns dentre eles, outros sairão feridos; mas teremos agido em legítima defesa da nossa vida...

“Ora, se assim procedermos – observa Rondon – seremos ao mesmo tempo injustos, contraditórios e cruéis.

“*Injustos* porque, com essa reação, causamos um mal irreparável a pessoas de quem não podíamos esperar, como de fato não esperávamos procedimento diferente, convencidas (e nós, no lugar delas, não o estaríamos menos) de que, atacando-nos, nada mais faziam do que defender as suas próprias vidas, as das mulheres e filhos; e, ainda mais, por sermos nós quem, criando com as nossas próprias mãos as condições especialíssimas, indispensáveis para se poder produzir o ataque, voluntária e cientemente quiséramos ir arrostar os riscos e perigos dum estado de coisas que só existe por culpa nossa, e dos crimes e erros cometidos por gente nossa.

“*Contraditórios* porque, se o nosso fito era destruir nas suas almas a idéia fixa de que só os procurávamos com intuítos odientos, matando-os e ferindo-os, mais lhes confirmamos essa opinião, e com isso conseguimos exatamente o contrário do que desejavamos, maior e mais firme tornamos a barreira de ódios e de inimizades que dizíamos ser intenção nossa aplinar, derrubar e fazer desaparecer.

“O problema é, realmente, difícilimo e duro. A condição primordial, e que paira sobranceira a todas as outras, é a de não aumentarmos o incêndio. Ninguém exige de nós atos sublimes, de coragem e de abnegação; mas é nosso dever absoluto não juntarmos, aos embaraços

já existentes, outros que tornem ainda mais difícil e árdua a tarefa de quem, no futuro, tiver forças para a vencer.

“Comparada à vida da Pátria e da Humanidade, a nossa é um momento fugaz, que só em raras naturezas eminentes se torna perceptível. Ai de quem, por amor desse momento, ousa sacrificar algum interesse daquelas vidas, sempre imponentes e majestosas, até nos mínimos detalhes!”

Tais são os ensinamentos que resultam a cada página do minuciosíssimo diário de Rondon, como por exemplo esta, escrita na madrugada da primeira noite, que passou com a segunda expedição, em território dos nambiquaras:

“Também nós estamos invadindo as suas terras, é inegável! Preferiríamos pisá-las com o assentimento prévio dos seus legítimos donos. Havemos de procurar todos os meios para lhes mostrar quanto almejamos merecer esse assentimento e que não temos outra intenção senão a de os proteger. Sentimo-nos intimamente embaraçados por não podermos, por palavras, fazer-lhes sentir tudo isso.

“Eles nos evitam; não nos proporcionam ocasião para uma conferência, com certeza por causa da desconfiança provocada pelos primeiros invasores, que profanaram os seus lares. Talvez nos odeiem também, porque, do ponto de vista em que estão, de acordo com a sua civilização, todos nós fazemos parte dessa grande tribo guerreira, que, desde tempos imemoráveis, lhe vem causando tantas desgraças, das quais as mais antigas revivem nas tradições conservadas pelos anciãos.

“Essa noite do dia 13 de agosto despertou-nos muitas emoções e uma aluvião de pensamentos. Desejamos não ser por eles abandonados no momento em que, por acaso, tenhamos outra vez de nos avir com os valentes nambiquaras, centro das nossas constantes preocupações.

“Qualquer descuido da nossa parte, em tal momento, se ele vier, poderá fazê-los sofrer. Ao impulso do orgulho militar, exaltado nos momentos em que a coragem entra em ação, a prudência desaparece, e com ela fogem a bondade e o dó.”

Com estes pensamentos, e sobretudo com este receio de ser, num momento crítico, abandonado pela calma e reflexão dos seus atos,

passou Rondon a noite em claro, sem ter, como ele diz, o repouso exigido pelas fadigas do dia.

Mas os expedicionários continuavam a sua marcha, em direção do Juruena, encontrando a cada passo vestígios da proximidade e até mesmo da presença dos índios. Não tardou descobrirem-se aldeias, com sinais de terem sido, momentos antes, evacuadas pelos respectivos moradores. Rondon visitava-as minuciosamente, examinando os objetos existentes no interior dos ranchos, os montes formados pelos *restos de cozinha*; estudava os artefatos, procurando neles o fio que pudesse guiar a sua imaginação, bem disciplinada, a formar um quadro do grau de civilização, da índole, do perfil característico dessa nação, cuja confiança e amizade queria conquistar. Não era um exame para satisfazer estéril curiosidade, como essa de certos etnógrafos, vindos para reunir coleções exóticas destinadas a abarrotar os mostruários dos museus europeus; era um esforço de investigação para construir uma imagem do povo nambiquara tão aproximada que permitisse saber como, quando e em que sentido se deveria ir agindo para lhe ser agradável, para obter o modo de expressão mais conveniente à sua mentalidade, ao estado da sua alma, das intenções que para com ele tinha o seu descobridor e protetor.

Rondon adotava as mais rigorosas medidas para que nenhum objeto fosse retirado dos ranchos; procedia a este respeito com meticoloso escrúpulo, considerando a ação de alguém se apoderar de objetos dos índios nada menos indigna que a de se saquear uma casa no Rio, em Paris ou alhures. E, não satisfeito em fazer respeitar o que existia nas aldeias, ainda as enriquecia com brindes expressamente trazidos no comboio da expedição: machados, foices, lenços, facões, etc.

O chefe da expedição estava radiante por se encontrar assim no centro duma grande população nambiquara; não se via um só dos seus indivíduos, mas sabia-se, e como se sentia, estarem eles ali bem próximos, espiando de dentro do mato os menores movimentos dos seus hóspedes.

Desta satisfação, porém, não partilhavam os comandados de inferior categoria: praças, tropeiros, etc. Esses, se pudessem, tratariam logo de pôr entre as suas pessoas e os índios toda a vastidão do sertão; já alguns tinham tomado, por conta e risco próprio, essa iniciativa: deser-

tavam. Seriam presos e processados; isso, porém, parecia-lhes muitíssimo preferível a estar num foco de nambiquaras, nome que, ouvido, bastava para evocar nos sertões a sensação do pavor.

Este medo perturbava até o sono dos acampamentos. No *Diário* encontra-se a seguinte nota, relativa ao estado dos espíritos na noite de 24 para 25 de agosto:

“Os expedicionários pouco dormiam. Muitos nos contaram ter ouvido, alta noite, rumo do sol poente, sons parecidos com os das flautas dos índios, provenientes talvez de algum aldeamento estabelecido para essa banda...

“O que não teria passado pelo espírito dos nossos soldados e tropeiros, cercados, nestes ermos, de indícios e vestígios dos nambiquaras, nome que só por si basta para arrebatrar as almas, mesmo as mais frias, às regiões povoadas de cenas pavorosas de antropofagia, de que andam cheias as lendas secularmente entretecidas em torno desta nação de silvícolas?!

“Imaginaram, decerto, a tribo reunida em festa solene, no meio de ritos evocativos de influências misteriosas e perversas; os anciãos e as velhas, proferindo imprecações de maldição, votavam o atrevido troço de invasores às fúrias vingativas de demônios protetores das florestas e do povo nambiquara e, antegozando os prazeres do infando banquete, apressavam os preparativos para o sacrifício dos míseros prisioneiros...

“E os pobres homens, tão necessitados de se refazerem das canseiras do incessante trabalhar destes últimos dias, passaram a noite inteira a lutar com os espectros criados em sua imaginação por aqueles sons que lhes pareciam ser de flautas indígenas!”

Mas nenhuma emoção, por mais perturbadora que fosse, poderia quebrantar o ardor de homens a cuja frente Rondon marchasse, não só como chefe e guia, mas também, e sobretudo, como exemplo de esforço, de coragem e de tenacidade. Portanto, não admira que, a 26 de outubro, isto é, vinte e nove dias depois da partida de Aldeia Queimada, já estivessem no Juruena, tendo percorrido nesse tempo 272 quilômetros e 311 metros pelo interior de vastos sertões, nos quais foram abrindo, a golpes de machado, a estrada de que precisavam para a passagem do seu pesado comboio, construindo pontes, estivando atoleiros, explorando o

terreno e procedendo ao levantamento topográfico do caminho percorrido e às observações astronômicas necessárias para a determinação das coordenadas geográficas de 24 posições principais.

Na margem direita do rio, onde chegaram os exploradores, os vestígios de passagem recente dos índios, seguindo em grandes grupos na direção do norte, eram numerosos e evidentes. Podiam pois os silvícolas estar preparando uma emboscada, para caírem de improviso sobre os expedicionários no momento em que estes tentassem atravessar a correnteza para o outro lado. Querendo evitar semelhante surpresa, Rondon separou-se dos sete homens que sob seu comando formavam a vanguarda, e penetrou na mata, com os cães da sua matilha, explorando-a em todos os sentidos. Depois de uma hora de pesquisas, tendo verificado que por ali não existia índio algum, voltou ao ponto de chegada, à beira do rio, onde mandou abater uma árvore, cujo tronco se prestava para ser vazado em canoa. Acabava de examinar este madeiro já derrubado, quando, de repente, ouviu levantar-se grande clamor e gritaria entre os soldados da retaguarda.

“Compreendi imediatamente”, diz ele, “que se tratava dum ataque de índios. Corri ao lugar do tumulto. Os meus homens vinham em grupo confuso, correndo, e, à frente de todos, um anspeçada, que gritava desvairadamente: *Uma cabocla me flechou!*”

“Era o pânico: em vão eu me esforçava por conter aqueles homens...”

“Desarmado como estava, cheguei até próximo dos índios; retrocedi e mandei dar o toque de corneta para reunir os soldados. Rapidamente estes entraram na formatura e levei-os para o lugar do assalto, onde encontramos quatro flechas fincadas no chão.

“Querendo mostrar aos soldados que o índios já ali não estavam, fiz os cães entrarem na mata e, para mais os açular, dei um tiro com a minha espingarda de caça. Mas o estado dos ânimos era tal que bastou isso para todos começarem a atirar convulsivamente; a custo ouviram a minha ordem, mandando cessar fogo.

“Entramos na mata para descobrir o rumo tomado pelos assaltantes em retirada; vimos, pelas batidas encontradas em diferentes sentidos, que eles tinham vindo em grupo bastante numeroso e que, à volta, muitos se haviam atirado ao rio, atravessando-o a nado.

“Certo de que já não havia mais nada a reçar nesse ponto, voltamos para a margem do rio.

“Quando aí chegávamos, avistei do outro lado, a um quilômetro, mais ou menos, pontos escuros que me pareceram índios agachados. Os meus companheiros, no entanto, afirmaram que eram ranchos velhos, de algum aldeamento provisório. Para tirarmos uma prova decisiva, tomei a minha clavina e dei um tiro naquela direção, com pontaria elevada; foi quanto bastou para se repetir a cena anterior: novas descargas romperam de todos os lados, à louca.

“Era evidente: os meus homens ainda se não tinham refeito do pânico que os empolgara e que havia feito aquele anspeçada sentir-se ferido por uma flecha desferida de arco manejado por mãos femininas! A verdade é que ninguém fora atingido, e com certeza as cousas se teriam passado muito mais simplesmente, se não fosse a circunstância de as imaginações já virem de Diamantino e Cuiabá trabalhadas pelas pavorosas histórias que se contam destes índios.”

‘Todavia, a descarga movimentara aqueles pontos escuros, provando que a razão estava com Rondon.

.....

IX

N

A MANHÃ de 1º de setembro, terminada a canoa que se estava construindo desde o dia da chegada e que foi batizada com o nome de *Sete de Setembro*, conseguiu Rondon atravessar o Juruena com uma turma de 16 pessoas. Galgando a colina que domina a margem esquerda do rio e donde os índios, emboscados, tinham estado a espreitar os movimentos da expedição, viu o lugar onde eles se haviam ajoelhado, em duas fileiras; a areia guardava ainda as impressões deixadas pelos seus corpos nessa posição, bem como as das extremidades dos seus grandes arcos de guerra. Viu também uma grande árvore, muito alta, que servira de observatório a uma sentinela encarregada de avisar os companheiros da chegada dos expedicionários. Nos últimos galhos da árvore o índio preparara um assento e, para se resguardar do sol, havia improvisado uma coberta de folhas.

Evidentemente eles sabiam que eram os mesmos invasores do ano anterior que aí se achavam, de volta, e calcularam desde logo que a expedição procurava o passo 20 de outubro, para atravessar o rio.

Resolveram, pois, tomar-lhe a dianteira, no fito de lhe impedir a passagem. Verificando depois, pelas disposições tomadas, que a coluna expedicionária ia acampar na margem direita e que se não operaria a travessia nesse mesmo dia, mudaram de tática e foram atacar o pelotão de

sapadores, no ponto em que estes, desarmados, procediam à limpeza da picada.

Para realizar essa surtida, destacaram numeroso grupo de guerreiros que atravessaram o rio abaixo do acampamento, indo por dentro do mato até o lugar do assalto.

Isto, eles o fizeram num movimento bem ideado e executado com muita audácia, mas com tanta felicidade para a expedição que nenhum dos seus atiradores acertou uma só pontaria.

Uma vez transposto o rio, Rondon escolheu o local para se construir o acampamento e alojamento das praças do destacamento que aí deveria ficar servindo de apoio às comunicações entre a expedição que se ia internar em demanda do Madeira e a base do seu abastecimento – o porto de Tapirapuã. Enquanto se realizavam essas construções, Rondon explorava a região em torno, visitando e examinando cuidadosamente muitas aldeias de nambiquaras que encontrava abandonadas. Nessas visitas e exames, colhia informações precisas a cerca do grau de civilização desses índios, dos seus hábitos, dos seus gostos e das suas preferências.

Uma questão importantíssima ficou desde logo resolvida: a que se referia à antropofagia de que esses índios eram tradicionalmente acusados. Rondon verificou, como mais para diante se verá, ser essa acusação inteiramente falsa, apesar das versões correntes, registradas em muitos escritos e até no livro de von den Stein.

Comemorando a data da nossa independência política, inaugurou Rondon a instalação do destacamento de Juruena, constituído por 52 praças e comandado pelo 2º-Tenente José Joaquim Ferreira da Silva.

Na ordem do dia publicada para esse efeito recomendava Rondon o maior cuidado na vigilância dos arredores do destacamento, para evitar qualquer surpresa por parte dos índios, e respeito absoluto às suas vidas e propriedades. No caso deles realizarem qualquer assalto, proibía que se exercessem represálias, perseguindo-os na retirada; ainda mais: que se incendiassem as suas aldeias ou se fizessem colheitas nas suas roças; e até mesmo que alguém se apoderasse de qualquer objeto que lhes pertencesse, porquanto o dever de todos devia ser o de propagar pelo exemplo os bons costumes da nossa civilização. E Rondon terminava, congratulando-se com os seus companheiros pela comemoração

daquela data, em que o Brasil glorifica o imortal patriarca da sua independência, sob cujos auspícios era estabelecido o primeiro núcleo de proteção aos indígenas daqueles vastos sertões.

Dous dias depois continuava a expedição a sua marcha, inter-nando-se cada vez mais nesses sertões inexplorados do extremo noroeste de Mato Grosso.

Seria longo enumerar aqui os rios importantes que se lhe foram deparando e que tiveram de ser atravessados, ora em canoas, que se construíam no momento, ora em pelotas de couro, conforme a maior ou menor impetuosidade das águas.

Rondon ia resolvido a varar o sertão até sair em Santo Antônio do Madeira. Na tarde de 4 de outubro, subindo à fronde duma árvore muitíssimo alta, teve a grande satisfação de ver ao longe, a uns 20 quilômetros, na direção de O. N. O., uma imponente massa azul, que se levantava, limitando o horizonte. Era com certeza a serra do Norte, anunciada por algumas vagas informações de índios e não menos vagamente indicada nas cartas geográficas. Era o primeiro grande obstáculo que ele esperava ter de vencer nessa travessia e com o qual contava dum momento para outro.

A alegria que lhe causou essa descoberta devia, entretanto, ter pouca duração. No acampamento estavam dois soldados do destacamento do Juruena, esperando-o, para lhe entregarem cartas urgentes dos oficiais encarregados da direção dos trabalhos da construção.

As notícias eram desoladoras: desde agosto as obras estavam paralisadas e os serviços desorganizados; o abastecimento de víveres já se não fazia; os homens desertavam em grandes turmas, fugindo às torturas da fome. Em resumo, reclamava-se a presença do chefe da expedição, para “recolher os destroços do naufrágio completo”.

Para Rondon era isto uma formidável decepção. Passou a noite toda a refletir; custava-lhe render-se à evidência dos fatos, que exigiam a interrupção dos seus trabalhos de reconhecimento e exploração, para ir reorganizar as turmas de construção. Entretanto, já não dependia dele a escolha do alvitre a adotar. Tinha que regressar; não o quis, porém, fazer antes de pisar a serra que entrevira de longe.

Proseguiu, pois, na marcha, e no dia 8 penetrou numa forte depressão da enorme chapada. Os vales dos rios modelavam-se por formas diferentes dos anteriores, devido à profunda erosão do solo, causada pela multiplicidade das cabeceiras que ali nascem.

“Não tivemos dúvida” diz Rondon, “em ver nesse conjunto de esboroamentos do chapadão, cujo nível ainda subsiste indicado pela característica dos terraços ou *mesas*, o acidente topográfico a que os geógrafos antigos deram, erradamente, o nome de serra do Norte. Ela é constituída pelo rebaixamento de terreno. Por esse motivo, os rios que aí se formam têm os respectivos talvegues em nível inferior aos dos que fluem do grande chapadão anterior. Na nossa frente, para o poente e norte, levanta-se o dorso do grande maciço, que nada mais é do que a escarpa oriental do grande planalto dos Parecis.”

Rondon ainda continuou na exploração desses vales e serras até o dia 12 de outubro, data em que, dando por finda aquela expedição, ordenou a retirada. Achava-se ele então a 401 quilômetros de Aldeia Queimada.

No dia 3 de novembro chegava a expedição a essa aldeia, onde Rondon publicou uma ordem do dia, dissolvendo-a e agradecendo os serviços prestados pelos seus auxiliares: Dr. Manuel Antônio Andrade; farmacêutico Benedito Canavarros; Tenentes Nicolau Bueno Horta Barbosa, João Salustiano Lira, Carlos C. de Oliveira Melo e Américo Vespúcio; etnógrafo Karl Carnier; inspetor de telégrafos, Salatiel Cândido de Moraes e Castro; e guardas João de Deus e Pedro Craveiro Teixeira.



Photo reprod. Com. Rondon

Missão

Salto Belo

Altura	40 metros
Descarga por segundo	70.000 litros
Potencial teórico	} 2.800.000 quilogrâmetros 37.333 cavalos-vapor
Potencial utilizável	

NA REORGANIZAÇÃO total dos trabalhos da construção e na sua inspeção geral, gastou Rondon seis meses de esforços incessantes. Muitas foram as dificuldades que teve de vencer para remontar o vasto e complexo aparelho administrativo da Comissão, cuja vida dependia não só dum considerável movimento de pessoal civil e militar, operando desde o Rio de Janeiro, Corumbá e Cuiabá até as mais longínquas paragens dos sertões que se estavam descobrindo, como também do transporte de grandes massas de materiais para as obras e para o abastecimento dos homens nelas empregados.

Demais, o encargo que Rondon recebera do Governo não consistia numa simples exploração daquele território, coisa que só exigiria os meios e recursos para uma primeira e única travessia.

Ao contrário disso, tinha ele de proceder à ocupação definitiva, o que exigia o estabelecimento de núcleos de população e a instalação de vias e de meios de comunicação permanentes.

Na expedição de 1907, para o descobrimento do Juruena, como se não desejava mais do que conhecer a posição geográfica desse rio, a marcha foi de simples travessia; os rios foram transpostos a nado, os ribeirões sobre pinguelas; e nas florestas abriram-se rápidas veredas,

estritamente indispensáveis para dar passagem aos animais da pequena coluna.

Já em 1908, porque se ia deixar estabelecido naquele rio um destacamento, os expedicionários marcharam sertão dentro, abrindo estrada, com pontes e estivados sobre os rios e os brejais, de modo a facilitar-se a passagem não só da coluna de que eles faziam parte, mas também dos comboios que deveriam posteriormente trafegar por ali, destinados ao abastecimento da força de ocupação.

A estes primeiros trabalhos, exatamente correspondentes aos que teriam de ser feitos por uma turma de pontoneiros que marchasse à testa dum exército em operações de guerra, preparando-lhe o terreno para a invasão, seguiram-se outros, mais sólidos, mais duráveis e de maior capacidade para as necessidades do tráfego.

Rondon ativou vigorosamente o andamento de todos estes trabalhos, conseguindo, entre outros, inaugurar ainda em princípios de 1909, com dois caminhos, a estrada de automóveis que mandara construir de Porto dos Bugres, no Sepotuba, ao Salto da Felicidade, nesse mesmo rio.

Mas no meio de tantas preocupações, não se lhe apartava da mente a idéia de prosseguir a exploração da serra do Norte para o Madeira.

Escogitando esse grande problema à luz dos novos conhecimentos geográficos adquiridos com a expedição de 1908, formulara ele, afinal, uma traça diferente da que seguira até então. Em vez de procurar sair diante de Santo Antônio, dirigir-se-ia agora para o ponto em que o rio Abunã se entronca no Madeira, e daí mais facilmente atingiria depois o rio Acre. Este novo plano, porém, acarretava enorme acréscimo na travessia que se tinha de fazer pelo interior do sertão bruto, do qual não se podiam tirar outros recursos senão os da caça, palmitos e mel silvestre.

O abastecimento por Tapirapuã e Juruena tornar-se-ia, afinal, impossível, em virtude das grandes distâncias a vencer.

Era, portanto, forçoso instalar, no seio do próprio sertão que se ia atravessar, uma estação de reabastecimento, destinada a acolher os expedicionários quando já lhes faltassem os últimos recursos vindos de

Juruena e fornecer-lhes novos, para a continuação da marcha. Ora, tal estação só podia ser estabelecida aproveitando-se as facilidades da navegação; era questão de se escolher, convenientemente, um rio que descesse do interior da região a explorar, pois indo por ele acima, de poente para nascente, a turma de reforço poderia aproximar-se dos que vinham por terra, em sentido contrário, e talvez tanto que estes não chegassem a sofrer as conseqüências do afastamento dos seus anteriores pontos de apoio.

Do exame das cartas geográficas, tais como existiam na época, o rio que melhor parecia preencher o conjunto dos requisitos exigidos por este objetivo era o Jaci-paraná, afluente da margem direita do Madeira, e cujas nascentes figuravam nos mapas como saindo quase da vertente ocidental da serra do Norte. Ora, esse rio podia facilmente ser atingido por uma expedição que se organizasse em Santo Antônio, com homens e material levados de Manaus.

Portanto, escolheu-o Rondon para o fim indicado, e designou para organizar e dirigir a turma de reforço o Capitão Manuel Teófilo da Costa Pinheiro, tendo como auxiliar o 1^o-Tenente Amílcar Armando Botelho de Magalhães, o inspetor dos Telégrafos Francisco Xavier Júnior e o médico Dr. Paulo Fernandes dos Santos.

A 4 de maio de 1909, terminados estes e outros preparativos da nova expedição de descobrimento do sertão do noroeste mato-grossense, partiu Rondon de Tapirapuã com destino ao Juruena, onde chegou no dia 21, depois de fazer, sozinho, uma visita à região das malocas dos índios parecis.

Em Juruena organizou o 5^o Batalhão de Engenharia, que fora criado pela nova remodelação do Exército e que ficou incumbido da construção das linhas telegráficas de Cuiabá ao Acre e às fronteiras da Bolívia. Este batalhão constituiu-se de 600 praças, das quais 350 efetivos, empregados na construção da seção do sul, e 250 adidas, trabalhando na do norte.

No dia 2 de junho saiu do Juruena, em direção à serra do Norte, a nova expedição composta de 42 homens, e levando como principais auxiliares os Drs. Alípio de Miranda Ribeiro, zoólogo, e Joaquim Tanajura, médico; Tenentes João Salustiano Lira, encarregado das observações astronômicas e do serviço de vanguarda; Emanuel Silvestre

do Amarante, incumbido dos levantamentos topográficos; Alencarliense Fernandes da Costa, comandante do comboio de reforço; e Antônio Pirineus de Sousa, comandante dum pelotão do 5º Batalhão de Engenharia.

Nessa ocasião, porém, achava-se Rondon, e havia já algum tempo, sob a ação de forte infecção palúdica, cuja marcha inspirava a todos sérias apreensões.

Na página do seu *Diário*, relativa à data de 7 de maio, ele mesmo declara: “Afinal a febre não me deixa; desde 28 de abril que ela reaparece regularmente, todas as noites, não obstante os medicamentos tomados.” E, ainda no dia 2 de junho: “Malgrado os cuidados médicos, o meu estado continua a não inspirar confiança. O facultativo não me abandona, ele mesmo prepara e me ministra, com o maior desvelo, os remédios que receita. Mas é de esperar que a marcha para o norte e a satisfação de retomar a minha empresa venham auxiliar o efeito de todos os cuidados que me têm sido dispensados pelo Dr. Tanajura.”

Mas isto não obstou a que a marcha prosseguisse com rapidez. Dez dias depois da saída do Juruena já os expedicionários avistavam o “esplêndido panorama da serra do Norte”.

“Os esboroamentos do chapadão lá estavam, formando vales enormes que se dirigem do sul para o Equador. O fundo desses vales, leito doutros tantos rios e riachos, é coberto de extensos buritizais e de matos em que abundam as seringueiras. Os declives e terraços, testemunhas do antigo chapadão, mudos e imotos, revestem-se de gramíneas claras, em contraste com o verde-escuro dos portentosos buritizais. E tudo isto forma conjuntos gigantescos, que se alongam a perder de vista, numa gradação suave para o azul profundo, ainda mais realçada nessa manhã pela brilhante luminosidade do céu límpido e transparente.”

Descendo os leves declives desses vales ensombrados de buritis e bacabas, diz Rondon, se alcançaram os Campos Novos e o último acampamento de 1908.

Resolvemos fundar nestes campos uma fazenda a que demos o nome de ‘Retiro do Veado Branco’. Para esse fim, escolhemos uma eminência, rodeada de cabeceiras de excelentes águas, e nela construímos um bom rancho, modesto início de futuro estabelecimento que, dentro de poucos anos, abastecerá de cereais e de gado todo este noroeste, até o Acre e o alto Amazonas.

“Para tratamento do pequeno rebanho com que dotei o Retiro e para os primeiros trabalhos de lavoura que mandei fazer, deixei ali instalados dez homens, sob a direção de Severiano Godofredo de Albuquerque, com recomendações muito especiais para não hostilizarem os índios da região, procurarem atraí-los e com eles entabularem relações de amizade.

“Partindo desse lugar, no dia 29 conseguimos reganhar o maciço dos Parecis, subindo pela escarpa oriental da serra do Norte, por caminho aberto em densa mata de árvores elevadas. Acampamos na nascente duma cabeceira, a que dei o nome de ‘Comemoração de Floriano’. É um ponto esplêndido para base de operações, muito freqüentado pelos índios, que aqui vêm caçar. Entre dois capões elevados e a extensa mata que acabávamos de atravessar, ao sul, desdobra-se um belo campo de gramíneas forrageiras, recentemente queimado pelos silvícolas. O nosso gado já começava a afrouxar; podia, pois, refazer as suas forças.”

Infelizmente, porém, esse campo era pouco extenso. As explorações feitas em todos os sentidos esbarravam sempre em matas intermináveis, cada vez mais densas, de árvores colossais.

Rondon convenceu-se de que não existiam, no rumo do poente, novos chapadões de campos gerais; a mata devia prolongar-se até a queda da vertente oriental do Guaporé.

No entanto, os estudos topográficos da região continuavam com afinco.

Havia ali um emaranhado de cabeceiras, quase inextricável; e isso mais estimulava a curiosidade do Tenente Lira e do Coronel Rondon, cuja saúde, por esses dias, melhorou, vendo-se ele, afinal, livre da febre que o vinha atormentando desde o início da expedição, em Tapiapuã.

Eis em que termos ele mesmo resumiu a natureza das dificuldades encontradas nesta zona:

“Num espaço pequeníssimo, num ponto quase, encontramos cabeceiras de rios tributários de três grandes bacias, de direções bem diversas: a do Guaporé, a do Tapajós e a do suposto Jamari. Difícil era

discernir a qual dessas bacias pertencia cada uma das cabeceiras que íamos descobrindo.

“Assim, por exemplo, um rio encontrado no dia 16 [de agosto] com 12 metros de largura, 0,50 metros de profundidade e velocidade média, por segundo, dum decímetro, subterrâneo em certos trechos e quase todo encachoeirado, mereceu o nome de ‘rio da Dúvida’ – porque ao Tenente Lira parecia que ele corria para o Guaporé, ao passo que a mim se afigurava como sendo um dos formadores do Jamari, das nossas cartas.”

Por fim, depois de explorações muito complexas, em que se empregaram 50 dias de incessantes trabalhos, Rondon firmou a resolução de prosseguir a marcha pelo espigão que separa o rio da Dúvida do Comemoração de Floriano, atravessar o vale do primeiro e em seguida romper para o noroeste, demandando o ponto de intersecção do meridiano de 20° com o paralelo de 11°; daí a expedição desceria pelo vale de Jaci-paraná, até encontrar a turma de reforço comandada pelo Capitão Costa Pinheiro.

Decorreram dois meses de trabalhos incessantes, com os quais os expedicionários se internavam cada vez mais na enorme amplidão da floresta amazônica. Os animais da tropa aniquilavam-se rapidamente, esgotados de cansaço e de fome. Víveres já não existiam; a alimentação reduzia-se a caças, pescados, mel e palmitos. Estava-se em outubro, início da estação chuvosa, que naquelas paragens se caracteriza pelo desabamento quotidiano de formidáveis aguaceiros. A distância percorrida, a contar de Tapirapuã, já se elevava a 647 quilômetros na diretriz da linha-tronco e 240 de variantes diversas.

A marcha só podia prosseguir reduzindo-se a bagagem ao estritamente indispensável à realização dos trabalhos que ela exigiria daí por diante, e isso mesmo tinha de ser carregado pelos próprios expedicionários. Por todas essas dificuldades era preciso reduzir também a coluna exploradora. Rondon desdobrou-a em três turmas: a primeira, sob a direção dum sargento, retrocederia para Juruena, arrebanhando os bois e muares que tinham ficado estrompados ao longo da picada; a segunda, de 14 pessoas, com o Tenente Alencarliense e os Drs. Miranda Ribeiro e Tanajura, desceria em canoa, que se acabava de construir, o rio Pimenta Bueno, recentemente descoberto; e, finalmente, a terceira, com um efe-

tivo de 28 homens, continuaria por montes e vales, rompendo a floresta rumo N. O., em demanda do ponto em que se esperava estar o reforço do Capitão Pinheiro.

Estas três turmas separaram-se no dia 25 de outubro, iniciando os seus respectivos itinerários. A que marchava com Rondon, entrou pouco depois numa região de serras formadas por contrafortes da cordilheira dos Parecis. Às dificuldades já grandes da falta de alimento, das chuvas copiosas, da umidade constante e doentia do interior das matas amazônicas, juntava-se agora o esforço fatigante de escalar as escarpas abruptas destas montanhas, de cujas cristas os expedicionários, sempre sobrecarregados com o peso das bagagens, tinham de desempenhar-se para o fundo de vales estreitos e sombrios.

Vencendo todos os obstáculos que se lhes deparavam, os intrépidos devassadores de sertões chegaram, enfim, a 13 de novembro, ao lugar definido pelas coordenadas geográficas, que, nas cartas então existentes, assinalavam as proximidades das nascentes do Jaci-paraná. Trataram, pois, de as descobrir, porque, acompanhando-as águas abaixo, não tardariam encontrar o Capitão Costa Pinheiro.

Estas esperanças robusteceram-se ainda quando, no dia 25, no decurso da exploração dum riacho, foram encontradas duas árvores lavradas, com inscrições de iniciais maiúsculas, e, um pouco mais longe, vestígios de ranchos e latas de conservas alimentícias vazias.

Os expedicionários persistiram em acompanhar o riacho, apesar dele seguir na direção de N. E.; à noite perscrutavam o céu cheios da esperança de verem os balões ou os foguetes que, segundo combinações anteriores, o Capitão Pinheiro deveria soltar por esta época, para lhes servirem de aviso e assinalamento da posição por ele ocupada.

Era esta a disposição dos ânimos quando, no dia 26, o Tenente Lira, estando com a turma da vanguarda a abrir o pique, ouviu de dentro do arvoredo alguém gritar: “Estou perdido nesta mata!”

.....

XI

C

HEIO de emoção, precipitou-se o oficial na direção da voz, certo de encontrar um homem da expedição do Jaci-paraná. Não correu muito, logo se lhe deparou um indivíduo, alto, claro, olhos azuis, cabelos louros e compridos, no último estado de miséria física a que pode ficar reduzido um ser humano, depois de longuíssimo tempo de cruéis sofrimentos e terríveis privações.

Procurando a custo vencer a forte comoção que o dominava, declarou o desconhecido chamar-se Miguel Sanka, de 24 anos de idade, empregado nos seringais do Urupá, no rio Machado ou Ji-paraná.

Explicou que, no delírio dum acesso de febre palúdica, em junho, se internara na mata, onde por muito tempo vagara sem rumo nem destino; e viera ter àquele ponto, por não saber voltar ao barracão de que fazia parte.

Ouvindo a narrativa de Miguel Sanka, Rondon e seus oficiais desconfiaram que os padecimentos e misérias da sua horrorosa aventura de seis meses lhe houvessem feito perder o juízo; porque, para admitir que ele tivesse vindo da bacia do Ji-paraná, pelo itinerário que descrevia, sem atravessar um rio caudaloso – o Jamari, seria necessário supor enorme erro nas posições figuradas para todos esses rios nas nossas cartas geográficas.

No entanto, os trabalhos de reconhecimento, que prosseguiram, acabaram por convencer os expedicionários de que as informações de Sanka eram verdadeiras; estavam em águas do Ji, de nada lhes podiam valer os reforços com que o Capitão Costa Pinheiro os esperaria no alto Jaci-paraná, cuja verdadeira posição, conforme se acabava de verificar, era muito diferente da que lhe era dada pelos geógrafos.

A expedição tinha, pois, de continuar a travessia por terra. Mas, como já se não podia esperar tão grande esforço dalguns doentes, e muito menos de Miguel Sanka, Rondon resolveu fazer construir outra canoa, que os levaria, águas abaixo, até o Ji e por este ao Madeira.

Assim, a 8 de dezembro embarcaram nessa canoa 13 homens doentes, sob o comando do Tenente Pirineus; com este foram os instrumentos de engenharia e o sextante, de que pela primeira vez Rondon se separava.

Com a sua turma, agora reduzida a 13 homens, reencetou Rondon a marcha rumo do poente. Vencendo mais um contraforte da cordilheira dos Parecis, achou-se, passados cinco dias, no vale dum rio cuja identificação não podia fazer no momento, porque todo o edifício geográfico arquitetado, desde os tempos coloniais, para representar a configuração do terreno, entre os meridianos 17° e 20° a oeste do Rio, estava desfeito e por terra.

Mas, descendo paralelamente às margens desse rio, os expedicionários encontraram, no dia 13 de dezembro, a mais de 1.297 quilômetros de Cuiabá, o primeiro estabelecimento de seringueiros, constituído apenas por um casal de caboclos, que ali vivia em triste isolamento, sem outras relações com o mundo senão a de entregar no barracão do aviador de Manaus o produto do seu trabalho.

Por eles Rondon ficou sabendo que se achava no rio Pardo, afluente do Jamari; o Jaci ficava muito mais para o poente, por detrás doutro ramal da cordilheira dos Parecis.

Prosseguindo a marcha, já dispondo de sal e dalguns outros pequenos recursos dados pelos seringueiros, chegou a expedição ao barracão do Sr. Frota, proprietário dos seringais do rio Pardo, onde pôde reabastecer-se de roupas.

Finalmente, ora ainda por terra, ora embarcados, Rondon e seus comandados, no dia 25 de dezembro, avistaram o Madeira, termo duma campanha de 237 dias, “na qual” diz ele, “vencemos a natureza selvagem do sertão, as fraquezas do nosso próprio organismo e as apreensões, as dúvidas e os sobressaltos da nossa alma”.

Chegado a Santo Antônio, Rondon enviou no mesmo dia emissários ao Capitão Costa Pinheiro avisando-o de que já não havia motivo para continuar a manter a estação do Jaci, e que se devia retirar dali para o Rio de Janeiro.

Entretanto, os acessos de febre palustre, que tinham cessado, em Comemoração Floriano, justamente no momento em que os trabalhos de exploração e reconhecimento entravam na sua fase mais interessante e ativa, voltaram-lhe inopinadamente, assumindo desde logo caráter grave e ameaçador.

No dia 1º de janeiro viu Rondon a sua temperatura elevar-se a 41º. Em tais condições, não podia, evidentemente, aguardar, em Santo Antônio, a chegada do Capitão Pinheiro e do seu ajudante, Tenente Amílcar de Magalhães.

Resolveu, pois, seguir para Manaus, o que fez no dia 6.

De passagem pela barra do Ji-paraná, encontrou, e fez embarcar no mesmo navio em que vinha, as turmas dos Tenentes Alencarliense e Pirineus, que se achavam aboletadas num barracão de Asensi & C., patrões do infeliz Miguel Sanka, a favor do qual Rondon intercedeu, obtendo a promessa de que lhe seria restituída a liberdade.

Com a viagem, iam-se os padecimentos de Rondon agravando cada vez mais; e o seu mau estado chegou a ponto de, na Bahia, ser ele forçado a desembarcar e ficar em tratamento. Ao Rio de Janeiro só pôde chegar no dia 6 de fevereiro de 1910, tendo assim terminado uma portentosa viagem em torno do Brasil, com um itinerário que ninguém, antes dele, seguira.

Resumindo em traços largos os trabalhos desta expedição, diz Rondon que “eles abrangeram mais de 237 dias, que foram os empregados desde a saída de Tapirapuã até a entrada no Madeira, pela barra do Jamari. Nesse período de tempo, percorreram-se por terra 1.061 quilô-

metros e por via fluvial, em canoas, 1.549 quilômetros, sendo 713 no Ji-paraná, 354 no Jamari, 153 no Jaru e 329 no Jaci”.

Se a esses números juntarmos os 240 quilômetros de variantes estudadas e do reconhecimento do divisor, em Comemoração, teremos 2.811 quilômetros explorados e levantados em pleno sertão bruto.

E todo esse trabalho se realizou com a perda apenas de três homens, dois por desastre: o anspeçada Honorato, que se feriu com um disparo da sua própria espingarda, e um remador do Jaci, que se afogou; e o terceiro, por doença, nesse mesmo rio.

.....

XII

O

GRANDE sertão, que com tanta intrepidez foi devassado pelas três expedições a que nos acabamos de referir, estende-se ininterruptamente desde Diamantino até Santo Antônio do Madeira, na distância de 1.314 quilômetros, e alarga-se desde o Guaporé até o Araguaia, entre dois meridianos cujos planos formam um diedro de 10 graus.

Para os lados do extremo noroeste, o seu solo eriça-se em montanhas graníticas que lançam vários ramais, terra adentro, na direção do sul. No seu interior encontra-se a serra do Norte, de constituição quase toda arenítica, produzida por escavações feitas no terreno pela ação secular dos rios, e que se estende para o norte e nordeste. Depois segue-se o vastíssimo chapadão dos Parecis, que se vai erguendo suavemente para os lados do Guaporé e do Paraguai, mas, ao chegar aí, se fratura, formando vales profundos, cortados pela correnteza das águas que se dirigem para aqueles dois rios. As escarpas destas colossais erosões, vistas cá de baixo, pareceram verdadeiras serras e receberam o nome de *Cordilheira dos Parecis*; começam nas nascentes do Arinos e do Paraguai e vão se dilatando, segundo curvas muito caprichosas, para o poente e o nordeste, até a serra dos pacaás-novos.

Enquanto se está no chapadão, só se encontram matas pouco profundas, de anteparo aos rios, cujos percursos acompanham.

Mas, terminados estes campos gerais, em Comemoração de Floriano a vegetação começa a engrossar, apresentando-se, a princípio, sob a forma do que em Mato Grosso se chama *charravascal*, e passando depois, gradualmente, para a mata de *lorê*, ainda pouco alta, desta para outra maior, da bacia do Ji, até atingir, afinal, na região do Madeira, as proporções gigantescas da portentosa floresta Amazônica.

As faixas de terreno ocupadas pelas duas primeiras são de formação arenosa. Uma parece-se com os curumataús da Paraíba do Norte; a outra é notável por se terem aberto no seu interior vastas clareiras que, com o tempo, se transformaram em campos.

A estas clareiras deu Rondon o nome genérico de “campos indígenas”, por serem elas conseqüentes à destruição de trechos da selva primitiva, pelo fogo das queimadas dos índios, na preparação das suas roças. O apelido *lorê* vem de uma árvore que vive nessas florestas e cujo cerne é rijo e durável como o da aroeira; o fogo mata a árvore, mas não a consome, de maneira que, nos campos mais recentes, se vêem, de pé, isolados, os seus troncos mortos, mas ainda rijos.

A floresta do Ji, mais rica de finas essências do que a anterior, cobre um terreno de rochas graníticas, abundante de valiosos minérios.

Nela assinala Rondon entre outras a existência duma jazida de mercúrio metálico, puro.

Para as cabeceiras desse rio, contravertente do Corumbiara, há diamantes, de que se colheram alguns exemplares; e ao longo de todo o seu curso, em ambas as margens, cresce a poaia, planta que se supunha privativa das florestas do Paraguai, das dos seus afluentes Sepotuba e Jauru, e das cabeceiras do Guaporé.

Numa faixa de mais de 5 léguas de largura, cortada pelos rios Barão de Melgaço e Pimenta Bueno, e que se estende do Ji para o sul, até alcançar e abranger as cabeceiras do Corumbiara, existe o ouro à flor da terra, exatamente como, nos tempos coloniais, Sutil o encontrou nos arredores de Cuiabá.

Rondon supõe que esses riquíssimos depósitos são os das famosas minas de Urucumaquã, a que se encontram algumas vagas alusões em documentos da época dos capitães-gerais, quando os trabalhos de mineração do precioso metal revolviam os sertões do Guaporé.

Para bem esclarecer os pontos relativos a tão interessante questão, contratou ele os serviços dum especialista, o engenheiro de minas Moritz, e este, por um primeiro exame que fez em 1919, na região indicada, verificou a existência de jazidas poderosíssimas.

As amostras recolhidas foram sempre de ouro grosso, do tamanho dum grão de arroz ou em pepitas ainda maiores; trazidas para aqui, acusaram, ao toque, 22 quilates.

Por fim, das florestas do Madeira nos limitaremos a dizer que nelas encontrou Rondon reunidos todos os prodígios e excelências característicos das diversas regiões amazônicas: a fecundidade monstruosa do solo, a fauna variadíssima e abundante, o arvoredo de essências preciosas: o cacau, a castanha-do-pará, o caucho, a seringa e muitos outros elementos de enorme riqueza, cuja enumeração seria aqui descabida.

Por sobre toda a vasta amplitude deste novo sertão, se desdobra um céu azul puríssimo, sem manchas, durante os meses de estiagem, de maio até fins de setembro; mas, na estação das chuvas, por entre grandes descargas elétricas e assustadoras trovoadas, ele se conserva quase sempre coberto de nuvens, umas pesadas, de contornos fulvos e franjados, outras tênues, esgarçadas, transparentes, levíssimos flocos de algodão.

Nos campos dos Parecis, as alvoradas e os acasos são fenômenos de proporções maravilhosas, de longuíssima duração; e em Comemoração a Floriano os crepúsculos parecem prolongar cada dia até o nascer do outro, quase suprimindo as noites.

Nem faltam, para completar a grandiosidade dos aspectos sob que a natureza se apresenta neste seu primoroso teatro, os espantosos dramas provocados pelos elementos, quando, entrando em agitações bruscas e desordenadas, desencadeiam forças ciclópicas.

Muitas vezes Rondon encontrou no interior das florestas, mesmo em lugares de maior espessura das pesadas massas vegetais, grandes extensões em que as árvores, desarraigadas, jaziam por terra, com os grossos troncos torcidos e quebrados. O quadro, em conjunto, mostrava a ramaria estirada num sentido geral, como caem, a um sopro, colunas de cartas de baralho. É que, na bacia do Madeira, desde as cabeceiras até os últimos pontos do seu profundo vale, os furacões não são raros, e quando passam sobre o matagal abrem nele alongadíssimas

clareiras, deixando bem assinaladas a direção e o sentido donde vieram e para onde foram.

Fora da floresta, nos chapadões rasos, também esses fenômenos aparecem.

Nos campos dos planaltos dos Parecis, desde junho até outubro, vêem-se, às vezes, altíssimas colunas, que se elevam para o céu em grossos bulhões famosos e parecem indicar, no limite do horizonte, algum incêndio de proporções gigantescas.

São os ciclones que, em vertiginosa translação e redemoinhando, reúnem e atiram para o alto massas consideráveis de cinza escuras, gravetos e folhas carbonizadas das queimadas recentes.

.....

XIII

COM os fugitivos lineamentos que acabamos de tracejar, talvez as imaginações vivazes possam construir um primeiro esboço do quadro geral que representa o grande sertão do noroeste mato-grossense, e facilmente será compreendido o motivo do entusiasmo que acendeu, na alma de Rondon e de muitos dos seu auxiliares, o desejo ardente de o esquadriñar em todos os rumos até o mais íntimo dos seus últimos recessos.

Pelas grandes expedições de reconhecimento para o traçado do tronco da Linha Telegráfica, de 1907 a 1909, só podia ficar conhecida, deste grande território, uma faixa muitíssimo extensa, mas de largura relativamente insignificante. É verdade que Rondon se aplicou desde o princípio em alargar o mais possível a superfície explorada.

Nestes apontamentos aludimos a algumas das variantes e digressões que, para esse fim, ele fez no decurso daquelas expedições. Mas, para obter resultados verdadeiramente comparáveis com a magnitude do problema, não podia ser esse o meio mais adequado e mais fácil, ao mesmo tempo que o mais econômico e mais rápido.

Já vimos que a grande exploração por via terrestre, de Cuiabá até o Madeira, abriu um caminho através de cabeceiras de rios que correm para todos os pontos dos dois quadrantes que se podem descrever a

partir do Oeste, um para o Norte e outro para o Sul. Portanto, para esquadrihar toda essa vasta região, o mais conveniente era seguir essas vias fluviais, e, tanto quanto possível, fazê-lo a partir das nascentes, para aproveitar as facilidades da navegação águas abaixo.

Este plano foi adotado e está sendo executado com aquela exatidão e firmeza que já estamos acostumados a encontrar em todos os empreendimentos concebidos e realizados pelo Coronel Rondon. Dos principais resultados até agora alcançados nestas explorações fluviais, passamos a dar uma notícia muitíssimo sumária, quase reduzida à simples enumeração dos rios em que elas se fizeram.

No intervalo que se conta do fim da expedição de descobrimento da serra do Norte à que se lhe seguiu em 1909, Rondon, desembaraçando-se das primeiras dificuldades que haviam desorganizado os serviços da construção, aproveitou um momento de folga para visitar a região onde existiam as principais aldeias dos parecis, nas altas cabeceiras do rio Tauru-iná, designado pelos seringueiros com o nome de “Verde”. Este rio, pertencente à bacia do Juruena, entronca no Sacre pela margem direita. Não figurava nos mapas anteriores aos trabalhos da Comissão das Linhas Telegráficas; Rondon estudou-o geograficamente e fez o levantamento do seu curso, desde a foz até as nascentes, reconhecendo estarem estas colocadas no paralelo de 15° 19' 23”, onde contravertem com as do rio Juba, afluente da margem direita do Sepotuba. A nascente principal recebe as águas do riacho Inaquaquerê-çuê, às quais, por sua vez, chegam já engrossadas pelas do Hoterzarê-çuê.

Estes três ribeiros, no seu conjunto, formam as cabeceiras do rio estudado e incluído na *Cartografia do Brasil* pelo coronel Rondon. Em cada uma delas, ele encontrou e visitou uma aldeia de índios parecis, respectivamente dirigidos pelos *amures* Coluizorocê, Uazacuriri-gaçu e To-loiri.

A exploração deste rio foi realizada por via terrestre. A primeira que se fez por via fluvial foi a do Jaci-paraná, levada a efeito pelo Capitão Costa Pinheiro e Tenente Amílcar Botelho de Magalhães, por ocasião da expedição de 1909, apontada linhas atrás.

Estes distintos oficiais do nosso Exército começaram a subir o Jaci no dia 18 de agosto, com 25 homens, embarcados em três canoas. A viagem foi muitíssimo trabalhosa; o período era de estiagem, por isso

o rio se achava tão seco que, a cada passo, os expedicionários precisavam arrastar as canoas sobre a areia do fundo, quase enxuto. Por fim chegou-se a um ponto onde nem mesmo esse recurso pôde ser utilizado, porque o leito se tornou pedregoso.

Mas, como o objetivo principal da expedição exigia que se atingisse o ponto mais alto possível, o capitão Costa Pinheiro fê-la avançar por terra, margeando o rio por uma picada que se ia abrindo.

As febres tropicais não tardaram a aparecer, fazendo vários doentes e atacando com excepcional violência o próprio chefe da expedição e o seu ajudante; dos doentes, um morreu. Contudo, os bravos oficiais conservaram-se inabaláveis no posto que lhes havia sido designado, e dali só se retiraram no dia 22 de janeiro, depois de receberem a ordem que para isso Rondon lhes mandou de Santo Antônio do Madeira.

Os trabalhos dessa expedição, explanados num relatório já impresso e publicado, constaram do levantamento topográfico do rio, desde a foz até o ponto chamado Cachoeira do Campo Grande, numa extensão de 328.926 metros, sem incluir nesse número 39.500 metros, da picada marginal a que acima aludimos, sondagem do canal; observações termométricas e barométricas, tomadas em 2.202 estações; determinação da seção transversal e da descarga dos afluentes e das cachoeiras; avaliação do potencial teórico e utilizável das quedas e saltos existentes; determinação das coordenadas geográficas dos pontos principais, em número de nove, utilizando-se para isso um teodolito astronômico de Casella, e de três cronômetros; cálculo das altitudes de pontos notáveis e determinação do desvio da agulha magnética. Além disso, fez-se o levantamento do quadro estatístico da população existente no rio e seus afluentes; dos produtos extraídos da floresta, dos estabelecimentos já fundados, etc.; e colheram-se informações sobre as tribos dos índios da região, lugares em que elas se acham instaladas e natureza das relações entre elas e os civilizados.

Além da morte por febre a que aludimos, teve a expedição de lamentar mais as consequências dum assalto inopinado que alguns índios caritianas deram a uma das suas canoas, na tarde de 2 de setembro. Infelizmente, desse assalto resultou sair ferido o médico Dr. Paulo dos Santos, alcançado no braço esquerdo por duas flechas, e no abdome por uma; e morto, por submersão no rio, o remador Eugênio Martins Afonso.

Tão triste ocorrência só se deu por terem os silvícolas confundido o Dr. Paulo dos Santos com a pessoa dum seringueiro do Jaci que os perseguia, e contra quem preparavam, há tempos, emboscadas vingativas.

Do modo por que se portaram, nessa difícil conjuntura, o capitão Costa Pinheiro e seus dignos companheiros, se pôde ajuizar pelos termos de que se serviu o Coronel Rondon, na ordem do dia, para dissolução da expedição de 1909.

Nesse documento, Rondon elogia aquele oficial, não só pela inteligência e competência com que se houve na execução do reconhecimento do rio Jaci-paraná, como também pelo alto critério, firmeza e sentimento de humanidade que revelou, quando inesperadamente foi atacada a turma pelo grupo de índios caritianas.

Ainda no decurso da expedição de 1909, foram reconhecidos e levantados, por métodos expeditos, únicos que se podiam empregar na ocasião, os rios Jaci-paraná e Jamari.

Como vimos, o Coronel Rondon e os 15 homens que com ele terminaram a travessia do sertão, desde Tapirapuã até o Madeira, encontraram o rio Pardo, afluente do Jamari, na região em que, pelas cartas geográficas, deveria estar o Jaci. Vimos também que a última fase dessa expedição consistiu exatamente em percorrer aqueles rios, até entrar, por último, no Madeira. Nessa ocasião, Rondon figurou, num esboço provisório, os acidentes mais notáveis do trajeto que seguia.

Posteriormente, a seção encarregada de, partindo do norte, avançar a construção da linha para o sul, procedera à exploração exata do Jamari, fixando as suas nascentes entre os meridianos 20 e 21 graus e os paralelos de 10 e 11 graus, num grande contraforte de granito da cordilheira dos Parecis. É um curso d'água de terceira ordem, cuja extensão não excede 400 quilômetros. Pode ser considerado como formado por dous galhos principais; o mais importante conserva o nome de Jamari; o outro chama-se Canaã; é neste que entronca, pela direita, o Pardo.

Quanto ao Ji-paraná, ou Machado, vimos que da expedição de 1909, no dia 25 de outubro, se destacou uma turma encarregada de descer em canoas o rio Pimenta Bueno, que não figurava nas cartas geográficas até então desenhadas. Rondon, ao fazer partir essa canoa, ignorava

o ponto preciso em que ele iria sair; mas, fosse como fosse, esse rio podia prestar para o futuro importantes serviços à comissão, porque, sendo navegável até paragens tão no interior do sertão, por ele poderiam subir, vindo provavelmente do Madeira, os materiais necessários à construção.

Por tal motivo levava o Tenente Alencarliense recomendações especiais para ir ao ponto em que dele se pudesse sair num caminho trafegado pela navegação regular de Santo Antônio a Manaus.

Essa expedição, cujos trabalhos foram terminados pelo Dr. Alípio de Miranda Ribeiro, constatou que o Pimenta Bueno deságua no rio Ji-paraná.

Ao levantamento expedito, realizado nessa ocasião, seguiram-se outros exatos, efetuados em épocas diversas pelo Capitão Nicolau Bueno Horta Barbosa, Tenente Manuel Tibúrcio Cavalcanti, que deixaram completa a planta da totalidade do curso do Ji, com uma poligonal de 521 quilômetros.

O Iquê e o Doze de Outubro entram no número dos rios desconhecidos antes das grandes explorações realizadas pelo Coronel Rondon. A primeira vez que ele os encontrou foi em 1908, na travessia do Juruena para a serra do Norte. O reconhecimento da linha-tronco, executado naquele ano, atravessou as suas cabeceiras acima do paralelo de 12 graus, e nas imediações do meridiano de 10º ao oeste do Rio de Janeiro. Quanto à direção geral dos respectivos cursos, nada de certo se podia saber; a hipótese mais aceitável consistia em supô-los contribuintes da grande bacia do Madeira. Para tirar a limpo estas dúvidas, Rondon decidiu mandar reconhecê-los desde as suas mais altas cabeceiras.

A primeira expedição que para esse fim se organizou foi confiada ao Tenente Júlio Caetano Horta Barbosa, e visou o Iquê.

Os seus trabalhos abrangeram o período de cinco meses, desde agosto até fins de dezembro, época em que saiu na cidade de Santarém, Estado do Pará. O levantamento do Iquê revelou ser este rio afluente do Doze de Outubro, e este, por sua vez, do Camararé, contribuinte do Juruena. Portanto, aqueles rios, em vez de pertencerem à bacia do Madeira, concorrem para a formação da Tapajós, cujas cabeceiras, por isso, abrangem uma larga região de 570 quilômetros, desde o Estivado, con-

travertente de águas do Cuiabá, até o Iquê, contravertente das nascentes do Dúvida.

Antes da expedição do Tenente Júlio Caetano, uma outra, dirigida pelo Capitão Costa Pinheiro, havia explorado o Juruena, procedendo ao seu completo levantamento topográfico. Dispunha esta expedição duma flotilha de cinco canoas, e levava o botânico Frederico Hoéhne e o médico Dr. Murilo de Campos. Os seus trabalhos duraram desde 28 de dezembro de 1911 até 20 de março de 1912, data em que o Capitão Costa Pinheiro chegou ao porto de São Luís, no Tapajós, início duma linha de navegação a vapor para Belém.

Dos importantes resultados colhidos nesta exploração, daremos rápida notícia no último capítulo destes apontamentos. Aqui limitar-nos-emos a assinalar que Rondon demonstra no seu *Segundo Relatório Parcial*, atualmente no prelo, ser o Arinos um simples afluente do Juruena e que este se estende até a foz do São Manuel. Só depois da reunião desses dois rios começa o Tapajós. Não havia, pois, razão para Pimenta Bueno modificar as tradições geográficas lançadas desde o tempo em que o Capitão Pedro Teixeira, em 1726, descobriu o famoso Tapajós. Por essas tradições, o curso do Juruena divide-se em baixo e alto Juruena; o primeiro é a parte do curso compreendido entre os pontos de confluência com o S. Manuel e com o Arinos; o segundo estende-se desde a confluência do Arinos até as nascentes.

Ao fechar o resumo dos trabalhos desta expedição, fez Rondon o seguinte apelo:

“Como preito de merecida homenagem e sob forma duma proposta de gratidão cívica, submeto à consideração dos geógrafos brasileiros a idéia de se mudar o nome do rio S. Manuel para o de Teles Pires, em honra à memória do engenheiro militar e intrépido explorador que primeiro tentou fazer o reconhecimento geográfico desse rio, desde as suas mais altas cabeceiras, e, vítima do seu entusiasmo pela geografia pátria, naqueles desertos ficou para sempre sepultado. E, como corolário dessa obra de justiça, proponho também que à cachoeira onde ocorreu o doloroso e fatal desastre se dê o nome do companheiro de Teles Pires, o engenheiro militar Oscar de Miranda, salvo em 1890, quase moribundo, pela solicitude do então governador do Amazonas, capitão Augusto Ximenes Villeroy.”

Acabamos de nos referir ao Arinos. As crônicas da antiga Capitania do Mato Grosso relatam como esse rio foi descoberto, em 1746, pelo célebre sertanista português João de Sousa Azevedo, que, tendo subido o Sepotuba, varou o trato de terra que fica entre ele e outro rio, a que deu o nome de Sumidouro, por ser subterrânea uma parte do seu curso. Pelo Sumidouro entrou o sertanista português no Arinos, deste, no Juruena e em seguida no Tapajós, indo sair finalmente no Amazonas.

Apesar de ser esse caminho conhecido há mais de século e meio e de por ele terem passado várias expedições científicas, ainda não existia um levantamento geográfico completo de todas as cabeceiras e afluentes do Arinos.

Para fazer desaparecer semelhante lacuna, organizou Rondon uma expedição sob a chefia do tenente Júlio Caetano Horta Barbosa.

Esta expedição partiu de Cuiabá no dia 17 de outubro de 1914, ganhou as nascentes do rio Novo, principalmente formador do Arinos, e daí prosseguiu os seus trabalhos topográficos até sair, no dia 16 de fevereiro de 1915, em Bela Vista, sobre o Tapajós, com 2.082 quilômetros levantados, sendo 468 por terra e 1.614 por água.

Além dos estudos relativos às descargas do rio e dos seus afluentes, das sondagens para o conhecimento das seções transversais, observações barométricas, etc., esta expedição abriu e levantou o varadouro de ligação do Tapajós com o Sucunduri, reclamado há muito tempo pela necessidade de se estabelecerem comunicações diretas com o vale do Madeira.

Os moradores do Tapajós, que só podiam chegar àquele vale dando enorme volta pelo Amazonas, esforçavam-se por conseguir a abertura do varadouro. Para este fim, prestaram todo o auxílio que puderam ao explorador inglês Savage Landor, que, em 1911, passou pelo Tapajós, indo do Arinos; mas, apesar desses auxílios, Landor nada conseguiu fazer, por se ter perdido dentro da mata.

Os rios, a cujas explorações e levantamentos topográficos acabamos de nos referir, dão, em conjunto, uma extensão de seis mil quilômetros.

Mas, apesar de ser tão grande a obra já realizada, os trabalhos, impulsionados por uma vontade superior, que adota a máxima romana de considerarmos como ainda nada tendo feito enquanto reste alguma coisa por acabar, prosseguem com o mesmo ardor dos primeiros dias.

Por isso, três turmas se acham neste momento embrenhadas em partes ainda desconhecidas daquele vasto território; uma, dirigida pelo Tenente Francisco Marques de Sousa, explora o rio Ananás; outra, chefiada pelo Tenente Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos, percorre pela primeira vez o rio do Sangue; e a terceira, sob as ordens do Tenente Antônio Pirineus de Sousa, está no rio S. Manuel, completando a obra do malogrado Capitão Teles Pires.

Quanto à primeira, diremos que os seus trabalhos se iniciaram em princípios de março do corrente ano. O rio que lhe coube estudar foi assinalado pela primeira vez em 1909. Como os demais encontrados pelo Coronel Rondon ao longo do percurso que abriu de Tapirapuã ao Madeira, o Ananás foi, nessa ocasião, apenas atravessado na proximidade das suas nascentes, nos campos de Comemoração de Floriano, não se podendo, a respeito do seu curso total, prever com certeza o rumo que segue, a que bacia pertence e portanto onde vai desaguar. No entanto, Rondon admite, como hipótese muito provável, que ele seja um dos formadores do rio que entronca no Madeira com o nome de Aripuanã.

Esta questão será esclarecida com a saída da expedição do Tenente Marques de Sousa. No entanto, há um ponto que pode e deve ser desde já posto fora de dúvida, e é o que resultou da confusão feita em Portugal, por um membro da sociedade de geografia de Lisboa, entre a cabeceira a que Rondon deu o nome de Ananás e o rio Abacaxis. Semelhante confusão nasceu do fato de querer o cientista português tirar conclusões do vocábulo *pine-apple*, com o qual o Sr. Roosevelt verteu para o inglês o nome Ananás, indicado pelo Coronel Rondon. Se em inglês os nomes abacaxi e ananás se exprimem pela mesma voz – *pine-apple* –, não pode isso autorizar a quem maneja o idioma português a confundir um com o outro os dois frutos, e nem tampouco afirmar que o curso de água correspondente à cabeceira Ananás é o mesmo que se conhece, desde os tempos coloniais, pelo nome de Abacaxis. Este está assinalado por exploradores que vieram navegando pelo Madeira, penetraram no seu afluente Canumã, e, continuando a ir por este acima, deram

aquela designação a um rio que deveria corresponder a certa foz observada. Quem viu no Canumã uma foz e lhe deu o nome de Abacaxis, nada pôde afirmar a respeito do ponto em que nasce o rio correspondente; como também quem só viu uma cabeceira, colocada em alto sertão desconhecido, entrelaçada com muitas outras que derivam para pontos diversos do horizonte, está absolutamente desprovido de elementos para prever a direção que toma a água descendo e onde ela irá terminar.

O Abacaxis a que se referiu o geógrafo português não tem, até agora, relação alguma conhecida com o Ananás, nem mesmo a de ter inspirado a lembrança deste nome. O que sugeriu a Rondon a idéia de dar semelhante designação àquela cabeceira foi o fato de existir nas proximidades do ponto em que ele a atravessou pela primeira vez, em 1909, uma grande plantação de ananases, pertencentes aos índios moradores nesses lugares.

Quanto às outras duas expedições, que estão explorando os rios do Sangue e Teles Pires (S. Manuel), basta-nos dizer que ambas iniciaram os seus trabalhos em maio do corrente ano, e que esses dous rios pertencem à bacia do Tapajós. O nome Sangue corresponde ao Zutiarê dos parecis.



Photo. reprod. Com. Rondon

Missão

Turma de exploração do rio Jaci-paraná

.....

XIV

S O PARA atender à comodidade da presente exposição foi que separamos os trabalhos da Comissão Rondon em duas partes: uma constituída por assuntos relativos aos reconhecimentos e explorações e outra pelos que se referem à construção. Na realidade, porém, essas duas séries de operações desenvolveram-se simultaneamente, e Rondon empregou os maiores esforços para conseguir que o levantamento dos postes e o esticamento dos fios acompanhassem a exploração tão de perto que ambos terminassem quase ao mesmo tempo.

Este resultado, porém, não pôde nem podia ser obtido, em vista das colossais dificuldades resultantes do concurso de numerosos fatores, uns previstos, outros, porém, surgidos de repente e em ocasião em que nada os indicava.

Procuraremos agora dar uma idéia da natureza e da extensão destas dificuldades, e de como todas elas foram vencidas. Antes, porém, faremos rápidas alusões às características principais da linha telegráfica, construída através do grande sertão mato-grossense.

Os fios empregados são de ferro zincado, Siemens, de 5 milímetros de diâmetro, tendo cada segmento de cem metros o peso de 1.430 gramas.

Os isoladores são do sistema Capanema, de porcelana branca, com o peso de dois quilogramas cada um, e os braços de ferro que os sustentam pesam, cada qual, um quilograma.

Quanto aos postes, empregaram-se os de ferro na seção do norte, isto é, na parte da linha-tronco, que se estende de Santo Antônio até a estação do rio Jauru, e no ramal que, partindo também de Santo Antônio, vai subindo o Madeira e depois o Guaporé, até atingir Guajará-Mirim, na fronteira boliviana. A adoção deste material foi determinada pela impossibilidade de se utilizarem nessa região os recursos oferecidos pela mata.

A extração de poste de madeira exige que se disponha de boiadas destinadas a puxá-los de arrastão ou em carretas. Mas a falta absoluta de campos e de pastagens, nas florestas do Madeira, não permite manterem-se ali esses animais.

Os muares, no entanto, podem viver perfeitamente em zonas dessa natureza, porque, para eles, há o recurso da alimentação por meio do milho e da alfafa, e também pelas folhas de quase todas as palmeiras e, especialmente, da paxiúba-barriguda, que é excelente forragem. Nestas condições, só os postes de ferro poderiam ser empregados; porquanto, vindo eles divididos em três partes, do peso máximo de 39 quilogramas cada um, era possível transportá-los, no lombo dos burros, até o ponto em que tinham de ser armados e erguido. Desta maneira, plantaram-se mais de três mil postes de ferro.

Exceto estes, todos os demais são de madeira, escolhendo-se em cada região as árvores que a fornecem mais resistente e durável. Assim, sempre que foi possível, se empregou a aroeira; à falta desta, e em escala decrescente, de preferência o carvão-vermelho, o vinhático, a sucupira-branca, o cumaru, etc. Em terras dos nambiquaras descobriu-se e utilizou-se o *lorê*, de qualidade equivalente à bem conhecida aroeira.

Para se instalar a linha, abriram-se picadões, cuja largura varia com a natureza da vegetação local e a altura das florestas. Nas chapadas descobertas, essa largura é de 10 metros; nos cerradões, cujo mato atinge 6 metros, é de 15; e assim vai aumentando, de modo a conservar-se sempre igual, pelo menos, ao dobro da altura das árvores existentes na mata atravessada, chegando, por isso, a lançar 50 metros na região amazônica.

Pelo meio da faixa assim aberta ao longo do sertão, corre uma segunda faixa da largura constante de seis metros, preparada de forma a servir de estrada de rodagem; nela os tocos foram aparados rente ao solo, e nos pontos necessários construíram-se estivados e pontilhões.

Nos rios muitos largos instalaram-se balsas, com a capacidade suficiente para transportar até seis bois de cada vez. Além disso, os trabalhos de conservação da grande faixa são dirigidos de maneira a obter-se a sua rápida transformação em campo e substituída a sua vegetação silvestre por gramíneas forrageiras que Rondon tem feito semear, na previsão de que por aí tenham de passar, dentro de pouco tempo, tropas e boiadas para o abastecimento do alto Amazonas.

Pelo eixo da faixa corre a linha; a sua locação fez-se obedecendo rigorosamente às exigências técnicas recomendadas pela Repartição Geral dos Telégrafos. Além do serviço de levantamento topográfico e nivelamento de todo o picadão, há ainda a considerar as disposições especiais sobre o raio mínimo das curvas, espaçamento dos postes (de 90 em 90 metros nas retas; de 50 em 50, nas curvas), escoragem daqueles em que o fio muda de direção e outros detalhes que seria fastidioso citar aqui.

Devemos ainda aludir às casas das estações para moradia dos telegrafistas e instalações dos respectivos aparelhos. Os materiais empregados na construção variam de acordo com os recursos que se puderam obter na ocasião; umas são de madeira, outras de adobes, e algumas de tijolos, cobertas em geral de zinco ou de telhas, e assoalhadas.

A distância máxima entre duas estações consecutivas é de 90 quilômetros e ao todo foram instaladas 31, assim distribuídas: na linha-tronco, de Cuiabá a Santo Antônio, 21; no ramal de São Luís de Cáceres à cidade de Mato Grosso, 3; no ramal da Barra dos Bugres, que sai de Parecis, 2; e, finalmente, no ramal de Guajará-Mirim, cinco.

Quanto às denominações dessas estações, todas as vezes que não eram naturalmente indicadas por algum acidente notável do lugar, como Ponte de Pedra, Utiariti, Juruena e outras, adotou Rondon nomes de brasileiros ilustres, já consagrados pelas homenagens da gratidão nacional, tais como: José Bonifácio, Capanema, Pimenta Bueno, Barão de Melgaço e outros, ou nomes de tribos indígenas, tais como Parecis, Nambiquaras, Ariquemes, Caritianas e Caripunas.

Pelas indicações dadas linhas acima sobre a natureza e o peso dos materiais empregados nesta construção, poder-se-á avaliar que a dificuldade máxima em todo o decurso deste empreendimento foi sempre a dos meios de transporte. De fato, a Comissão Rondon teve os seus

passos, a sua vida, constantemente subordinada a tropeços resultantes das grandes distâncias que se tinham de transpor com esses pesadíssimos fardos. Até Tapirapuã podiam eles ser, e eram levados por via fluvial, com relativa facilidade. Mas, daí para cima, ficava tudo dependendo das tropas e era difícilimo mantê-las bem organizadas durante tempo apreciável, por motivo da falta de pastagens nos campos dos Parecis, e depois pelo acréscimo incessante que iam tendo as distâncias a percorrer, à medida do avanço dos trabalhos.

Para remediar este grave inconveniente, dividiu Rondon os trabalhos da Comissão em duas seções: uma para operar do lado do sul, tendo como via de abastecimento essa que deixamos indicada; outra, destinada ao norte, partindo de Santo Antônio do Madeira, que lhe serviria de ponto de apoio, e devendo aproveitar-se das facilidades oferecidas pela navegação do Madeira, Jamari, Ji-paraná e Jaru.

De outro lado, quando a construção do sul avançasse tanto que começasse a ressentir-se do inconveniente de ficar muito afastada da sua base, estabelecida em Tapirapuã, já lhe seria possível utilizar-se do Ji-paraná e dos seus formadores recentemente descobertos, principalmente do Comemoração de Floriano, reconhecido desde a expedição de 1909.

De acordo com este plano, criou Rondon a Seção do Norte e entregou a direção dos seus trabalhos ao Coronel Agostinho Raimundo Gomes de Castro, ao tempo ainda no posto de major. Este distinto oficial seguiu para Santo Antônio em 1910, logo depois de empossado no espinhoso encargo.

Infelizmente, porém, teve apenas o tempo estritamente necessário para organizar os trabalhos de sua Seção e iniciar as primeiras explorações para a locação da linha.

Atacado pelas febres tropicais e em estado gravíssimo, teve de se recolher ao Rio de Janeiro, com quase todos os oficiais seus auxiliares.

Em 1911 foi a chefia dessa Seção entregue ao Capitão Nestor Sezefredo dos Passos, o qual também em pouco tempo teve de se retirar, por motivo de doença.

Ainda no mesmo ano foi este posto ocupado pelo Tenente Sebastião Pinto da Silva, que reorganizou os trabalhos e atacou a loca-

ção, abrindo um picadão de 50 metros de largo, na parte mais difícil dos trabalhos da floresta, com o qual atingiu o Jamari, ao fim de 53 quilômetros. Daí o mesmo oficial continuou em demanda do ponto em que depois foi locada a estação de Caritianas, mas só conseguiu chegar em fins de 1912 ao lugar chamado Torno Largo, colocado a 80 quilômetros de distância da estação anterior.

Durante estes dois anos o estado sanitário da Seção, que já estava e continuou aos cuidados do Dr. Tanajura, manteve-se em muito boas condições.

Houve só a lamentar a perda de cinco trabalhadores, dentre 250 que eram; um, porém, morreu de desastre, ao derrubar uma árvore. Para tão favorável resultado, deve ter concorrido, além do mais, a providência que o Ministério da Guerra tomara, por propostas do Coronel Rondon, de se substituírem os soldados que, até então para lá eram enviados, por homens já aclimatados no lugar, que assentavam praça no 5º Batalhão de Engenharia, como voluntários regionais.

O Tenente Sebastião Pinto foi substituído pelo Capitão Costa Pinheiro, que terminou, em 1913, o trecho de Torno Largo até a estação de Ariquemes, compreendendo a de Caritianas, com uma extensão de 101 quilômetros. Por doença, foi o Capitão Costa Pinheiro substituído, em abril de 1914, pelo Tenente Mário de Magalhães Cardoso Barata, que levou a construção até a estação de Presidente Pena, com outra intermediária – a do Jaru – na extensão total de 169 quilômetros.

Da brevíssima resenha que acabamos de fazer da marcha dos trabalhos da Seção do Norte, pode-se concluir a série enorme de obstáculos que tiveram de ser vencidos pela Comissão Rondon, para conseguir, afinal, desempenhar-se do compromisso que tomara com o Governo e com a nação, ao aceitar o encargo de assentar a linha de Mato Grosso ao Amazonas. No entanto, muito teríamos ainda que escrever, para conseguirmos dar uma idéia dos tropeços criados a cada instante pela deficiência dos meios de transporte, pelas cansaças de viagens em canoas, rio acima, carregadas com fardos pesadíssimos, pelos cuidados incessantemente empregados para não deixar perecer os animais cargueiros, e por inúmeros outros embaraços que, nos sertões, surgem de repente, ameaçando desorganizar e aniquilar os serviços mais bem planejados e estudados.



Photo. reprod. Com. Rondon

Missão

Seção do Norte

O píca dão de 45 me tros de largu ra, des to ca do ao cen tro, na largu ra de 5 me tros.
No igapó em que estão os animais há agora uma ponte

N

A EXPOSIÇÃO sucinta que agora vamos fazer dos trabalhos da Seção do Sul, adotaremos a divisão em duas fases: a primeira, de 1907 a outubro de 1911, compreende a construção do ramal de S. Luís de Cáceres a Mato Grosso, e a parte da linha-tronco desde Cuiabá até Vilhena; a segunda, de outubro de 1911 a 31 de dezembro de 1914 abrange todos os serviços realizados desde Vilhena até o fechamento da linha, na estação de Presidente Pena.

Na primeira fase, que compreende o ramal de Mato Grosso como já ficou dito, os trabalhos da construção iniciaram-se a 15 de maio de 1907, sob a direção do Major Félix Fleuri de Sousa Amorim, que os levou, observando o traçado reconhecido pelo Coronel Rondon, até a entrada da mata do Guaporé. O trecho de 225 quilômetros até Pontes e Lacerda, com uma estação intermediária, a de Porto Espiridião, ficou terminado em dezembro daquele ano, data em que o Major Fleuri pediu e obteve dispensa do serviço.

Rondon, que acabava de regressar da expedição de descobrimento do Juruena, assumiu a direção desses trabalhos, e, em fevereiro de 1908, inaugurou a estação de Mato Grosso (antiga Vila Bela) a 76 quilômetros de Pontes e Lacerda, tendo assim vencido, em menos de

dois meses, os obstáculos que pareciam insuperáveis da floresta do Guaporé e do pantanal do Sararé.

Além das dificuldades de caráter técnico, aliás muito aumentadas nesses meses, em que a estação das chuvas entra no seu período de maior atividade, havia ainda o perigo do impaludismo, talvez mais atroz naquela região do que em qualquer outra dos sertões brasileiros.

De fato, não tardou ele a irromper, atacando logo com especial violência alguns oficiais da comissão e o seu chefe.

Apesar dos conselhos e representações do Dr. Armando Calazãs, Rondon persistiu em continuar à frente dos trabalhos; mas, uma vez estes terminados, e inaugurada a estação telegráfica, ordenou a retirada de todo o pessoal para S. Luís de Cáceres, procurando assim furtá-lo à devastação do terrível mórbus. Infelizmente, logo no segundo dia de marcha apareceram os primeiros casos de infecção entre as praças e trabalhadores, e a irrupção foi tão violenta que, ao chegarem a Pontes e Lacerda, já existiam 110 doentes, num total de 228 pessoas.

Esse número foi continuamente crescendo, a ponto de, ao entrarem em S. Luís de Cáceres, atingir 201. A marcha fez-se muitas vezes dificultosamente, à noite; os enfermos apresentavam-se em tais condições de desfalecimento que foi necessário transportá-los em 21 carretas, mandadas vir para esse fim, de lugares muito distantes.

Em Porto Espiridião houve a lamentar a perda do operoso Tenente Joaquim Gomes de Oliveira.

Tudo isso se dava não obstante estar a coluna, como o atesta o Dr. Calazãs, perfeitamente aparelhada com os recursos e medicamentos aconselhados para combater a terrível epidemia. “Fizemos”, escreve esse médico no seu relatório, “uso constante de sais de quinino, principalmente sob forma de injeções hipodérmicas e intramusculares, cujos resultados tivemos ocasião de admirar.”

Em resumo, as providências que se dotaram foram tão acertadas e os cuidados médicos tão eficazes que, nesse total de 201 doentes, só houve a lamentar a morte de seis pessoas.

Tratando deste assunto, ocorre-nos ter lido mais de uma vez a afirmativa de que a construção da linha telegráfica se fez à custa de tantas vidas, que se podia dizer que a cada poste correspondia um ho-

mem morto. Para se avaliar quanto tal comparação abusou do direito, aliás muito elástico, que se reconhece a todas as comparações, de exagerar, basta saber-se que as obras do ramal de Mato Grosso, desde o seu início, se concluíram com um total de 15 óbitos, sendo que, para a constituição deste número, concorreram mortes causadas por moléstias, como a varíola, a tuberculose e outras, que não foram contraídas no sertão, mas sim levadas das cidades e povoações. No entanto, nessas obras se empregou durante dez meses consecutivos um efetivo sempre superior a 200 homens e elas tiveram por teatro uma das zonas mais insalubres do território nacional.

Além dos trabalhos do ramal telegráfico, fez Rondon reconstruir a ponte da antiga estrada de Vila Bela, sobre o rio Guaporé, e mandou proceder a obras, tanto para a conservação do antigo palácio dos governadores e do quartel, edifícios de propriedade da nação, como também para melhorar as condições sanitárias da cidade. E para remover a dificuldade que haveria de se prover a estação do funcionário, preciso fez ensinar telegrafia a um filho e morador do próprio lugar, que ficou encarregado daquela estação.

Inaugurada a construção da linha-tronco também em 1907, marchou ela rápida e desembaraçadamente desde Cuiabá até Diamantino, 184 quilômetros, abrindo-se ainda nesse ano as estações intermediárias de Guia, Brotas e Rosário.

Da direção destes trabalhos estava encarregado o Capitão Marciano de Oliveira Ávila, e dos de escritório, o Capitão Custódio de Sena Braga.

No ano seguinte atacou-se o trecho de Diamantino a Ponte de Pedra, na extensão de 173 quilômetros, com uma estação intermediária, a de Parecis.

Estava-se já em pleno sertão, e os embaraços provenientes da falta de meios rápidos de transporte começaram a aparecer.

Em Ponte de Pedra foi o gado dizimado pela febre aftosa; os trabalhos ficaram aos poucos paralisados, até que Rondon chegasse da serra do Norte, de onde veio, como vimos, interrompendo a expedição de reconhecimento do Madeira, a chamado dos seus dois ajudantes.

Removidos esses tropeços, a construção avançou mais 234 quilômetros até Utiariti, com a intermediária – Barão de Capanerna – que se inaugurou a 1^a de janeiro de 1909.

De Utiariti a Juruena, durante esse ano de 1909, teve a linha um avanço insignificante, de 15 quilômetros apenas. O Major Ávila, considerando o risco que corria de ficar sem víveres para o abastecimento da turma de 100 homens, que, sob as suas ordens, se embrenhavam cada vez mais sertão adentro, resolveu concentrar todos os esforços na terminação da estrada de automóveis, de Tapirapuã a Juruena, cujo primeiro trecho fora aberto, como vimos, pelo chefe da comissão, nas vésperas de começar a expedição de descobrimento da serra do Norte, em 1908.

Em princípios de 1910, o Major Ávila, tendo adoecido, entregou os serviços de que se achava encarregado ao Capitão Marçal Nonato de Farias e este os dirigiu até a chegada do Tenente Luís Carlos F. Ferreira, designado pelo Coronel Rondon para continuar a construção. De abril a 14 de julho de 1910, construíram-se 101 quilômetros, inaugurando-se nesta última data a estação de Juruena. Antes, porém, desta inauguração, teve o Tenente Franco Ferreira de se recolher ao Rio, por haver sido atacado pelo beribéri; a direção dos trabalhos ficou com o Tenente Cândido Cardoso.

Em Juruena ficou a linha parada dois meses, em consequência do aparecimento de forte epidemia de febres palúdicas, que desorganizou os serviços, fazendo muitos doentes. O Tenente Cardoso adoeceu e dois inspetores morreram, vitimados pelo beribéri.

Os trabalhos de locação só foram retomados a 5 de setembro, sob a direção do Tenente Nicolau Bueno Horta Barbosa; logo, porém, tiveram de ser novamente interrompidos, por terem sido esse oficial e o seu auxiliar, aspirante Tito de Barros, surpreendidos pelos nambiquaras, que se haviam, para esse fim, emboscado em certo lugar da picada que se estava abrindo.

O Tenente Nicolau recebeu dois ferimentos por flechas, dos quais um bastante grave, no pulmão; o aspirante Tito foi atingido em quatro pontos diferentes, ficando também gravemente ferido.

O Chefe da Comissão, aludindo depois em Ordem do Dia a este fato, elogia os dois oficiais, por não terem consentido que os praças,

em represálias, caíssem sobre os índios, a pretexto de defesa dos seus oficiais, e explica que, assim procedendo, eles prestaram maior serviço do que o maior esforço técnico que pudessem ter empregado diretamente a favor da construção.

Para substituir os oficiais feridos, designou Rondon, respectivamente, os Tenentes Júlio Caetano Horta Barbosa e Boanerges Lopes de Sousa, que reencetaram a construção, levando-a até Vilhena, distante 139 quilômetros de Juruena, com uma intermediária nas margens do rio, que recebeu, em 1908, o nome de Nambiquaras.

Os Tenentes Júlio Caetano e Boanerges tiveram, no desempenho dessa missão, de vencer grandes dificuldades, entre as quais avultaram a do afastamento já muito considerável em que se achavam de Tapiapuã, base dos abastecimentos, e as resultantes dos cuidados com que tinham de agir para evitar novo ataque dos índios, sem, no entanto, comprometerem o êxito dos esforços que incessantemente se vinham empregando, desde as primeiras entradas de Rondon, para transformar a atitude deles, de hostil em amistosa. Felizmente este tão desejado objetivo foi alcançado, ainda no mesmo ano, pelo Tenente Júlio Caetano, por intermédio dum grupo pertencente às aldeias existentes entre Juruena e Juína. O primeiro encontro pacífico deu-se em pleno sertão, entre o dedicado auxiliar de Rondon e uns oito guerreiros nambiquaras, e não demorou muito que outros viessem em visita aos acampamentos da Comissão.

Desta forma ficou definitivamente conjurada a ameaça de novas hostilidades, resultado que certamente não se teria obtido se se houvesse retrucado alguma vez aos seus assaltos com represálias e perseguições.

A segunda fase compreende os trabalhos de construção realizados pela Seção do Sul, desde a data do regresso do Coronel Rondon ao sertão, em outubro de 1911, até a conclusão da linha, em fins de 1914.

Já vimos que Rondon, depois de sair com a sua terceira expedição de reconhecimento geral em Santo Antônio do Madeira, veio para

o Rio de Janeiro, onde chegou, gravemente doente, a 6 de fevereiro de 1910.

Na Capital da República ficou ele o resto desse ano e os primeiros quatro meses de 1911, retido não só pelos cuidados que o estado precário de sua saúde reclamava, mas também pelos trabalhos de composição dos relatórios dos serviços realizados nos anos anteriores, organização das plantas e mapas da região explorada, projeto de locação da linha e outros serviços de ordem técnica e administrativa, da sua grande empresa. Também nesse período organizou e montou no Rio um escritório central, compreendendo três seções: expediente, contabilidade e desenho, e destinado principalmente a atender as exigências das relações entre a sua Comissão e o Ministério da Guerra e o da Viação, o Tesouro Federal, a Repartição Geral dos Telégrafos e os fornecedores nacionais e estrangeiros dos materiais necessários à construção da linha. Foi ainda nesse ano que ele organizou e dirigiu os primeiros trabalhos da repartição que o Governo da República decidiu criar, para estender a todas as tribos indígenas do Brasil os métodos de pacificação e a proteção que tantos benefícios vinham produzindo, havia já mais de vinte anos, às populações de Mato Grosso. Para colher os maiores resultados possíveis dos esforços civilizadores que tinham de ser desenvolvidos pela nova repartição, Rondon propôs que ela abrangesse também os nossos sertanejos ou *caipiras*, aos quais se ofereceria instalação em estabelecimentos agrícolas análogos aos das colônias fundadas para imigrantes estrangeiros, não tanto com o fito de se tirarem de tais estabelecimentos as vantagens econômicas que eles podem dar, mas com preocupação maior para as questões atinentes ao melhoramento da situação moral e mental dos habitantes do nosso abandonado interior, ao aperfeiçoamento dos seus meios de trabalho e à implantação de hábito duma sociabilidade larga e sadia.

No dia 14 de maio de 1911, saiu Rondon do Rio, em demanda do sertão, por via terrestre. De S. Paulo, porém, não seguiu diretamente para Goiás; primeiro, foi à região cortada pela Estrada de Ferro Noroeste estudar pessoalmente o problema da pacificação dos índios caingangues, tão temidos pelos sanguinolentos assaltos que davam aos trabalhadores daquela estrada. Desse estudo resultou o plano que, aplicado pelo Serviço de Proteção aos Índios, conduziu a alcançar-se o ob-

jetivo previsto; os caingangues pacificados em março de 1912 nunca mais atacaram a Noroeste, nem perturbaram as lavouras que, desde então, se têm rapidamente desenvolvido naquelas regiões.

Regressando da Noroeste, seguiu Rondon para Mato Grosso, através de Goiás. Do Araguaia em diante, foi sempre pelo picadão da linha telegráfica, construída, em 1890, por Gomes Carneiro, e nessa viagem recebeu constantes informações da recente passagem do explorador Savage Landor, que havia obtido do Ministério da Agricultura uma subvenção em dinheiro para explorar o sertão entre o Araguaia e o Mamoré, na altura do paralelo de 11 graus. Estas informações, completadas com as que depois foram colhidas pelo Capitão Costa Pinheiro e Tenente Júlio Caetano Horta Barbosa, nos reconhecimentos já referidos nestes apontamentos, dos rios Juruena, Tapajós e Iquê, permitiram a reconstrução completa do itinerário da viagem de Landor através do Brasil. Eis em traços gerais esse itinerário, tal como é indicado pelo Coronel Rondon, no seu segundo relatório parcial: do Rio de Janeiro a Araguari, por estrada de ferro; de Araguari à cidade de Goiás, e daí ao Registro do Araguaia, pelas estradas de tráfego habitual e constante entre esses pontos; do Registro a Coronel Ponce, perto de Cuiabá, pelo picadão da linha telegráfica, que serve de estrada às tropas e boiadas em trânsito entre as capitais dos dois estados centrais; de Coronel Ponce a Diamantino, sem tocar em Cuiabá, por caminhos já existentes; de Diamantino, sempre por estradas batidas, até o Arinos, conhecido e navegado desde 1746; descendo esse rio, em canoas e com o pessoal de um seringueiro morador em Diamantino, chegou a S. Manuel, estação fiscal do Estado de Mato Grosso, no Tapajós (baixo Juruena); desse ponto, tentou passar para o vale do Madeira pelo projetado varadouro do Sucunduri, mas nada conseguiu, por se ter perdido dentro da mata, sem se saber orientar naquele oceano de verdura; de S. Manuel, continuou Tapajós abaixo, em embarcação fornecida pela Coletoria do Estado, até São Luís, onde embarcou em navio a vapor para Manaus.

Este é o itinerário da viagem realizada pelo Sr. Landor, e que foi posteriormente comunicado às sociedades científicas da Europa sob o título: “Através do Brasil desconhecido”.

Voltando à viagem de Rondon, diremos que, prosseguindo ele a sua marcha de Registro do Araguaia para Cuiabá, visitou e inspecionou os estabelecimentos dos padres salesianos, nos rios das Garças e Barreiro, onde trabalham índios da nação bororo.

Depois, de Cuiabá seguiu para Vilhena, pelo picadão da linha telegráfica, cujos serviços e trabalhos inspecionou. No dia 12 de outubro inaugurou as estações de Nambiquara e Vilhena, em presença dum grupo de índios daquela nação, já pacificada, como se disse linhas acima, depois de encontro amistoso entre alguns deles e o Tenente Júlio Caetano.

Na mesma data assumiu Rondon a chefia pessoal dos trabalhos da construção, que entrou, assim, na última das duas fases em que nós a consideramos dividida na presente exposição.

Como de Vilhena para diante o traçado de reconhecimento de 1909 atravessava duas vezes o vale do rio da Dúvida, coberto de espessa mata, tratou Rondon de fazer novas explorações, na esperança de encontrar campos. Foi feliz, porque descobriu vastíssima região aberta pelo fogo das queimadas de antigas roças dos índios, uma sucessão de campos indígenas, através dos quais resolveu lançar a linha, apesar de assim lhe dar maior desenvolvimento do que pelo caminho levantado em 1909. Mas este inconveniente fica sobejamente compensado pela grande vantagem do picadão passar por lugares em que existem excelentes pastagens de capim-gordura, mimoso, milhã e outras forragens, às quais não só asseguram a manutenção dos animais empregados pela Comissão nos seus transportes, como também hão de servir de magníficas invernadas para o gado que, em qualquer tempo, haja de ser levado de Mato Grosso para a Amazônia.

Durante as explorações dessa variante do traçado de 1909, descobriu Rondon novos grupos de nambiquaras, habitantes dos vales dos rios da Dúvida e Ananás, e vivendo completamente isolados dos do Juruena. Rondon conseguiu pacificá-los imediatamente e entabular com eles relações de amizade.

Em 1912, no dia 13 de junho, aniversário natalício de José Bonifácio, Rondon inaugurou a estação a que deu o nome desse grande brasileiro, colocada a 83 quilômetros de Vilhena. Essa inauguração revestiu-se de grande solenidade, não só em homenagem à memória do Pa-

triarca da nossa independência, como também em consagração da paz alcançada com os nambiquaras; estavam presentes, além de Rondon e do Tenente Nicolau Horta Barbosa, muitos índios daquela nação, pertencentes ao grupo tau-i-tês, e foi uma menina dessa tribo quem içou a bandeira nacional no mastro da nova estação.

De José Bonifácio, avançou a construção até Barão de Melgaço, 67 quilômetros, dirigida sucessivamente pelos Tenentes Nicolau Amarante, Vasconcelos e Marones, encarregando-se os dois primeiros de proceder às explorações parciais, à procura de campos e para colocar a linha no ponto de confluência dos rios Comemoração e Pimenta Bueno, de forma a poder se aproveitar a navegação do Ji-paraná para o serviço de abastecimento. Tendo sido alcançado esse objetivo, foi possível dispensarem-se as tropas daí por diante.

Em outubro de 1913, foi Rondon chamado ao Rio para receber o encargo de acompanhar o Sr. Theodore Roosevelt em uma viagem de exploração e estudos pelo interior do Brasil.

No acampamento da construção irrompeu fortíssima epidemia de beribéri. A direção dos trabalhos, que por esse motivo havia passado sucessivamente do Tenente Nicolau Bueno para os Tenentes Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos e Virgílio Marones de Gusmão, acabou paralisando-se totalmente, de outubro em diante; e quando o Capitão Cândido Cardoso tentou retomar os trabalhos, em janeiro de 1914, foi para se dar um desastre ainda mais lamentável, porque esse distinto oficial, constante auxiliar de Rondon desde os trabalhos da linha de Cuiabá ao Araguaia, contraiu uma infecção por tal forma violenta que ao cabo de dois dias faleceu.

Em maio de 1914, Rondon, depois de se despedir do Sr. Roosevelt, em Belém do Pará, regressou, Amazonas, Madeira e Ji-paraná acima, ao acampamento de Barão de Melgaço.

Faltava então ligar o vale do rio Ji-paraná ao do Jamari, atravessando terreno acidentadíssimo, dum contraforte da cordilheira dos Parecis, em plena floresta Amazônica.

Reencetados os trabalhos em maio, no dia 31 de dezembro estavam eles terminados e feita a ligação dos fios da Seção do Sul com os da Seção do Norte, no dia 15 de novembro, na estação Presidente Pena. Nos oito meses empregados nesses trabalhos, Rondon construiu

372.235 metros de linha, com cinco estações: a de Pimenta Bueno, a 61.431 metros de Melgaço; a de Presidente Hermes, distante 96.802 metros de Pimenta Bueno; a de Presidente Pena, afastada 45.914 metros daquela; a de Jaru, colocada a 77.061 metros desta última; e a de Arique-
mes, distante de Jaru 91.417 metros.

Para se avaliar a energia do esforço desenvolvido pelo chefe da Comissão, nesse período, basta saber-se que a média mensal de produção atingiu então mais de 46 quilômetros e 666 metros, ao passo que anteriormente 12 quilômetros eram considerados o limite máximo do que se poderia avançar cada mês, no interior daquelas florestas; e estes 12 quilômetros só foram alcançados algumas vezes, estando dado com antecedência o pique ou a diretriz segundo a qual deveria correr o fio.

Na média obtida nos oito últimos meses incluem-se, no entanto, todos os trabalhos, desde as explorações parciais, sempre indispensáveis, antes de se fixar a diretriz do trecho a construir, até o inventário final dos postes. Demais, nestes últimos 372 quilômetros, deveriam ser empregados postes de ferro; mas como, se se ficasse à espera deles, a ligação não poderia terminar no ano de 1914, Rondon recorreu à floresta, embora sendo para isso necessário os homens carregarem, à força de braços, as madeiras, desde o ponto em que eram abatidas até o lugar em que tinham de ser plantadas, no eixo do picadão.

Ao lerem-se as linhas precedentes, em que se vê o fio telegráfico gradualmente avançando para o interior do sertão, preciso é lembrar-se que todos aqueles trabalhos se desenvolviam em regiões baldas de recursos, nas quais não se podia dar um passo para a frente sem antes se criarem os meios de o tornar possível.

De todos os lados, a cada momento surgiam obstáculos novos ou renasciam os que pareciam já ter sido vencidos; a luta contra a natureza selvagem recomeçava incessantemente, num desdobrar de esforços cada vez mais consideráveis. Nestas condições, houve momentos de paralisação das obras, durante os quais Rondon e os seus auxiliares deram provas de maior fortaleza de ânimo e de mais constante perseverança do que quando elas progrediam rapidamente, porque tais momentos eram de crises terríveis, ora causadas pelas doenças, ora pelas dificul-

dades de transportes, ou ainda pelo concurso dessas duas causas, agravadas pelo efeito de muitas outras que não vêm a pêlo citar.

De todas essas causas só faremos aqui uma ligeira referência aos trabalhos realizados pela Comissão, no intuito de afastar os efeitos da segunda.

Os abastecimentos da Seção do Sul faziam-se subindo o Paraguai e depois o Sepotuba, até ao porto de Tapirapuã aberto para esse fim em 1908, como já foi dito. De Tapirapuã, seguiam por estradas que se foram construindo à medida das necessidades do movimento de ocupação dos novos territórios, que acabou atingindo a serra do Norte, com o desenvolvimento total de 600 quilômetros. O traçado desta estrada é independente do da linha telegráfica. Mas a zona que ela teve de atravessar, nos vastos chapadões dos Parecis, é a mais imprópria que poderia existir para ser trafegada por tropas de animais cargueiros ou por carretas de bois, porque os seus campos, ainda não modificados pela presença do homem civilizado e dos seus rebanhos, só apresentam pastagens de péssima qualidade, cheias de ervas venenosas, onde o gado depressa definha e ficar empestado. Os muares vindos de Tapirapuã, carregados, chegavam a Juruena “estrondados” e só com grande esforço podiam vencer os 100 quilômetros que ficam entre esse rio e a serra do Norte. Mas quando conseguiam fazer o percurso total, ficavam em condições de não poderem ser utilizados de novo sem um descanso completo de, pelo menos, três meses, durante os quais precisavam ser tratados a milho e alfafa.

Para vencer essas dificuldades, adaptou Rondon a estradas às condições necessárias para poder ser trafegada por automóveis, desde Tapirapuã até Utiariti. Deste ponto em diante melhoram as condições do terreno e conta-se com as pastagens existentes nas capoeiras dos índios e nos Campos Indígenas.

Contudo, os primeiros ensaios feitos com os automóveis foram desanimadores: os motores não podiam vencer os areais intercalados, como largas manchas, no solo duro, de laterito, que se encontra no planalto dos Parecis.

Este último obstáculo foi felizmente removido pelo Tenente Emanuel Silvestre do Amarante, mediante um aparelho de sua invenção, espécie de trilhos articulados, sem-fim, sobre os quais repousam as ro-

das motoras e as de direção, permitindo ao veículo locomover-se sobre areia, carregado com o peso máximo da sua lotação.

Tendo assim ficado estabelecido o transporte por caminhões-automóveis numa distância superior a 200 quilômetros, tornou-se necessário montar-se uma oficina para reparações e conservação dessas máquinas – oficina que foi instalada no primeiro daqueles pontos.

No entanto, Rondon não se limitou à adoção destas providências; levando mais longe a sua ação, fez abrir lavouras e iniciar a criação de gado vacum, de suínos, caprinos, lanígeros e aves domésticas em todas as estações da linha telegráfica e em escala suficiente para se ter a subsistência dos respectivos empregados garantida pelos recursos produzidos na própria localidade em que eles se acham instalados. Graças a esta medida, já se encontram no meio daquelas florestas, tão recentemente abertas à atividade do homem civilizado, grandes plantações de cereais, cana-de-açúcar, hortaliça, etc., e bem assim pombos, galinhas, patos, perus, vacas leiteiras, porcos e outras criações.

Não terminaremos estes rápidos traços sobre alguns dos aspectos da obra realizada pela Comissão das Linhas Telegráficas sem nos referirmos a outro serviço técnico de grande importância, intimamente ligado ao trabalho das explorações geográficas e da construção. Aludimos ao serviço astronômico montado em Cuiabá, com o fim especial de permitir a determinação exata das longitudes dos pontos principais do sertão e doutras localidades de Mato Grosso.

Em todas as suas viagens, o Coronel Rondon conduz sempre um sextante, de que se vai servindo para observar a posição dos astros, e dela deduzir, mediante as comparações indicadas pela ciência, com a hora marcada num cronômetro, o valor daquela coordenada geográfica.

Os resultados, porém, obtidos por esse meio não se revestem do rigor exigido pelos conhecimentos modernos para serem considerados definitivos.

Para ter essas indicações rigorosas, incumbiu ele o Capitão Renato Barbosa Rodrigues Pereira, naquele tempo ainda tenente, de organizar na capital de Mato Grosso um posto astronômico, o qual, por estar em comunicação telegráfica direta com o Observatório do Rio, recebe a hora exata do nosso meridiano principal, e depois a transmite

para os pontos cuja posição se quer determinar e que já estejam ligados àquele posto pelo telégrafo.

Esta estação astronômica, que está funcionando desde 1909, acha-se atualmente sob a direção do Capitão Costa Pinheiro; e os serviços por ela prestados à geografia científica do Brasil encontram-se expostos em dois relatórios já impressos, um do Capitão Renato Barbosa e outro do Tenente João Salustiano Lira.



Photo reprod. Com. Rondon

Missão

Trecho do picadão da linha telegráfica na mata



Photo. reprod. Cam. Rondon

Missão

Tipos bororos
(1911)

.....

POPULAÇÕES INDÍGENAS ENCONTRADAS
NOS SERTÕES MATO-GROSSENSES;
CONTATOS E RELAÇÕES ESTABELECIDAS
ENTRE ELAS E A COMISSÃO RONDON;
HÁBITOS E COSTUMES INDÍGENAS

.....

J

Á POR VEZES nos referimos, nestes apontamentos, às idéias e aos sentimentos do Coronel Rondon para com os habitantes dos territórios selváticos por ele abertos e entregues à nossa civilização. Vimos também que ele não se limitou a formular opiniões novas sobre o modo por que nós, os civilizados, nos devemos conduzir nos nossos contatos com essas populações primitivas, mas, passando para o terreno das realizações, pôs em prática os princípios que definem uma política igualmente nova a ser adotada e seguida nas nossas relações com os últimos restos das nações indígenas ainda existentes no interior da nossa pátria.

Sabemos que tal política consiste em eliminar todo o apelo à violência ou ao emprego da força física, ainda mesmo quando reduzida ao simples objetivo de reprimir hostilidades contra as nossas pessoas, e em perseverar na prática dos atos que possam servir para patentear intenções pacíficas e benévolas da nossa parte.

Uma vez alcançada a transformação da atitude dos índios, de guerreira em pacífica e amistosa, é preciso cercá-los de novos cuidados, dispensando-lhes proteção eficaz contra os abusos e as más influências das relações com elementos inferiores ou mal-intencionados de nossa sociedade; evitar intervenções de que resultem modificações bruscas e,

por isso mesmo, desorganizadoras e perniciosas dos seus hábitos e das suas instituições. É preciso não se ter pressa em impor aos silvícolas a sedentariedade, nem os querer obrigar a viver em aldeias construídas à nossa feição; não destruir nem amesquinhar a influência dos seus chefes temporais e espirituais; não suprimir as suas festas e ritos religiosos, nem se preocupar em os tornar monógamos.

Tais modificações hão de se produzir como resultado duma evolução cuja marcha é acelerada pelos novos instrumentos de trabalho que nós lhe fornecemos, pelas armas de fogo, pelo sal, os fósforos, o açúcar, as roupas, e outras utilidades que rapidamente entram nos seus costumes, tornando-os cada vez mais dependentes das relações conosco e determinando aproximações mais íntimas de dia para dia.

São essas aproximações voluntárias, espontâneas, que os vão modificando integralmente, sem sobressaltos nem perturbações. E tem-se notado que essas modificações se dão muito mais rapidamente do que se poderia imaginar.

A estreiteza dos limites destes apontamentos não permite maiores explanações sobre o caráter da política adotada e seguida pelo Coronel Rondon nas suas relações com as tribos indígenas; mas o que aí fica dito, combinado com o apanhado geral que passamos a fazer da ação por ele desenvolvida sobre os habitantes dos sertões do noroeste mato-grossense, bastará para justificar o motivo por que ele mesmo adotou para semelhante ação o título de proteção fraternal, repelindo formal e explicitamente o de catequese leiga, que implica a idéia pueril e estéril, além de indeterminada, pela junção do qualificativo *leiga*, de propagar entre as novas populações, pelo ensino, os princípios duma doutrina qualquer.

Iremos enunciando os nomes das diversas nações na ordem em que elas se deparam a quem percorrer a região cortada pela linha telegráfica a partir de Diamantino para Santo Antônio do Madeira, e a respeito de cada uma daremos alguns traços que nos pareçam próprios para caracterizar os seus usos, o estado da sua civilização, as noções que possuímos sobre elas e a maneira como eram tratadas pelos civilizados já estabelecidos nas imediações dos seus territórios.



Foto enviada Com. Rondon

Missão

Grupo de índios parecis do Estado de Mato Grosso, acompanhados do fotógrafo da Comissão, Tenente L. T. Reis [Aldeados pela Comissão Rondon, junto à estação telegráfica de Utiariti, sob a direção do Amûri (chefe), Major Libânio]



Photo. reprod. Com. Rondon

Missão

Um grupo de índios nambiquaras

.....

I

Os parecis

E

STES ÍNDIOS são conhecidos desde 1723, ano em que Antônio Pires de Campos entrou no seu território para os aprisionar e reduzir à escravidão.

Em 1862, Bassi colheu sobre eles algumas informações, no seu *Viage Pinttoresco*. Von den Stein, por ocasião das suas viagens ao Xingu, obteve algumas outras notícias, não por observação direta feita nas aldeias, mas ouvindo doze indivíduos que para esse fim foram mandados vir, pelo Presidente da Província de Mato Grosso, de Diamantino a Cuiabá. E, finalmente, o Padre Badarlotte, na memória que deu à estampa sob o título *Exploração no norte de Mato Grosso, 1898*, também a eles se refere, embora desnaturando a sua índole mansa e pacífica sob o qualificativo excessivamente carregado de *ferozes*.

Há muito tempo eles entretinham relações com os moradores de Diamantino, S. Luís de Cáceres e Cuiabá, onde vinham trocar produtos colhidos nas florestas, principalmente poaia e borracha, por ferramentas, espingardas, sal, etc.; as trocas, porém, faziam-se segundo princípios leoninos: por um boi estropiado ou um cavalo velho e defeituoso, tinham eles de dar, pelo menos, dez arrobas de borracha. Além disso, de nada

lhes valia serem de gênio dócil e inofensivo; muitas vezes foram perseguidos e trucidados a tiros de carabina e perderam as suas aldeias devastadas e incendiadas por civilizados, que assim procediam para ficar com o monopólio da exploração dos seringais em que eles se achavam estabelecidos desde tempos imemoriais.

Não obstante datarem de tantos anos as relações de intercâmbio pacífico entre os civilizados e os parecis, o território destes ainda não havia sido totalmente visitado, nem eram conhecidos os seus hábitos e as suas instituições mais íntimas e características. Este resultado foi alcançado pelo Coronel Rondon, que rapidamente lhes captou a confiança, de modo tão completo como dantes o havia conseguido com os bororos, os terenas e outras tribos do sul de Mato Grosso.

Graças a isso, sabemos que os parecis se dividem atualmente em três grupos principais: caxinitis, uaimarés e cosarínis.

Os primeiros tinham as suas aldeias estabelecidas nas cabeceiras dos rios do chapadão que ficam mais próximos de Diamantino, e no vale do Sumidouro; os segundos habitavam o vale dos rios Timalatiá e Saueru-iná; e, finalmente, os terceiros, mais numerosos que os outros, porque vivem em região entrada para o interior do sertão, e, portanto, de difícil acesso aos *civilizados*, estão localizados pelas cabeceiras dos rios Juruena, Guaporé, Jauru, Cabaçal e Juba.

Além destes três grupos, afirmam os parecis a existência doutros, como os iranches e os salumás, que se teriam talvez internado pelo sertão, para além do Juruena, e dos quais nunca mais houve notícias. Durante a expedição de 1909, o amure Coluizorocê, que acompanhou o Coronel Rondon em toda a sua travessia, esperava a cada momento encontrar “malocas” ou, pelo menos, sinais desses dois grupos; mas as suas esperanças foram frustradas: não conseguiu descobrir o menor vestígio que lhe servisse de indício da passagem, mais ou menos recente, da sua gente por nenhum dos lugares que cuidadosamente explorou.

A palavra *pareci*, de que nos servimos para designar estes índios, é de invenção portuguesa; o nome que eles mesmos dão à sua nação é *ariti*, o qual se encontra nos seus cantos, nos títulos dos chefes e, em geral, em todas as instituições de caráter nacional, isto é, nas que compreendem o conjunto dos grupos acima indicados. Assim, ao padre-médico

pareci chamam eles *uti-ariti*; chefe pareci e língua pareci traduzem respectivamente *ariti-amuri* e *Ariti-Nira-nê-nê*.

Como vemos, entre eles existe já a separação das funções dos poderes fundamentais de toda a sociedade organizada: o poder temporal, mandando diretamente sobre as ações dos homens, e o poder espiritual, governando as opiniões e procurando modificar ou regularizar os atos da vida individual e social, pelo conselho deduzido dum sistema de princípios aceito por todos. Como nas civilizações antigas, que engendraram a nossa, o sacerdote pareci é, ao mesmo tempo, médico; e, para exercitar esta parte das suas funções, dispõe de vasto arsenal terapêutico tirado de ervas, folhas e raízes, das quais extrai os medicamentos, ora por infusões, ora por cozimentos, por maceração, etc., e os administra, conforme os casos, ou em aplicações tópicas ou fazendo o doente ingeri-los. Destes remédios coligiu o Coronel Rondon uma lista contendo 52 espécies diversas, de cada uma das quais dá a indicação de como o Utia-riti as prepara, como as administra e para que fim.

Dos médicos e dos medicamentos, parece muito natural passarmos para as cerimônias relativas à morte.

Quando ocorre algum falecimento, os parentes e amigos do morto – ou, o que é o mesmo, toda a aldeia de que ele fazia parte – pranteiam-no longamente, lamentando-se em voz alta, em coro monótono e plangente. Depois, enterram-no no interior da casa em que ele morava, abrindo para isso uma cova bem próxima do lugar em que estava a sua rede; na sepultura colocam os seus arcos, roupas, utensílios diversos e as flechas, previamente quebradas. As covas são redondas, o que faz crer que nelas o cadáver fique assentado. Enchem-nas de terra, que cai diretamente sobre o corpo; e a sepultura fica assinalada por um montinho de terra na sua abertura.

Mas, apesar de terem assim tão presentes esses momentos de tristeza, os parecis são muito joviais e nunca perdem pretexto para dançar e cantar. Nessas ocasiões eles se fazem acompanhar de flautas e do ruído sonoro produzido por uma urna enfiada de castanhas de pequi que prendem no tornozelo da perna direita, com a qual propositalmente marcam o compasso.

Destas festas algumas são privativas dos homens e, enquanto elas se realizam, as mulheres devem estar fechadas em suas casas, com

todos os cuidados possíveis para não lhes acontecer a desgraça de verem o que se está passando; outras, porém, são comuns aos dois sexos.

Não se suponha, porém, que a desgraça aludida seria algum castigo infligido pelos homens à culpada do crime de curiosidade. Não; semelhante curiosidade nem sequer existe: há, porém, um grande terror supersticioso, resultante da crença profunda em que todos estão de que naquelas cousas reside uma virtude oculta, uma influência má, cujos efeitos fatais não deixarão de se fazer sentir na mulher que tiver a infelicidade de lançar a vista sobre elas.

Crença igual existe em relação a uma casa, onde os parecis guardam os instrumentos e enfeites de que usam nas suas festas. Para o interior dessa casa, mulheres nem olham; e é parte em torno dela e parte no seu interior que se realizam as danças privativas dos homens.

Mas, de todos os divertimentos destes índios, o mais original é o jogo da bola, em que eles se conduzem de modo a só lhe tocar com a cabeça, conseguindo, no entanto, dar golpes tão violentos e tão largos como os que se vêem nos campos de futebol.

Este jogo constitui uma verdadeira instituição ariti; nenhuma outra nação da América e do mundo se conhece que possua cousa semelhante.

Rondon foi quem primeiro o observou e descreveu. A mesma impressão de surpresa causou ele ao Sr. Roosevelt, que teve ocasião de assistir às partidas que em sua honra deram os parecis aldeados na estação telegráfica de Utiariti.

Neste *head ball*, como lhe chamou o Sr. Roosevelt, são os jogadores forçados a tomar posições mais arrojadas e imprevistas do que as que nos depara o jogo tão caro aos ingleses.

A bola empregada neste jogo é feita pelos próprios índios; é formada duma película de borracha, cheia de ar.

Tendo mencionado as festas e jogos aritis, poderíamos ser acusados de dar uma idéia falsa da vida destes índios, se não nos apressássemos em dizer que eles são, além disso, muito trabalhadores. Os homens empregam-se nas caçadas, pescarias, colheita de mel e de frutos silvestres.

Além disso, cultivam, em larga escala, o milho, a mandioca, o algodão, a batata, o fumo e o cará.

As mulheres, além de participar dos trabalhos da lavoura, de que fazem as colheitas, são ainda encarregadas da manufatura dos vasos de barro, de fiar o algodão e fabricar com eles as redes e os outros tecidos de que usam. É difícil ver-se uma pareci, principalmente depois de certa idade, sem estar com as mãos ocupadas em alguma cousa; se não estiver cozinhando ou fazendo outro serviço doméstico, estará com o fuso, a torcer fios.

Para si e para suas filhas, as mulheres fabricam panos que, enrolados na cintura, descem até os joelhos; os homens, porém, contentam-se com um paninho tão pequeno que nem nos animamos a dar-lhe o nome de calção, por mais que reduzamos as dimensões deste termo com todos os diminutivos do nosso léxico. Estes são, bem entendido, os trajes nacionais ariti, os que se usam em família, digamos assim, para exprimir as ocasiões em que não há pessoas da nossa gente nas aldeias; mas, nas festas, são eles de rigor, haja ou não assistência de estranhos. Nas demais ocasiões, apresentam-se os parecis com as roupas que nós usamos, e que eles compram com o produto do seu trabalho.

Dadas estas informações sobre os usos e costumes da nação ariti, resta-nos agora indicar os resultados da intervenção que a seu favor Rondon tem desenvolvido, desde o início dos trabalhos da Comissão das Linhas Telegráficas.

Em primeiro lugar, fez ele totalmente desaparecer a opressão dos seringueiros, obstando a que os índios continuassem a ser perseguidos e enxotados, a ferro e fogo, das suas aldeias, espoliados das suas terras, roubados e depravados pela introdução da cachaça com todo o seu triste cortejo de misérias físicas e morais. Prestigiando a autoridade dos amures e dispensando às instituições ariti benévola consideração, levantou o moral dessa tribo, despertou-lhe as energias amortecidas e deu-lhe a coragem de que necessitava para poder encarar o futuro com esperança de que ele lhe traga dias mais felizes, compensadores das passadas desgraças.

Com o duplo fim de fazer reverter em benefício do serviço público o trabalho da população já instalada e aclimada naqueles sertões, e de a colocar em condições de não precisar nem depender de elementos estranhos e indiferentes à ação regeneradora que sobre ela visava

exercer desde 1908, Rondon se esforçou por empregá-la na conservação das obras do trecho da linha telegráfica que se acha encravado no seu território. Dous anos mais tarde conseguiu dos principais amures dos grupos caxinitis e uaimarés que viessem, com toda a sua gente, morar nas imediações das estações de Ponte de Pedra e de Utiariti, na intenção de assim lhes ficar mais fácil atenderem às necessidades dos serviços de que se tinham encarregado. Desde então, todos os cuidados de conservação das obras da linha, a partir da estação de Diamantino até a de Juruena, numa extensão superior a 400 quilômetros, têm estado entregues a estes índios, que deles se desempenham com muito zelo e inteligência. São eles que fazem a limpeza do picadão, reparam os pontilhões e estivados, manejam as balsas de travessia dos rios caudalosos e operam como guarda-fios.

Por esses trabalhos, que são fiscalizados e dirigidos por empregados da Comissão, recebem eles remuneração como a que se pagaria a qualquer outro trabalhador.

Além da vantagem que para eles resulta do fato de estar assim garantida a justa remuneração dos seus esforços e assegurado o sossego da sua vida, há ainda a considerar o grande lucro que retiram das roças e plantações feitas em terras das suas aldeias de Ponte de Pedra e de Utiariti, e das criações de galinhas, patos e até de gado, que já possuem em grande escala.

Não satisfeito com lhes ter, por esta forma, melhorado as condições materiais da existência, dando-lhes a estabilidade indispensável para se poder operar algum progresso moral e mental, Rondon fundou para eles duas escolas de primeiras letras, que têm funcionado com resultado muito satisfatório, sob a direção do encarregado da estação e de sua mulher.

Desse curso primário já vieram para a escola profissional de S. José, do Rio de Janeiro, dois meninos parecis, que se estão preparando para mais tarde estudarem telegrafia. Pode-se, pois, esperar que, dentro de pouco tempo, todos os serviços da linha telegráfica, no território dos parecis, sejam providos por indivíduos dessa nação, o que naturalmente redundará em proveito da civilização daqueles sertões e removerá as dificuldades do recrutamento do pessoal que queira ir trabalhar e residir em paragens de acesso, por ora, tão custoso.



Foto. reproduz. Corr. Sarnian

Missa

○ Coronel Rondon distribuindo brindes aos índios parecis



L. B. Co. Co. Co.

Co. Co.





Photo. reprod. Com. Roraima

Missão

Índias parecis conduzindo seus filhinhos



Photo.reprod. Com. Rondon

Missão

Os quatro primeiros nambiquaras que foram ao encontro do Coronel Rondon no Juruena. O jovem cacique Cândido está na porta da barraca do Coronel

.....

II

Os nambiquaras

ANTES das expedições do Coronel Rondon, tudo o que se sabia a respeito destes índios se acha contido na seguinte passagem extraída e traduzida do livro de K. von den Stein:

“Seiscentos, na confluência do rio do Peixe com o Arinos.

“Caça, pesca, frutos da serra, utensílios de madeira e de pedra. Vivem em guerra continuada com os seus vizinhos, especialmente com os apiacás. Não querem a menor relação com os brasileiros; atacam as canoas em trânsito para o Pará; têm muito medo das armas de fogo e não resistem abertamente.”

A estas informações, que têm tanto de vagas como de arbitrárias, se podem juntar as que foram colhidas pelo Coronel Rondon, em Diamantino e nas aldeias dos parecis, logo no início dos trabalhos da Comissão das Linhas Telegráficas, e são: que o nome de nambiquara só era aplicado a esses índios pelos moradores de Diamantino e de S. Luís de Cáceres; que os parecis os apelidavam de uicoacorês, por alusão ao seu hábito de dormir no chão e não sobre redes; que eram eles os que incessantemente atacavam a cidade de Mato Grosso, onde esses ataques eram atribuídos a uma nação hipotética, designada pelo nome

de cabixi; que viviam em guerra constante com os parecis e eram também atacados pelos mundurucus, índios do Tapajós, célebres pelo horrível uso de mumificarem as cabeças dos seus inimigos; e, finalmente, que estavam resistindo abertamente aos civilizados que tentavam internar-se no sertão para além de Saueru-iná (rio Papagaio) e haviam conseguido até então derrotar e repelir do seu território todas as expedições que se tinham aventurado a penetrar nele, não obstante irem muito bem armadas e municiadas de carabinas de repetição.

Já referimos as circunstâncias em que se deram os primeiros encontros entre esses índios e as expedições dirigidas pelo Coronel Rondon. Vimos que, da parte deles, foram esses encontros desabridamente agressivos, e que, em alguns, chegou a haver derramamento de sangue. Sabemos também que a todos esses atos de hostilidade Rondon e seus auxiliares opuseram novas manifestações de benevolência e amizade, nunca aceitando a guerra que assim se lhes oferecia, mas, ao contrário, esforçando-se por aplacá-las. Dispensamo-nos, pois, de acrescentar aqui outros pormenores acerca desses acontecimentos e passamos a enunciar os primeiros contatos pacíficos conseguidos com os vários grupos da nação nambiquara, dando depois alguns traços característicos dos seus costumes e da sua civilização.

Do meado de 1910 em diante, um pequeno destacamento que estava em Utiariti, para guardar o depósito de material que a comissão ali havia instalado, recebeu visitas de vários grupos de índios, cuja identidade os homens daquele posto não conseguiram reconhecer.

De acordo com as medidas previamente estabelecidas em todo o sertão, por ordem de Rondon, para se acudir a eventualidades como essa, foram os visitantes sempre acolhidos com mostras de amizade e largamente presenteados com machados, açúcar, fósforos e outros brindes. Falavam um idioma completamente desconhecido e nada compreendiam do português.

Rondon, ao receber no Rio de Janeiro comunicação dessas visitas, imaginou que se tratasse do grupo pareci de iranches, um daqueles a que acima nos referimos, como tendo destacado da nação ariti, embrenhando-se nos sertões. Mais tarde, porém, verificou ele que os visitantes do destacamento de Utiariti eram nambiquaras, pertencentes à tribo congorê, que habita o vale do rio Buriti.

O segundo encontro pacífico realizou-se também durante o ano de 1910, na fazenda de criação e lavoura que vimos Rondon fundar sob o nome de *Invernada do Veado Branco*, em Campos Novos, da serra do Norte, no decurso da expedição de 1909.

Os nambiquaras do grupo de anuzê principiaram por aparecer nas roças da Invernada, onde encontraram machados, facões e outros presentes propositalmente colocados ao seu alcance pelo respectivo encarregado, Sr. Severiano de Albuquerque. Depois, tendo-se convencido, pelas repetidas provas de amizade que se lhes davam, de que seriam bem recebidos pelos moradores do estabelecimento, animaram-se a chegar até eles, deixaram-se abraçar, retribuíram os brindes que recebiam com artefatos de sua indústria e alguns vestiam as nossas roupas. Foi nessa Invernada que se anotaram, pela primeira vez, algumas palavras do vocabulário nambiquara.

Ao terceiro encontro já nos referimos linhas acima, no capítulo relativo à construção. Ele se deu entre índios do grupo chamado *Nenê* e o Tenente Júlio Caetano Horta Barbosa; e o seu resultado foi a pacificação de toda a tribo do vale do Juruena e do Juína.

O quarto ocorreu nos Campos Indígenas, a 14 de abril, entre o Coronel Rondon e indivíduos do grupo tagananis, por ocasião dos estudos da variante para o avançamento do traçado para além de Vilhena.

Deste encontro resultou a pacificação da tribo que habita os vales dos rios Ananás, Roosevelt (antigo Dúvida) e Festa da Bandeira.

Não bastava, porém, a Rondon ter assim conseguido entabular relações de amizade com os outrora temidos nambiquaras. Queria fazer desaparecer todas as guerras que, desde tempos imemoriais, ensangüentavam os campos e florestas daqueles sertões. Do seu generoso programa, era esta a parte de mais difícil execução, porque para tanto precisava ele vencer ódios e preconceitos inveterados na alma de nações selvagens, nas quais se encontra vivo e pujante, como em todas as civilizações primitivas, o sentimento de vingança, que separa os povos em inimigos rancorosos. É sempre mais fácil estabelecer-se a paz e a amizade entre nós e qualquer tribo indígena, do que conseguir o simples acomodamento entre duas delas, principalmente quando pertencem a grupos étnicos diferentes. No entanto, Rondon alcançou quebrar as prevenções que colocavam sempre os parecis e os nambiquaras em campos opostos

e hostis e obteve que eles se encontrassem em Utiariti e se congratassem como bons amigos.

À medida que se foram estabelecendo essas relações de amizade foi-se também tornando possível conhecer e estudar o modo de vida, a língua e os hábitos do povo nambiquara, bem como a distribuição e localização das suas tribos. Sobre tal assunto tem o Coronel Rondon conseguido reunir cabedal tão grande que seria impossível incluí-lo todo nestes apontamentos.

Demais, existem ainda os estudos antropométricos, etnográficos e nosológicos realizados pelo Dr. Murilo de Campos, médico da Comissão, sobre os índios dos grupos nenê e anuzê, e os do Dr. Roquete Pinto, do Museu do Rio de Janeiro, sobre esses mesmos grupos e mais os dos taitês e taganani. Nós, porém, nos limitaremos a mencionar aqui o pouco que baste para dar idéia do que é a nação dos nambiquaras.

Começaremos pela nomenclatura e localização dos grandes grupos em que Rondon a considera dividida. O primeiro, indo de nascente para poente, é o dos congorês, que habitam o vale do Buriti.

No Juruena e Juína, a partir da zona da Linha Telegráfica para baixo, vivem os nenês, muito mais belicosos que os precedentes; e da linha para cima, encontram-se os uaindizês.

Estes dous grupos são inimigos e guerreiam-se. Os do último, que parece ser o mais atrasado e o mais rude nos hábitos e na língua, são os que desciam até a cidade de Mato Grosso e levavam as suas correrias a vários outros pontos dos rios Guaporé e Galera. Rondon viu baldarem-se os esforços empregados para conseguir a reconciliação destes dois grupos, que disputam o domínio do Juruena e do Juína.

Ocupa o quarto grupo a totalidade do vale dos rios Camarará, Doze de Outubro e Iquê. São os anuzês de índole mais pacífica do que os nenês, de quem eram inimigos; Rondon conseguiu reconciliá-los.

A região mais ricamente povoada é a do vale dos rios Ananás, Festa da Bandeira e Roosevelt. Toda a população aí existente deve ser considerada como constituindo um só grupo, o quinto, mas que se reparte por numerosos subgrupos, dos quais nos ocorre citar os mamá-indês, tamá-indês, malondês, sabanês, iaiás e nava-itês.

Estes últimos encontram-se no curso inferior do rio Roosevelt, a cujos rápidos deram os nomes.

Todos os grupos nambiquaras dão, segundo as avaliações mais baixas do Coronel Rondon, uma população de vinte mil almas, distribuída por numerosas aldeias, umas permanentes, com cem ou mais habitantes, outras provisórias, menos populosas, fundadas nos lugares abundantes de caça.

Certamente causará surpresa verem-se entre as denominações nambiquaras os termos nenê e iaiá, tão usados na nossa linguagem familiar. O fato, porém, explica-se facilmente pela hipótese de ter havido nos tempos coloniais relações entre esses índios e os quilombos fundados no alto sertão do Guaporé por escravos fugidos das lavras de ouro dependentes de Vila Bela.

As crônicas da Capitania de Mato Grosso referem que no rio Guaritizé houve um desses quilombos, tão populoso e tão bem organizado que, para destruí-lo foi preciso o capitão-general mandar contra ele fortíssima expedição militar, em seguida a outras que haviam sido derrotadas. Os pretos, assim estabelecidos no Guaritizé, ter-se-iam relacionado com os silvícolas da região, introduzindo nos costumes destas modificações mais ou menos importantes, de acordo com a extensão dos contatos havidos.

Esta hipótese foi sugerida ao Coronel Rondon pela forma dos ranchos existentes nas aldeias descobertas durante as expedições de 1908 e 1909.

De fato, as maiores construções nambiquaras divergem profundamente dos tipos que se podem considerar americanos e, por terem a estrutura geral de cones circulares, apoiados num esteio central que termina em forquilha muito saliente, fazem lembrar as palhoças africanas. Demais, ao lado destas casas, que são, quando muito, três em cada aldeia e nas quais só se pode penetrar por duas portas, muito pequenas e diametralmente opostas, há muitas outras, formadas duma cobertura plana que assenta uma das suas arestas no chão e a oposta sobre um travessão horizontal, sustentado por dous esteios.

É, pois, natural supor-se que só o último tipo seja originário dos nambiquaras e que o primeiro tenham eles aprendido a construí-lo

com os foragidos do Guaporé e mais particularmente com os que vivem, por muitos, na Guaritizê.

Depois da pacificação, quando Rondon pôde visitar as aldeias com os seus habitantes, verificou que os ranchos cônicos servem de paióis e arrecadação dos instrumentos de música e outros utensílios de uso geral; as casas abertas são as habitações, e a cada família corresponde, em geral, uma.

Finalmente, a hipótese de 1909 está hoje perfeitamente confirmada pelo exemplo de muitos indivíduos que se apresentam com inequívocos sinais de terem resultado do cruzamento suspeitado. Além das modificações fisionômicas e de cor, que se deviam esperar da intromissão do sangue africano, nota-se mais nesses indivíduos o encrespamento dos cabelos, tão contrário ao que é natural nas raças americanas e que traz logo à idéia de quem observa a lembrança da carapinha dos negros. Outro característico dos nossos índios, não menos constante do que o dos cabelos lisos, é a barba rala, falhada e de pouco crescimento; no entanto os atingidos pela mestiçagem provam quanto ela foi demorada, pois que nos apresentam tipos em cujo rosto abunda esse ornamento masculino.

É curioso notar-se que estes índios têm predileção especial pelos homens barbados, e levam tão longe o desejo, ou antes, a mania de o serem também, que se não podem conter enquanto não esfregam as suas faces no rosto das pessoas que porventura se lhes apresentem com o cobiçado ornato.

Com certeza eles crêem na existência duma relação íntima, de causa para efeito, entre a barba e o valor, ou talvez a felicidade de quem a possua. O fato é que a quase totalidade dos seus chefes são cafuzos de queixos fornidos de bravos cavanhaques, embora nem todos tenham inclinações e aspecto muito belicoso. Ao contrário disso, há alguns, como o cacique dos tagananis, de ar tão bonacheirão e tão parecido com certos tipos mestiços das nossas fazendas, que mereceu receber do Coronel Rondon o apelido de “Tio João”.

O vasto cruzamento que assim se verifica existir entre os nambiquaras explica-se pela facilidade com que eles dão acolhida aos foragidos que os procuram. Mesmo agora há exemplos dalguns homens que, querendo furtar-se aos trabalhos da Comissão Telegráfica, se refu-

giaram nas suas aldeias. Os índios não se limitaram a recebê-los amistosamente, quiseram como que incorporá-los à tribo; e para isso lhes deram mulheres e os admitiram em todos os atos da sua vida.

Se houve, e foram tão íntimas e demoradas as relações dos nambiquaras com os escravos foragidos das lavras do Guaporé, nada mais natural do que os encontrarmos ainda usando, como suas, aquelas duas palavras – *nenê* e *iajá* – acima apontadas e muitas outras que com certeza se virão a descobrir, tanto portuguesas como africanas.

Seria, muito ao contrário, de admirar se se viesse a verificar que a ação modificadora exercida pelos pretos não ultrapassou os limites do que deixamos indicados. Só depois dum logo estudo dos costumes e da língua nambiquara é que se poderão elucidar completamente as questões ligadas a este interessante episódio da vida dos nossos sertões. Há, no entanto, alguns pontos em que desde já se pode afirmar ter havido larga influência do elemento modificador, e outros onde absolutamente ele não se manifesta.

Entre os primeiros, colocamos a lavoura nambiquara. As suas roças apresentam-se tão bem feitas como as melhores dos nossos nacionais; as queimadas e derrubadas são completas e vastas. Dos vegetais cultivados, a maioria, como as duas qualidades de feijão, um de fava e outro preto e miúdo, o milho de várias cores, a mandioca, os carás diversos, as batatas roxa e branca e o fumo, pode ser considerada extreme de qualquer influência exterior; mas o mesmo já se não dirá da araruta, cujo conhecimento e utilização com certeza lhes foram transmitidos.

Nas caçadas empregam eles, em geral, os recursos que lhes dão as suas armas primitivas, o arco e as flechas, de pontas farpadas ou lancioladas, umas mais pesadas, outras mais leves, de acordo com a natureza e o porte do animal a que devem ser aplicadas. Costumam também esconder-se em casinhas feitas de folhas de palmeira, abobadadas, com uma pequena abertura só para a passagem da flecha, de onde surpreendem a caça, que, não os podendo ver, se aproxima até o tiro se tornar certo, quase infalível.

Em tudo isso, porém, eles não diferem essencialmente das outras nações indígenas do Brasil. A diferença aparece na feitura duma armadilha de proporções gigantescas e bem engenhosa, com cujo auxílio

podem apanhar num só dia considerável número de galináceos: inhambus, macucos, capoeiras, urus, etc. Para isso conseguirem, ao longo da margem dum riacho, a partir dum ponto que descobriram ser bebedouro de aves, constroem uma cerca ou traçado de varas finas, alta bastante para lhes interceptar o acesso da água. A cerca estende-se dum e de outro lado daquele ponto, tendo às vezes, de ponta a ponta, mais dum quilômetro. De distância em distância existe uma abertura e nela um laço. Quando as aves vêm ao seu bebedouro e encontram a cerca, correm ao longo dela, procurando passagem; descobrem uma das insidiosas aberturas, insinuam-se por ela, mas, ao saírem do outro lado, já o laço lhes está apertando o pescoço.

Nos artificios que empregam para pegar peixes, não há propriamente novidade; mas é notável que entre eles se encontrem, além do uso da flecha para tal fim, os jiquis e outras armadilhas originárias de diversas tribos do Brasil.

Não é menos notável a multiplicidade de utensílios domésticos de que se servem: pilões, pequenos cilindros fáceis de serem transportados nos balaios e destinados não só a socar milho, como também, e mais freqüentemente, a esmagar os ananases; pratos ou bandejas de tecido de taboca, potes grandes de barro, pardacentos, de fundo redondo, boca elíptica, com uma leve cintura, para depósito de bebidas; panelas do mesmo material, cabaças de diversas dimensões e feitos, utilizadas como vasilhas e fazendo também as vezes de bolsas de fumo.

Se, porém, passarmos a considerar o que eles comem, parecer-nos-á, talvez, existir alguma contradição entre o grau de adiantamento acusado pelo uso constante de todos esses utensílios, e a rudeza chocante dos seus hábitos. Porque aos produtos das roças, aliás abundantes e bem variados, como já vimos, não se limitam a associar os frutos silvestres e as carnes dos animais apanhados nas suas caçadas e pescarias, mas, indo mais longe, a tudo isso juntam grande número de insetos e larvas diversas, formigas, filhotes de maribondo, reptis, a terra dos seus fogões e a dos formigueiros. Não é que este uso de comer larvas, insetos e reptis constitua uma novidade nos hábitos dos nossos silvícolas, nem mesmo nos de todos os povos, sem excetuarmos os de mais requintada civilização. Mas, em geral, cada povo só admite, como comestíveis, algumas variedades dessas espécies e rejeita a grande maioria das outras. As rãs podem fi-

gurar nas nossas mesas; os tembês, os ofaiés e outros índios não fazem, nos seus repastos, nenhuma distinção entre elas e qualquer batráquio; nós comemos ostras e outros moluscos, que aos caingangues, guranis, caiuás, etc., apreciadores das larvas de certos coleópteros, causam asco invencível. Na França come-se, em grande escala, uma espécie de caramujos, apreciada gulodice dos paladares delicados da Europa e da América, os quais, no entanto, repeliriam um favo cheio de filhotes de abelhas, que lhes causariam náuseas.

Vemos, pois, que a este respeito nada mais temos a estranhar nos nambiquaras do que a generalização, talvez excessiva, que deram a semelhante prática. Contudo, eles têm as suas preferências; entre as larvas, por exemplo, há uma muito gordurosa, de coleóptero, que se desenvolve nas frutas de lobo, por eles mais apreciado do que qualquer outra.

Se considerarmos o modo de preparar os alimentos, encontraremos também, lado a lado, processos que talvez correspondam a diferentes graus de civilização. Já vimos que eles possuem panelas; portanto, é claro que costumam cozinhar o feijão, as batatas, a mandioca mansa, as carnes, etc.; usam também torrar no borralho o feijão-verde em favas e o milho.

Mas merece reparo que, para os assados, quase não empregam outro recurso além do de cobrirem de areia as cousas a preparar, pondo sobre elas uma fogueira. Assim assam as carnes, os peixes e os beijus, que fazem com a massa da mandioca-brava.

Estes beijus representam para os nambiquaras papel análogo ao do pão para nós.

Mesmo em viagem, trazem sempre consigo uma porção daquela massa; no lugar em que param, logo as mulheres ajuntam lenha, fazem fogo e começam o trabalho de a torrar. Apesar de usarem processos tão primitivos na preparação dos seus alimentos, conhecem meios para os conservar. Para as carnes, utilizam-se do recurso, que parece ter sido familiar a todos os indígenas do Brasil, de as moquear; para a massa da mandioca, empregam a secagem a fogo lento; e para os insetos e larvas, a torrefação e o depósito em cabaças fechadas.

Destoante desta falta de escolha na comida, é a exigência que eles têm na bebida. O nambiquara, habitualmente, só se utiliza de água depois de a ter misturado com uma boa porção de caldo de ananás.

Este fruto é nativo dos campos que se formam, em manchas, pela ação do fogo, no interior das matas, e aí produz de modo admirável, em vegetação tão cerrada que nenhuma outra planta pode vingar. É possível que os índios tenham propositalmente provocado a formação dos campos, para possuírem outros tantos pontos de abastecimento deste fruto, que lhes é indispensável. Ele dá o ano inteiro; o seu caldo é doce, refrigerante e de muito agradável paladar.

Além dessa bebida, de uso constante, fazem eles outras, também muito apreciadas, de cocos da bacaba, de açai, de patuá e duma fruta silvestre chamada cumaru, cuja semente é artigo de comércio no Pará e no Maranhão. O caldo da última não se extrai por esmagamento, mas sim pondo-a na água a ferver.

O costume a que nos acabamos de referir não constitui vício, mesmo porque essas bebidas nada têm de inebriantes.

O grande vício dos nambiquaras é o cigarro, de que são inseparáveis. Eles o preparam com folhas torradas, a fogo lento, do fumo que cultivam nas suas roças. O produto que assim obtêm é recolhido em pequenas cabaças de pescoço curvo, nas quais praticam uma abertura lateral. Para enrolarem o fumo, fazendo o cigarro, utilizam-se de folhas; agora, porém, preferem o nosso papel.

Ainda num ponto se poderá suspeitar dalguma influência dos contatos africanos; é o que se refere à prática seguida pelos médicos ou padres nambiquaras no tratamento dos doentes. Se eles se limitassem ao emprego que fazem de remédios extraídos de folhas, raízes e cascas de vegetais, certamente em nada destoariam do que geralmente se observa, entre os demais silvícolas brasileiros. Usam, porém, além disso, de passes que lembram, desde logo, os processos preferidos pelos feiticeiros da Costa d'África. Assim é que, afetando grande solenidade, se põem a chupar os pontos em que o doente acusa dores; depois, levam a mão à boca como se tivessem de retirar dela alguma coisa sorvida do corpo do paciente; fingindo, ou certos de terem sugado essa qualquer coisa, arremessam-na com força para longe, proferindo palavras com certeza

tão poderosas e decisivas como as usadas nos curativos de mau-olhado, cobreiro, *cousa-ruim* e tantos outros exorcismos nossos conhecidos.

Excetuando os até agora apontados, os costumes deste povo nada apresentam de essencialmente diferente do que se nota entre os mais atrasados habitantes das nossas florestas. Os seus machados são de pedra; o fogo é obtido pela fricção da madeira; as pontas das flechas, quando largas e lancioladas, são de taquara, e quando farpadas ou pontiagudas, de madeira; os enfeites são colares de contas vegetais ou de cocos, além de pequenos estiletos de madeira para enfiar num furo praticado no beijo superior e uma pena para atravessar o septo nasal; estes dois últimos ornatos são só para os homens. Quanto a roupas, absolutamente nada existe para as mulheres; e os homens contentam-se com um cinturão, do qual pende, na frente, larga borla de folha de buriti; esta borla é suprimida no cinturão dos meninos. Entretanto, os nambiquaras sabem fazer tecidos, mas só se utilizam deles para os atilhos ou ligas que amarram fortemente nos braços, pulsos, joelhos e tornozelos.

Não sabem construir canoas; atravessam os rios a nado, quando muito pondo sob o braço esquerdo um feixe de talos de buriti, material que bóia tão bem como a cortiça.

A idéia do governo ainda se acha entre eles no primeiro esboço da forma patriarcal.

Em torno dum chefe de família, naturalmente mais ativo e empreendedor do que os outros, grupam-se os parentes e amigos; mas os núcleos assim formados não são fixos: por qualquer motivo os indivíduos passam duns para outros e tornam a voltar para os núcleos donde aqueles tinham saído.

De todos os seus hábitos, o que talvez pareça mais rude é o de dormirem no chão limpo de palhas ou de qualquer outro vestígio de cama. Este foi, com certeza, o traço que mais impressionou os parecis, e é dele que tiram o nome de uaicacorês, de que se servem para designar a nação nambiquara.

O Coronel Rondon, porém, faz notar que eles não dormem assim em qualquer lugar, mas tão-somente naqueles onde existam grandes manchas de areia branca e lavada.

Um grupo deles, que estava de visita na estação telegráfica de Barão de Melgaço, cujo solo é argiloso, ao cair da tarde dali se retirava para ir pernoitar em ponto muito distante, mas de areia.

No entanto, qualquer que seja o grau de rudeza de tais hábitos, ficou inteiramente assentado que o mais bárbaro de todos, o da antropofagia, não o têm eles, e, se em algum tempo o tiveram, há já muitas gerações que o abandonaram. Deste crime, eles, falando com o Coronel Rondon, se defenderam com vivacidade, e acusaram a nação que vive ao ocidente dos seus territórios; esta, por sua vez, negou peremptoriamente que se entregasse a tal abominação, mas afirmou que, mais para o interior das florestas, nas extremas do rio Pimenta Bueno, habitam os únicos antropófagos de todos aqueles sertões, os por eles chamados coaiás.

Verdadeira ou não a acusação contra os ainda desconhecidos coaiás, o certo é que ela não foi lançada contra os nambiquaras, nem mesmo por inimigos com os quais eles viviam em guerra tradicional.



Photo reprisé. Com. Rondon

M.270

Índios nambiquaras em visita à estação telegráfica que recebeu o mesmo nome da tribo e situada à margem esquerda do rio desse nome, descoberto pela Comissão Rondon



Photo. reprod. Com. Rondon

Missão

Nambiquara anuzê
(Pai do índio Nube)



Photo. reprod. Com. Rondon

Missão

Nambiquara taganani



Photo. reprod. Com. Rondon

Missão

Guerreiro nambiquara taganani
Serra do Norte



Photo. reprod. Com. Rondon

Missão

Guerreiro cocozu
(Grupo dos nambiquaras)



Photo. reprod. Com. Roraima

Missão

Mulher cocozu
Rio Juruena

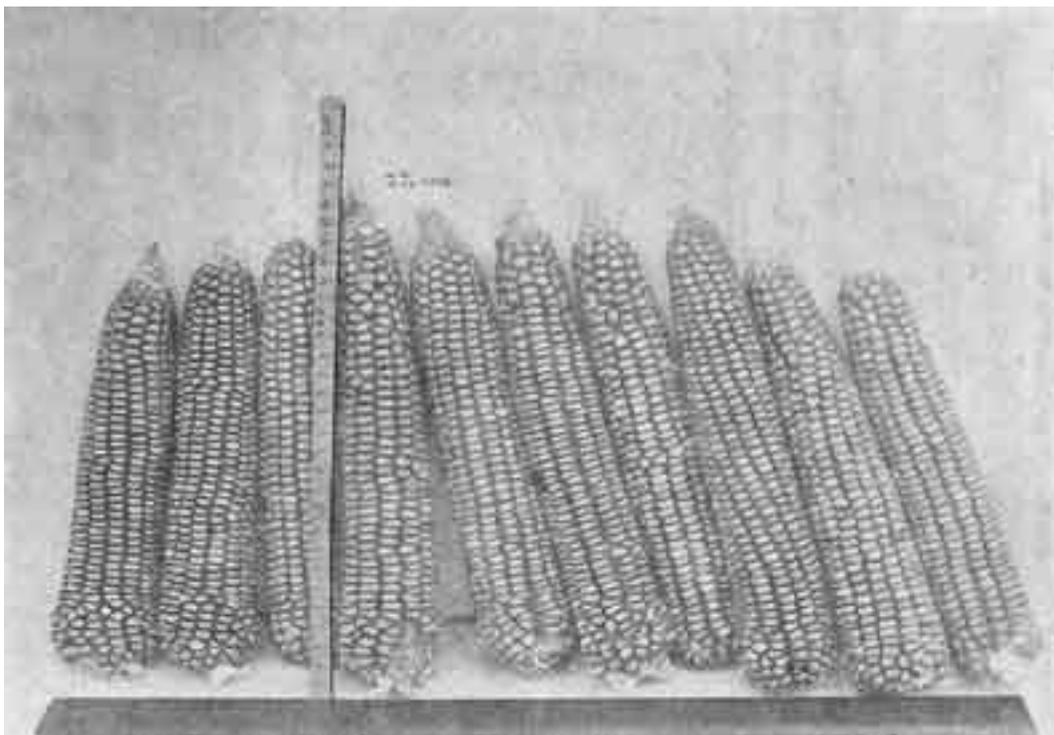


Photo 1920d. Carr. London

Afessão

Milho indígena



Photo reprint. Com. Exonias

Missão

Grupo de índios taipós (nambiquaras), em visita ao Tenente Pirineus, em Campos Novos,
Estado de Mato Grosso



Foto reproduz. Com. Roraima

Mischo

Grupo de índios tagananis (nambiquaras) em visita ao Tenente Pirineus em Campos Novos da Serra (impropriamente assim denominada) do Norte (Invernada do Veado Branco), Estado de Mato Grosso

.....

III

Os kepikiri-uats

E

STE é o nome dos índios indicados pelos nambiquaras.

O Tenente Amarante, que os descobriu e amansou, e, em seguida, o Coronel Rondon, que os visitou, nada viram entre eles de suspeito senão uma clavícula humana, preparada de modo a servir de flauta. O instrumento pertencia a um chefe que o ofereceu ao Coronel, informando-o da procedência daquele osso: era dum guerreiro coaiá, morto em combate. Evidentemente esse fato por si só não constitui indício de prática da antropofagia.

Os kepikiri-uats constituem um povo bastante numeroso, que se distribui por muitos grupos, todos localizados no vale do rio Pimenta Bueno, a que dão nome – Djaruêreb. O Coronel Rondon visitou as suas aldeias e esteve nos grupos denominados xaramein, uapurutá, bicop-uap e barepit.

Constroem palhoças cônicas, como as dos nambiquaras, mas diferentes destas por fazerem terminar a extremidade saliente da coluna central em ponta e não em forquilha.

É provável que tenham tido também relações com os quilombolas do Guaporé, e principalmente com os do Guaritizé; entre eles, porém, não se encontram vestígios de cruzamento com negros.

Quanto às armas de que usam, pouco difere das dos nambiquaras. Além do arco e da flecha, servem-se nos combates de cacetes curtos; os chefes, nas ocasiões de festas ou solenidades da tribo, apresentam-se armados de clavas, espécie de espadas de madeira. São insígnias honoríficas que nunca se empregam nas lutas; os parecis e os nambiquaras têm o mesmo uso.

As suas roças são muito maiores do que as dos nambiquaras, e as suas colheitas dão-lhes recursos muito mais abundantes de que as daqueles índios.

Além dos feijões, mandiocas, milhos e outros vegetais conhecidos dos nambiquaras, cultivam uma espécie de amendoim graúdo, diferente do nosso, e possuem grandes plantações de mamão e de banana. Estas duas plantas, só as podem ter obtido dos civilizados, mas por enquanto não se sabe como, nem de onde as houveram.

Guardam os produtos das suas lavouras em grandes paióis, e as menores porções dentro das suas habitações, em jiraus expressamente construídos para tal fim.

As caças e os peixes representam na sua economia o mesmo papel que na de todos os outros silvícolas; nas pescarias, como os nambiquaras, fazem uso do timbó.

Preparam os alimentos com muito mais asseio e cuidado do que os seus inimigos.

Apreciam, tanto como eles, os beijus de mandioca e mais ainda os de milho, que aqueles não sabem fazer; mas para os assar colocam-nos sobre um prato plano, tendo o cuidado de se servirem dum instrumento de pedra em todas as suas operações. Os beijus, depois de torrados, são servidos em bandejas de trançado de cipó ou de taboca.

A sua cerâmica está bastante adiantada. Além de panelas de vários tamanhos, fabricam potes que parecem tinas, nos quais preparam bebidas fermentadas de amendoim e de milho.

Cultivam o algodão e com ele fazem vários tecidos, a começar pelas redes de malha em que dormem. Entre estas, há uma, muito comprida, na qual dormem duas pessoas, acomodadas em todo o seu comprimento, ficando as respectivas cabeças dos lados dos punhos de suspensão e os pés justapostos.

Não usam roupa de espécie alguma, mas em compensação os seus ornatos são muito variados e vistosos. Os atilhos que amarram nos braços, nas pernas e na cintura; as faixas que põem na cabeça e no pescoço levam enfeites de arminho de penas de grandes gaviões, de araras, de tucanos, e outras de cores brilhantes.

Nos colares empregam os dentes de diversos animais e certos cocos pequenos, aperfeiçoados e brunidos com o auxílio de pedras, até ficarem com a casca muito fina e leve. Os enfeites aplicados nos lábios são geralmente de resina vegetal e terminam em ponta de espinho de ouriço.

Para reduzir o milho a fubá e para misteres análogos a esse, usam dum processo inteiramente diverso do geralmente conhecido no Brasil. O pilão é o mesmo, a *mãõ*, porém, pesadíssima e terminada num grande bloco sem quinas, não se emprega para socar, mas sim para moer. O bloco representa o papel da mó, que nos moinhos se chama galga; o pilão representa o papel do pouso. A galga acha-se ligada a uma haste que, na posição de repouso, fica em vertical, para cima. Duas índias seguram na haste, afastam-na da vertical e imprimem-lhe uns movimentos de rotação tal que ela descreva, aproximadamente, um cone de revolução tendo para eixo a posição de repouso. O bloco ou galga, que se acha pousado sobre os grãos a triturar, arrastado por esse movimento da haste, executa no interior do pilão um movimento como de vibração, suficiente para o efeito desejado.

Mais original ainda é o processo inventado por estes índios para se utilizarem do fumo. Não o usam em cigarros ou em cachimbos, nem para mascar; utilizam-se dele pelas narinas, sob a forma de rapé. Até aí, nada há que admirar, nem que aprender, mas, se tivermos paciência, vejamos como se deve proceder para se tomar uma pitada à moda kepikiri-uat.

Para isso são necessárias três cousas: a primeira, todos o adivinham, é o rapé; a segunda é um canudo longo, de perto dum metro; e a terceira, um parceiro, ajudante ou ministro do interessante cerimonial. Carregado o canudo com o pó de tabaco, assentam-se, um diante do outro, os dois índios, à distância que for determinada pelo comprimento do tubo. O dono da pitada introduz numa das ventas a extremidade que lhe toca do alongado aparelho; e o seu ajudante, pela outra extremidade, com a boca, começa a soprar de leve, delicadamente. O pó arrastado pela suave corrente de ar assim produzida, passa do tubo para a narina

do principal ator desta solene pitada. Ele, porém, não se deixa ficar inativo enquanto o outro sopra; mas, acompanhando a operação, aspira fortemente o rapé que lhe vai chegando, fazendo-o penetrar até os íntimos recôncavos da bem-aventurada caverna.

Qualquer que seja a opinião que se deseje formar deste processo (e será prudente experimentá-lo porque não é possível *estimar a arte sem a conhecer*), uma coisa ficará, sem dúvida, bem firmada: é que os kepikiri-uats conseguiram provar que o célebre aforismo – *Nihil novi sub sole* – nem sempre exprime a realidade das cousas.

Como se vê, nos usos, na indústria e na lavoura dos kepikiri-uats há mais homogeneidade e mais harmonia do que nos costumes, na lavoura e na indústria dos nambiquaras. O grau de civilização a que eles chegaram inegavelmente mais elevado do que o dos seus vizinhos de leste, e certamente a esta maior elevação de hábitos da vida exterior, corresponderá algum avantajamento na ordem moral e intelectual. Portanto, se os nambiquaras não são antropófagos, como se poderia admitir que os kepikiri-uats o fossem? Por necessidade do seu culto religioso ainda por nós desconhecido?

Mas, se existisse semelhante prática religiosa, o natural seria que a ela se referissem os kepikiri-uats com respeito ou com temor supersticioso; nunca, porém, como o fizeram, demonstrando repeli-la e achando-a tão odiosa que a alegaram a título de acusação contra os coaiás, aos quais procuravam representar como sendo um povo bárbaro e intratável.

Como quer que seja, Rondon, por ter visto com eles aquela flauta de osso humano, acha prudente reservar o seu pronunciamento definitivo e categórico sobre esta questão para o momento em que dispuser de conhecimentos mais profundos da vida, dos hábitos e das instituições kepikiri-uats.¹

1 Em uma das suas conferências realizadas posteriormente, em dezembro de 1915, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, o professor Dr. Roquete Pinto, encarregado da Seção de Antropologia daquele estabelecimento, afirmou ter o exame minucioso dessa flauta revelado que o osso de que foi fabricada não é absolutamente um osso humano. Note-se que essas conferências faziam parte de uma série de seis conferências dedicadas ao Sr. Coronel Rondon pela Congregação do Museu, como homenagem e em sinal de agradecimento pela abundância e excelência do material de história natural que esse digno militar tem oferecido ao dito estabelecimento.



Foto reproduzida de Rondon

Missa

○ Coronel Rondon na aldeia do Cacique Tikeuê dos kepikiri-uats (1913)



Photo. reprod. Com. Rondon

Missão

Pitada de rapé. Costumes dos índios kepikiri-uats—
Estado de Mato Grosso

.....

Tribos do Ji-paraná

A O OCIDENTE destes índios, encontrou Rondon duas nações, ambas muito adiantadas e facilmente acessíveis à nossa civilização. A primeira ocupa o curso superior do Ji-paraná; a segunda vive muito mais para baixo, no vale do Tarumã, afluente da margem daquele rio. De ambas nos limitaremos a referir aqui os traços verdadeiramente característicos, distintos dos que já foram mencionados ao tratarmos das nações anteriores.

A tribo que habita o curso superior do Ji é de origem tupi. Rondon conseguiu entabular relações com ela e visitou as aldeias de três dos seus grupos: os parna-uats, taquateps e ipot-uats.

São inimigos dos kepikiri-uats, aos quais guerreiam; e quando os apanham, cortam-lhes a cabeça.

Constroem ranchos com cobertura de duas águas, tendo cumeeira e seis esteios, mas sem paredes. As suas aldeias são relativamente grandes; cada qual conta mais de 50 habitantes. Os homens vestem uns calções que fazem lembrar aqueles a que nos referimos, aludindo aos trajes nacionais dos parecis; as mulheres usam tangas, tecidas de algodão. Além disso, uns e outros deixam crescer os cabelos, rapando-os um pouco na frente, de jeito a darem a aparência de possuir testas elevadas

e amplas. As mulheres trazem-nos amarrados ao alto da cabeça, mas não repuxados, antes caindo com arte, sobre a nuca.

Com o algodão, fazem também as redes em que dormem e umas faixas que as mulheres passam dum ombro para o flanco oposto, e lhes servem para carregar as crianças.

Usam, como os demais indígenas, muitos colares de cocos, sementes, dentes e unhas de animais, e enfeites de penas vistosas; mas os seus artefatos deste gênero são mais variados, mais artísticos e mais bem acabados do que os dos kepikiri-uats e os de todos os índios da mesma região. O que, porém, constitui uma novidade desta nação é o hábito, que nela se encontra, de serem as aves de que se tiram as penas para os ornatos conservadas vivas nas aldeias. Para tal fim possuem, além das araras, jacamins, mutuns e pavões-silvestres que, juntamente com porcos-do-mato, cutias, antas, etc., vivem domesticados nas malocas, alguns outros pássaros – como certo gavião grande, dotado de chifre e conhecido no sertão pelo nome de guanu – presos em gaiolas e ali cuidadosamente alimentados.

A sua cerâmica apresenta igualmente uma novidade, se atendermos ao emprego em geral dado pelos silvícolas aos objetos de barro. De fato, não se limitam estes índios a fabricar panelas de vários tamanhos, vasos para fermentar bebidas, potes para transportar água e outros para a conservar no interior das casas, mas com o mesmo material fazem buzinas de diversos tamanhos, das quais conseguem tirar sons parecidos com os que produzem as usadas pelos nossos caçadores. Com tais instrumentos transmitem sinais a distâncias consideráveis, durante os combates e noutras ocasiões, como quando desejam chamar, para se reunirem num ponto, indivíduos que se acham esparsos pela floresta, ou avisarem os moradores duma aldeia amiga de que se estão aproximando, quanto às pessoas que a vão visitar.

Além dos colares e dos ornatos de penas, eles se enfeitam, pintando as faces, as mãos e os pés com urucum e com o jenipapo. Estes dois vegetais são conhecidos e empregados para o mesmo fim, mas em desenhos diversos, pelos kepikiri-uats; os nambiquaras, porém, só conhecem o urucum.

Fazem plantações de milho, das muitas variedades nativas do Brasil, de mandioca, amendoim, algodão, banana, mamão, etc., e também de pimenta, que muito apreciam e comem em grande quantidade.

Não cultivam o fumo e sentem por ele tal aversão que, se alguém se lhes apresenta de cigarro na boca, lho arrebatam e o atiram para longe, num movimento brusco e imperativo.

Nas pescarias empregam os meios usualmente conhecidos dos nossos silvícolas, inclusive o jiqui e o timbó; mas, para facilitar a utilização deste vegetal nas águas correntes, constroem represas, com cujo auxílio conseguem resultados análogos aos que obtêm quando operam em lagoas.

Enterram os seus mortos no interior dos mesmos ranchos em que habitam.

Para isso, fazem a sepultura por baixo da rede que pertencia ao que vai ser enterrado; depois da cova fechada, cobrem-na com muita cinza e põem-lhe ao lado, exteriormente, as armas, os enfeites de pernas e demais utensílios do morto. A rede é deixada tal qual como estava, como se o antigo proprietário estivesse para a vir ocupar dum momento para outro.

Durante, os funerais e em sinal de luto, os parentes e amigos cortam os próprios cabelos.

Mas o traço mais importante do grau de civilização alcançado por estes índios consiste no conhecimento que eles têm da navegação. Desde Diamantino até o Ji, não encontrou Rondon outra nação que soubesse, como esta, construir e utilizar embarcações para as suas travessias por água. Os próprios parecis, para transpor um rio, nada mais fazem do que se auxiliar dum flutuador de talos de buriti, exatamente como os nambiquaras – ao passo que os habitantes do Ji-paraná são peritos canoieiros e, com as suas leves pirogas de casca de jatobá, de jequitibá e doutras madeiras, dominam o curso superior do seu rio e os respectivos afluentes.

Finalmente, diremos ainda, a respeito destes índios, que o Coronel Rondon viu entre eles um menino, cuja idade devia regular por uns quinze anos, com os característicos de ter resultado do cruzamento com a raça européia. Não se trata dum caso de albinismo, como o que

foi observado pelo próprio Rondon nas aldeias kepikiri-uats, onde vive um indivíduo de nome Carame, de pele completamente branca, veias muito azuis, feições feias, tendo as sobrancelhas, as pestanas, os pêlos das pernas e madeixas do cabelo da cabeça brancos.

Este, apesar de suportar bem a luz, é evidentemente um albino; na tribo tratavam-no mais como a um escravo do que como a um membro da família.

O menino Parnauate, a que acima aludimos, com a sua tez clara, mas bem colorida, olhos castanhos, cabelos pretos e feições regulares, tem, ao contrário desse pobre Carame, todos os sinais de ser mestiço de índio com branco. Rondon acha-se inclinado a supor que ele tenha nascido dalgum dos homens duma expedição de peruanos que, dizem, há mais ou menos 15 anos, tendo subido o Ji, com o intuito de explorar os seus seringais, nele se perderam completamente e até hoje não se teve notícia alguma do que lhes sucedeu.

.....

Os urumis

E

STES índios constituem a segunda tribo do Ji-paraná, a que nos referimos. Habitam o vale do Tarumã.

São menos adiantados do que os anteriores: usam redes, têm cerâmica bem desenvolvida e fazem grandes plantações das mesmas espécies vegetais que os outros; mas não adotam roupa nenhuma, nem mesmo para as mulheres.

Como traços característicos, diremos que entre eles as mulheres co-participam do uso que, no geral das nações silvícolas, é privativo dos homens de furar o beijo superior e atravessar nele um pequeno bastonete de madeira; que os homens usam enrolar as pernas com tiras de embira, apresentando-se assim como se tivessem polainas; e, finalmente, que trazem como enfeite um colar de palha de palmeira, tão grande e tão largo que mais propriamente mereceria o nome de pala ou gorjal.

Neste rio encontrou o Coronel Rondon duas tribos, ambas já relacionadas com os civilizados, dos quais adquirem roupas, ferramentas e outros artigos, em troca da borracha que extraem das suas florestas.

Uma é dos primitivos habitantes da região e por isso o seu nome serve para designar o rio; a outra estabeleceu-se aí há pouco tempo, vindo do Urupá, donde é originária. Os costumes de ambas ainda não foram observados.



Photo 192001. Cam. Kanton

Misúo

Índios ar:quemes pioia ambi

.....

Os ariquemés

MAIS para o ocidente, no rio Jamari, vivem os ariquemés, que se distinguem pela sua índole pacífica. Desta nação não havia notícias: Rondon obteve as primeiras referências a ela em 1909, por seringueiros que se tinham estabelecido no curso inferior daquele rio. Em época anterior, haviam os bolivianos invadido as suas florestas, obrigando-os a refugiar-se para as altas cabeceiras do conhecido afluente do Madeira. Aos bolivianos sucederam os brasileiros que, embora menos desumanos, continuavam a persegui-los expelindo-os com enorme mortandade das suas aldeias. Rondon aconselhou ao mais influente dos novos ocupantes do Jamari, Godofredo Arruda, que modificasse os processos até então usados, abandonando as barbaridades que se estavam praticando, para adotar os meios brandos por ele empregados com tão bons resultados em todos os sertões para captar a amizade dos índios. Felizmente, esses conselhos foram atendidos e, pondo-os em prática, conseguiram os seringueiros, em 1911, os primeiros contatos pacíficos com o povo ariqueme.

Dotados de admirável capacidade de assimilação, os ariquemés em poucos meses tinham aberto as suas aldeias a todos os nacionais que os procuravam. Com rapidez incrível, eles aprenderam a nossa língua,

cujo uso se lhes tornou quase familiar, mesmo às mulheres, coisa que geralmente não se dá com as tribos brasileiras, como as dos parecis, caiuías, terenas, bororos, nas quais só os homens consentem em manifestar conhecimento do português.

Tão grande sociabilidade foi, porém, funesta aos ariquemes, porque as relações assim estabelecidas, e que, infelizmente, não eram fiscalizadas e dirigidas por pessoa competente, que se preocupasse com os problemas de ordem moral, tanto mais ameaçadores quanto maior era a necessidade da nação aos contactos com elementos estranhos, deram o resultado de fazer irromper entre eles epidemias atrozés, como a da sífilis e a do defluxo, que não tardaram a produzir formidável mortandade.

Além disso, muitas crianças foram tiradas das suas famílias e levadas para as cidades, de sorte que, pouco tempo depois de entabuladas as primeiras relações pacíficas com os civilizados, já a tribo estava desorganizada e quase totalmente desbaratada.

Foi nestas tristes condições que Rondon a encontrou em 1913, quando, dirigindo pessoalmente os trabalhos da construção, voltou a operar no vale do Jamari. Acudindo logo com o remédio necessário para debelação do mal já causado e adotando medidas capazes de sustar a marcha assoladora da desorganização introduzida, por influência de novos elementos, nos costumes e nas famílias ariquemes, Rondon construiu nas proximidades da estação telegráfica, a que deu o nome dessa nação, uma aldeia, na qual instalou a população sobrevivente, fazendo-a vir das suas malocas primitivas e reunindo os indivíduos que já andavam esparsos, inclusive duas crianças que tinham sido levadas para a capital do Estado do Pará. Com tais providências lucraram os índios e também os serviços do telégrafo, que nesse ponto tiram das roças e dos trabalhos dos ariquemes as mesmas vantagens que no trecho do Chapadão dos Parecis obtêm dos moradores das aldeias de Ponte de Pedra e de Utiariti. E como esta nação é muito acessível à nossa civilização e aos nossos costumes, podemos esperar que, dentro de muito pouco tempo, ela mesma venha a fornecer os funcionários e os trabalhadores necessários à manutenção do tráfego da linha, nas florestas do alto Jamari.

Procurando realizar este objetivo, trouxe Rondon para o Rio de Janeiro, com pleno consentimento da respectiva família, um menino

ariqueme chamado Parriba Parakina Piuaca, que no Instituto Profissional S. José receberá a instrução precisa para poder mais tarde ser o encarregado da estação do nome da sua tribo.

No entanto, cometerá grave erro quem concluir, do que acabamos de dizer, que estes índios já abandonaram os hábitos da sua primitiva civilização. Ao contrário disso, ainda se conservam fiéis a essas antiguidades que caracterizam a sua vida de povo autônomo, no meio da intrincada floresta de nações selvagens que existiam no grande território do velho Pindorama.

E do que ainda hoje se vê entre eles, se pode inferir que haviam alcançado um grau bastante elevado na escala das sociedades autóctones da América, porquanto, apesar das suas mulheres não usarem roupa alguma, sabem tecer o algodão, com o qual fazem redes para dormir, e possuem cerâmicas muitíssimo desenvolvidas, fabricando vasos de grande capacidade, maiores do que os dos kepikiri-uats. Dos instrumentos de uso comum a todos os silvícolas brasileiros, mas a que eles deram um feitiço novo, privativo da tribo, citaremos dois: um para ralar mandioca e outro para triturar milho.

Em geral os índios fabricam os seus ralos, cravando num pedaço de madeira mole espinhos de certos coqueiros, que os tenham bem resistentes. Os ariquemes, porém, conseguem o mesmo resultado, mas com muito menos trabalho, servindo-se das raízes, eriçadas de pontas, das paxiubinha, espécie de palmeira própria das matas virgens.

Para triturar grãos, abrem em toras de madeira os cochos em que damos comida ou água ao nosso gado. Arranjam uma laje bastante pesada, com a forma geral de meio disco, cujo diâmetro e espessura sejam pouco menores do que o comprimento e a largura daquela escavação. Nesta colocam os grãos, e assentada sobre eles, pelo diâmetro, com a linha curva para cima, a laje.

Uma índia, com as duas mãos apoiadas sobre a parte superior daquela pedra, imprime-lhe um movimento de vaivém, fazendo-a oscilar para um e outro lado do plano vertical determinado pelo eixo do cocho. Obtém-se assim o rolamento da superfície longitudinal da pedra sobre as sementes que, comprimidas contra as paredes do cocho, são moídas.

Depois dos ariquemés, já no Madeira, encontrou o Coronel Rondon os índios caripunás, que, desde os tempos colônias, se acham em contacto com os civilizados.

Entre eles há muitos caburés, bons trabalhadores, que, certamente, poderão mais tarde ser aproveitados nos serviços da conservação da linha telegráfica.



Photo reproduced from Savoir

Misão

Uma família caripuna no rio Madeira

.....

Os barbados

AS NAÇÕES indígenas até aqui enumeradas são as que se encontram percorrendo a linha-tronco, desde Diamantino até o Madeira. Vimos, porém, que o Coronel Rondon construiu também vários ramais, entre os quais figura o da Barra dos Bugres, cujo ponto inicial é a estação dos parecis. No traçado deste ramal era obrigatória a passagem através da mata da Poaia, na margem direita do alto Paraguai. Em tal travessia residia a dificuldade máxima da projetada construção, porque aí vivem os índios conhecidos pelo nome de barbados, que, desde os tempos coloniais, nunca cessaram de hostilizar a nossa gente, repelindo sempre com violência todas as tentativas que do nosso lado se fizeram para penetrar nas suas terras, quer fôssemos à mão armada, quer com mostras de amizade e intenções pacíficas.

Se alguma tribo existiu que parecesse justificar a teoria antigamente apregoada de se classificarem as nações silvícolas em redutíveis e irreduzíveis, devendo estas ser sistematicamente perseguidas e exterminadas, certamente seria a destes habitantes da mata da Poaia.

Tão maus precedentes, porém, ainda não eram de molde a abalar a confiança do Coronel Rondon, na eficácia do processo e dos meios de que ele se tem servido, sempre vitoriosamente, para captar a amizade e as boas relações de todas as tribos indígenas, com as quais se

tem defrontado na sua gloriosa carreira de desbravador de sertões. Por isso, apenas resolvido que o telégrafo seria levado à Barra dos Bugres, o seu primeiro cuidado foi providenciar a instalação dum serviço metódico, destinado à pacificação daqueles índios; e as medidas que adotou foram tão acertadas que, com poucos meses de trabalho, estava conseguido, em 1913, o objetivo desejado.

Graças a este resultado, foi feita a construção do ramal no ano seguinte, sem efusão duma só gota de sangue nosso, nem dos silvícolas; e a sua conservação estará garantida nas mesmíssimas condições, enquanto forem respeitadas e seguidas as praxes agora estabelecidas, para serem observadas nas relações entre a nossa gente e aquele povo.

Com estes índios é necessário proceder-se ainda mais cautelosamente do que com quaisquer outros, porque neles a desconfiança contra nós é quase incurável, tais os sofrimentos e os estragos que lhes causamos na guerra de extermínio que com eles tínhamos desde o início do século XVIII. Certamente, semelhante estado de ânimos irá desaparecendo com a continuação do comércio das boas relações agora existentes; por enquanto, porém, qualquer pequeno descuido poderá determinar nova ruptura da nascente amizade. Para se aquilatar do ponto a que chega a aludida desconfiança, basta saber que, até hoje, eles não consentiram que nenhum dos nossos fosse às suas aldeias: visitam-nos em nossos acampamentos, onde recebem ferramentas e vários brindes; mas em caso nenhum se separam das suas armas.

Foi nessas condições que o Coronel Rondon viu e observou alguns grupos deles e pôde então verificar que pertencem à grande nação dos bororos, da qual existem, como já vimos, mais dois ramos, um no rio S. Lourenço e outro no das Garças. Notou, ainda mais, que entre eles há indivíduos com aparência de terem provindo do cruzamento da raça branca; tal cruzamento, porém, se existe, será muito longínquo, com certeza resultante dos primeiros contatos, talvez pacíficos, que se deram entre eles e os portugueses e que teriam sido logo seguidos do rompimento guerreiro que durou até a intervenção de Rondon.

Para remover o perigo de se manifestar desde já algum movimento de invasão das matas da Poaia, o que certamente iria comprometer a obra da pacificação inda em estado tão melindroso como o que deixamos indicado, obteve Rondon do Governo de Mato Grosso

um ato público, reservando para a tribo dos barbados a propriedade das terras atualmente ocupadas. Assim, é de esperar que eles não venham a ser, mais tarde, espoliados dos seus domínios e enxotados a ferro e fogo das suas florestas hereditárias.

Se considerarmos agora, em conjunto, a obra realizada pelo Coronel Rondon, em benefício da população aborígine do território que ele vem abrindo à atividade fecunda da nossa civilização, veremos que essa obra representa o resultado dum esforço, mais grandioso e mais admirável do que tudo quanto nesse mesmo gênero se tem feito na nossa pátria e provavelmente no resto da América. Porque essa obra toda de paz, de conciliação e de bondade abrange onze povos diferentes, cada qual ocupando um lugar distinto na escala da evolução das sociedades, nitidamente separadas umas das outras, pelos costumes, idiomas e ritos, todas guerreando-se mutuamente e havendo, em algumas delas, outras guerras intestinas; várias que nos tinham por inimigos tradicionais e intratáveis; e outras de que nem suspeitávamos a existência.

Usando, só e exclusivamente, do altruísmo como força política, Rondon conseguiu deter a marcha assoladora de injustiças seculares; reerguer, desses povos, os que já tinham entrado na fase da agonia que precede a extinção total; aplacar ódios exterminadores; debelar prevenções oriundas de diferenças de raças, de línguas e de crenças; numa palavra, desbravar a formidável floresta de más paixões que o egoísmo acende nos corações dos homens, transformando-os em inimigos cruéis e rancorosos uns dos outros. E tirando do fundo da sua própria alma os materiais com que havia de construir a grandiosa trama da sociabilidade brasileira, entrevista e desejada por José Bonifácio, Rondon ligou esses povos entre si pelos laços da amizade, e religou-os ainda mais fortemente, pelos liames indissolúveis da gratidão, ao sagrado altar da pátria e da humanidade.



Photo. reprod. Com. Rondon

Missão

Índio caripuna (mestiço) 1913

EXPLORAÇÃO E LEVANTAMENTO DO RIO DA
DÚVIDA – ENTREVISTA COM RONDON – OPINIÃO
DO SR. ROOSEVELT ACERCA DE SAVAGE LANDOR,
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E DOS
BRASILEIROS – ROOSEVELT ÍNTIMO – VÁRIOS
EPISÓDIOS OCORRIDOS DURANTE OS SEUS DOIS
QUATRIÊNIOS PRESIDENCIAIS – UM INCIDENTE
INÉDITO COM O EMBAIXADOR ALEMÃO EM
WASHINGTON – COMO UMA QUESTÃO
DIPLOMÁTICA TERMINA POR UMA ANEDOTA

.....

A O INICIAR a publicação das notas colhidas pela nossa reportagem a propósito da Missão Rondon, era nosso intuito dar à parte relativa ao rio da Dúvida, na qual figura, como todos sabem, a pessoa do ex-Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, Sr. Theodore Roosevelt, o mesmo desenvolvimento que demos aos capítulos anteriores, referentes às expedições para descobrimento do rio Juruena, da serra do Norte e ao reconhecimento total de Cuiabá ao Madeira, além dos que se referiram aos demais trabalhos realizados pela Comissão das Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas.

Somos, porém, obrigados a introduzir uma modificação nesse nosso projeto, a qual só poderá redundar em benefício dos leitores do *Jornal do Comércio*.

Do Sr. Coronel Rondon recebemos uma carta na qual o nosso distinto patricio, depois de externar a sua satisfação pela escrupulosa exatidão de todas as informações contidas nos nossos apontamentos já publicados, declara que, dentro de poucos dias, terá de realizar aqui no Rio, sob os auspícios da Sociedade de Geografia, algumas conferências públicas dedicadas aos trabalhos da expedição Roosevelt-Rondon.

A julgar pelos capítulos anteriores da Missão Rondon, o ilustre sertanista receava que o destinado a tratar do rio da Dúvida fosse tão desenvolvido que tirasse àquelas conferências o sainete da novidade.

Refletindo sobre esta objeção, não tivemos dificuldade em reconhecer que nenhum inconveniente havia em se sacrificar parte do nosso trabalho, visto como os leitores do *Jornal* terão ensejo de conhecer toda a matéria e todos os episódios que pretendíamos expor no presente capítulo, pela leitura daquelas conferências, cujos originais o Sr. Rondon teve a gentileza de nos oferecer, para oportuna publicação.

É sabido que o Sr. Roosevelt, depois de ter estado alguns dias no Rio de Janeiro, daqui seguiu para S. Paulo, donde foi às Repúblicas do Prata e do Chile.

Enquanto duravam essas excursões, organizava-se no Brasil uma comissão destinada a acompanhar o estadista americano na expedição que projetava realizar pelo interior do nosso país, com o intuito, segundo se dizia, de completar, nas nossas florestas, o ciclo da sua rápida mas brilhante carreira de caçador, iniciada no continente africano.

Para chefiar a comissão brasileira, convidou o Governo o Sr. Coronel Rondon, que se achava, naquela época, embrenhado no sertão do noroeste mato-grossense. Atendendo ao chamado do Sr. Ministro das Relações Exteriores, partiu Rondon a 4 de outubro de 1913 da estação Barão de Melgaço, da linha telegráfica de Cuiabá ao Madeira, e, viajando em canoas até a foz do Ji-paraná, em vapor até Manaus, e, finalmente, em paquete do Lloyd, chegou ao Rio no dia 11 de novembro.

A comissão ficou organizada de modo a se poderem tirar, do esforço que ela ia despender, os maiores proveitos possíveis para alguns serviços que estavam em projeto. Assim, a Expedição Roosevelt-Rondon, em lugar do aspecto de uma simples incursão venatória, que a princípio se lhe atribuía, se revestiu do caráter dum empreendimento destinado a aumentar os conhecimentos que precisamos ter do território nacional, dos seus recursos naturais e dos meios do seu aproveitamento futuro.

No dia 4 de dezembro partiu o Sr. Roosevelt de Buenos Aires para Assunção, donde deveria prosseguir, subindo o rio Paraguai, a viagem para o interior do Brasil. Dois dias antes saíra o Coronel Rondon do Rio, por estrada de ferro, com destino a S. Paulo, Bauru, Itapura e Porto Esperança, aonde chegou na madrugada de 10, tendo percorrido nessa

viagem 168 quilômetros a cavalo, do anoitecer do dia 5 ao amanhecer de 9, a fim de vencer a distância entre as pontas dos trilhos dos dois trechos ainda em construção da E. F. Itapura a Corumbá. Em Porto Esperança embarcou no *Nioac*, navio do Loide Brasileiro, e desceu o rio Paraguai, até a foz do Apa, onde fundeou na tarde de 11, à espera do Sr. Roosevelt. Esta viagem do chefe da Comissão Brasileira, notável pela rapidez com que foi realizada, constitui o recorde desse percurso, que só hoje poderia ser batido, visto estar concluída a construção daquela estrada de ferro e assim suprimida a necessidade de se fazerem os 168 quilômetros a cavalo.

Na manhã do dia 11 de dezembro, chegou o Sr. Roosevelt ao ponto em que era esperado pelo Coronel Rondon. Vinha a bordo da canhoneira *Riquielme*, navio de guerra do Paraguai. Depois de satisfeitas as exigências do protocolo, pela visita do chefe da comissão brasileira ao eminente hóspede do Brasil, a bordo daquele navio, continuou-se a subida do rio, em demanda de Corumbá.

Desta cidade dirigiu-se a expedição Roosevelt-Rondon à fazenda das Palmeiras, no rio Taquari, onde chegou na tarde de 17. Durante esta viagem, teve o ex-presidente dos Estados Unidos ocasião de matar um tamanduá-bandeira, que se deixou surpreender na margem do rio.

Chegados à fazenda das Palmeiras, organizaram-se as caçadas de onça, nas quais, por determinação do Sr. Roosevelt, só tomaram parte ele, o seu filho Kermit, o Coronel Rondon e dois caboclos armados de azagaias, auxiliares de que os caçadores se fazem acompanhar em ocasiões análogas. Os demais membros da expedição distribuíram-se por diferentes turmas, encarregadas de caçar diversos pássaros e mamíferos, cujas peles eram preparadas por profissionais dos museus de história natural de Nova Iorque e do Rio de Janeiro. O fim de todas essas caçadas era o de enriquecer as coleções desses estabelecimentos de instrução popular e suprir faltas, que no primeiro deles existiam, de exemplares do tamanduá, de onças brasileiras e do nosso tapir ou anta.

A este respeito, chamou o Coronel Rondon muito especialmente a nossa atenção para uma das maiores injustiças que se cometeram nas referências públicas, feitas entre nós, a propósito do Sr. Roosevelt e do objetivo da sua viagem. A julgar pelo que se dizia, o ex-presidente, não sabendo como passar o tempo, acabara por optar pelo esporte de devastar as florestas brasileiras, decidido a matar todos os animais

que chegassem ao alcance do seu fuzil. A verdade, no entanto, é muito outra, disse-nos o Sr. Rondon; e o Sr. Roosevelt em nada se parece com esse homem que nos era apresentado como um sequioso da glória de ser considerado o campeão mundial dos matadores de feras e o mais exímio dos amadores do tiro ao alvo. A opinião que nesse sentido se formou deu até origem a certas atitudes pitorescas de pessoas que se julgaram no dever de tomar sobre si o encargo de zelar pelos brios nacionais no concurso de tiro ao alvo que entenderam abrir contra quadrúpedes, anfíbios e aves. É sabido que a Europa já “se tem mais de uma vez curvado ante o Brasil”... Como consentir, pois, à América do Norte a presunção de imaginar que só ela está isenta dessa fatalidade, que pesa sobre todos os povos, de reconhecer a nossa primazia numa série enorme de habilidades, inclusive essa de acertar no alvo? Seria evidentemente um desastre para a fama universal do Brasil que os norte-americanos se pudessem vangloriar de possuir na pessoa do Sr. Roosevelt o atirador que, dentro do nosso próprio território, não encontrara outro que lhe levasse vantagem. Para tirar esta questão a limpo, enquanto o *Nioac* subia o Paraguai, não perdiam os campeões da pontaria ensejo de alvejar os modorrentos jacarés. Convidado a tomar parte no certame, o Sr. Roosevelt acedeu (fazendo, aliás, muito bons tiros, apesar da sua miopia), enquanto não descobriu a intenção com que aquilo se fazia; depois, porém, evitava todas as ocasiões de se submeter a tais provas. A certa altura, o mais *bravo* atirador brasileiro encontrou momento azado para praticar uma bela façanha. Passava voando sobre o rio uma biguatinga: o atirador alvejou-a; o tiro partiu e a pobre ave caiu. O Sr. Roosevelt, ao contrário do que se poderia esperar, não viu nesse incidente motivo para dar parabéns às visadas indígenas. Para ele, era imperdoável matar qualquer animal sem objetivo fixo, de utilidade científica, ou então para comer. Era necessário remediar o malfeito, e isto só se poderia obter recolhendo o pássaro morto e entregando-o aos cuidados dos taxidermistas, a fim de que o preparassem para ser incluído nas coleções destinadas aos museus. Deram-se as ordens necessárias: o *Nioac* parou e pessoas foram mandadas ao rio apanhar a biguatinga.

– Tal foi o desfecho daquele “feliz tiro”! – concluiu, ironicamente, sorrindo, o nosso ilustre patrício.

É provável que a viagem do estadista americano ao Brasil, à Argentina e ao Chile visasse aquisição de conhecimentos de que dependem a resolução de problemas da política internacional do novo continente. O certo, porém, é que as caçadas tinham por único móvel satisfazer as necessidades do Museu de História Natural de Nova Iorque. Para bem se compreender o interesse que a esse assunto ligava o Sr. Roosevelt, basta referir o que ouvimos do Coronel Rondon, isto é: que o Sr. Roosevelt é um apaixonado pelos estudos de História Natural, cuja literatura freqüenta com tanta assiduidade que se acha em dia com todas as obras recentemente publicadas, muitas das quais figuravam numa pequena biblioteca de que ele se fez acompanhar em toda a travessia do sertão. Desse gosto pela ciência resultou naturalmente a atenção por ele dispensada, quando no Governo dos Estados Unidos, ao Museu de Nova Iorque, ao qual fez consignar uma forte dotação orçamentária, destinada a prover todas as necessidades criadas pela nova organização que lhe deu, com o intuito de o transformar num estabelecimento modelar, à altura do grau de prosperidade da grande República americana. Parece que o Sr. Roosevelt considera as medidas que nesse sentido tomou e os resultados que com elas as obteve, um dos maiores serviços que pôde prestar à sua pátria; e se esse não é o florão mais glorioso do seu título de estadista, com certeza fará parte do número dos que mais lhe lisonjeiam o espírito culto e elevado. Por isso ele continua a empenhar-se pelo desenvolvimento dessa parte da sua obra, dando-lhe o que ainda está ao seu alcance dar-lhe.

Faltavam ao Museu exemplares de grandes mamíferos da África e da América do Sul; o meio que lhe pareceu mais adequado e mais seguro para preencher esses claros foi, primeiro, ir àquele continente e depois vir a este, adquirir pessoalmente os exemplares em questão.

Voltando às caçadas na fazenda das Palmeiras, diremos que no dia 21 de dezembro o Sr. Roosevelt matou a sua primeira onça, um magnífico exemplar da nossa canguçuçu, o maior e mais terrível dos felinos sul-americanos. No dia imediato matava o Sr. Kermit a segunda. As duas eram de sexos diferentes.

Obtido esse casal de onças, deu-se o Sr. Roosevelt por satisfeito no que dizia respeito a caçadas e tratou de prosseguir viagem. Para tal pressa havia um motivo de ordem superior, que trazia o espírito do grande político em constante preocupação: era a feição que os aconteci-

mentos entre os Estados Unidos e o México haviam tomado, em consequência da ocupação da cidade de Vera Cruz. Como é sabido, o Sr. Roosevelt chefia um dos partidos políticos da América do Norte e, nessa qualidade, não lhe convinha de modo algum que a pendência diplomática, resultante de tal intervenção, se desse, estando ele ausente do seu país. Se não se tivesse anteriormente divulgado pela imprensa de todo o mundo que o ex-Presidente Roosevelt se empenhara na realização duma empresa difícil e arriscada, nos sertões brasileiros, é muito possível que ele viesse a tomar passagem no primeiro pacote de viagem para Nova Iorque. Mas, depois de estarem todos os olhos voltados para ele, na expectativa de verem como se sairia da nova aventura, não havia, para o seu caráter forte e imperativo, outro caminho a seguir senão o de ir até o fim do compromisso, e levá-lo a sério, sem procurar nem aceitar atenuantes de dificuldades ou diminuições de trabalhos. O desejo de regressar logo aos Estados Unidos era grande; contudo, por causa dele não se sacrificaria a verdade nem se iludiria a boa-fé do mundo, que estava à espera dum feito esforçado e notável. Este escrúpulo de ser exato nos atos e nas palavras é uma das feições mais salientes do caráter do Sr. Roosevelt. Portanto, a expedição iria até o fim, custasse o que custasse. Apenas se trataria de abreviar o mais possível a sua terminação, embora com sacrifício dos projetos do chefe da comissão brasileira, relativos às observações astronômicas, à exploração de afluentes do rio principal e dos métodos a empregar nos levantamentos topográficos, etc.

Desistindo, por todas essas razões, de ir à fazenda do Firme, rico viveiro de onças e de caças de todos os gêneros, reembarcou o Sr. Roosevelt no *Nioac* na tarde de 23 de dezembro e fez-se rumo ao rio Cuiabá, em demanda da fazenda de S. João, de propriedade do Dr. Costa Marques, presidente do Estado de Mato Grosso. Cinco dias depois, aportava o *Nioac* a esse estabelecimento pastoril, onde foi recebido pelo presidente e outras autoridades da alta administração do Estado.

As tentativas de caçadas realizadas na fazenda de S. João pelos Srs. Roosevelt, o Dr. Costa Marques e o Coronel Rondon foram infrutíferas. No dia 8 regressava o *Nioac* ao rio Paraguai e por ele subia até a cidade de S. Luís de Cáceres, tendo antes feito uma pequena parada na fazenda do Descalvado, atual propriedade duma empresa norte-americana.

Daquela cidade, seguiu a expedição, ainda no *Nioac*, até o porto do Campo, no rio Sepotuba; daí passou-se para embarcações menores, batelões, canoas e uma lanchinha a vapor, que a conduziu ao porto de Tapirapuã, onde se achava instalado o serviço de abastecimento da Comissão das Linhas Telegráficas.

Em Tapirapuã organizou-se a marcha por terra, através dos sertões dos parecis e dos nambiquaras. Para essa marcha, mandara o Coronel Rondon reunir uma tropa de 110 muares e 70 bois cargueiros, dos que se empregam em Mato Grosso no transporte de cargas em cangalhas.

Seria altamente incômodo e trabalhoso ter de viajar com tão grande comboio; por isso foi a expedição dividida em duas colunas: uma, sob a direção do Capitão Amílcar Botelho de Magalhães, recebeu ordem de tomar a estrada direta para Juruena; a outra, de que faziam parte o Sr. Roosevelt, Coronel Rondon, Padre Zahm, o Sr. Kermit e outros membros das duas comissões, seguiu para o mesmo destino, dando, porém, uma volta, a fim de passar por Salto Belo, sobre o rio Sacre, e por Utiariti, sobre o Papagaio. O objetivo deste itinerário era proporcionar ao Sr. Roosevelt o ensejo de conhecer aquelas duas cataratas, enormes reservatórios de energia mecânica, e ver também algumas das aldeias dos índios parecis, que são empregados pelo Coronel Rondon nos trabalhos de conservação das obras das Linhas Telegráficas. O Sr. Roosevelt, que é um perfeito conhecedor do grau de prosperidade a que atingiram nos Estados Unidos os peles-vermelhas, dos quais muitos são grandes proprietários e patrões de numerosos trabalhadores europeus, desejava encontrar ocasião de observar, num caso típico, a eficácia dos meios de ação ultimamente adotados pelo Governo brasileiro, com o fim de melhorar a triste situação dos índios e aliviar o peso da enorme desgraça que os acabrunha e extingue, desde os princípios do século XVI. Os estabelecimentos de Salto Belo ao Utiariti causaram muito boa impressão ao estadista americano e provocaram-lhe palavras de louvor pela obra iniciada e continuada, com tanto patriotismo, pelo Coronel Rondon, no sentido de proteger os silvícolas contra a opressão dos conquistadores ou espoliadores das suas terras e proporcionar-lhes os meios de evoluir da civilização em que estão para a nossa. Relativamente a essa matéria, encontrou o Sr. Roosevelt semelhanças entre o nosso Serviço de Proteção aos Índios e o Indian Service dos Estados Unidos, e manifestou-se

decididamente pela necessidade de ser mantida a orientação atual que consiste em o Estado se encarregar diretamente da educação dessa parte da sua população, preparando-a para ser absorvida pela massa geral da nação.

Já que falamos dos louvores do Sr. Roosevelt, em referência à ação do Coronel Rondon a favor dos índios, vem a propósito aludir a um traço do seu caráter, manifestado de modo incisivo, no decurso desta expedição.

A travessia pelo interior do sertão só se faz com enorme dispendio de energia; a cada passo surgem embaraços que são vencidos à custa de esforços inauditos. Os perigos, as privações, as faltas de comodidade, os trabalhos incessantes e pesadíssimos, as noites dormidas ao relento, muitas vezes em acampamentos alagados por chuvas torrenciais, constituem o quadro comum dentro do qual os homens ali vivem, desde que iniciam até que terminam empreendimentos desta natureza. O Sr. Roosevelt teve, pois, ensejo de ver a nossa gente entregue a essa faina gigantesca e, observando a paciência inesgotável com que ela recomeçava a luta contra um novo obstáculo, após ter vencido o outro, não cessava de a admirar. Certa vez, tendo ele feito um caloroso elogio ao esforço e à capacidade de resistência dos nossos oficiais e caboclos que se achavam empenhados num trabalho penoso e exaustivo, disse-lhe o Coronel Rondon que recebia aquelas palavras com especial agrado, como ditadas mais pela simpatia e pela amizade do que mesmo por um frio julgamento da razão, na análise dos fatos que se estavam passando. Imediatamente o Sr. Roosevelt retrucou, com grande vivacidade, em tom enérgico e de mando, como homem que sabe querer e não gosta de ser contrariado: “Saiba, Sr. Coronel, que não tenho o hábito de fazer elogios a ninguém; digo só o que sinto e o que penso. Sou um *verista*: amo e pratico a verdade e a justiça. Não há nada no mundo que me faça faltar a uma ou infringir a outra.”

Por este episódio, podemos avaliar a sinceridade e o peso das opiniões externadas pelo eminente estadista; os louvores na sua boca não são cumprimentos fúteis, vãs amabilidades, destinadas a entontecer a pessoa a quem são dirigidas, exaltando-lhe a vaidade. Ao contrário disso, as opiniões do Sr. Roosevelt são sempre a expressão dum julgamento meditado e profundamente sentido.

A propósito dos nossos caboclos, disse-nos Rondon, vem a pêlo lembrarmo-nos do Sr. Savage Landor, já que ele tanto *trabalhou*, aqui no Brasil e alhures, para se fazer recordado, todas as vezes que se trata de viagens por territórios mais ou menos desconhecidos na Europa. Das façanhas que ele praticou no Tibete, onde, só com auxílio duma máquina fotográfica, pôs em debandada um corpo de exército enviado para o aprisionar, bem nos lembramos, pois elas nos foram contadas com calma imperturbável e serena, em conferência pública, que durou duas horas. Em relação ao Brasil, foi o impávido narrador de aventuras um pouco mais piedoso. Poupou-nos o desgosto de revelar que havia desbaratado o nosso exército; contentou-se em nos fazer saber que os nossos caboclos são uns pobres-diabos, aos quais ele, Landor, com ameaças e sustos, intimidava e tocava como se fossem mansas ovelhas.

A vingança é o néctar dos deuses; pode-se imaginar que o explorador ítalo-inglês vagueava pelas regiões do Olimpo, quando, ao ter de se referir aos caboclos brasileiros, nos trabalhos escritos em Londres ou em Paris, se recordava dos transe por que passara nas matas do Sucunduri, por culpa dos sertanejos que o tinham abandonado, deixando-o sozinho com a sua neurastenia. Aquela mata era tão grande, tão cheia de mistérios, tão insondável!... Como sair daí, santo Deus?! Para a direita, para a esquerda, para a frente e para trás, sempre as mesmas árvores e os mesmos assombros... Para onde, pois, dirigir os passos incertos, sem o receio de ir cada vez mais para o interior do arvoredo impassível e ameaçador? E que estariam ocultando aqueles troncos de catadura tão sinistra e hostil! Com certeza estavam ali cobras, onças e índios ferozes... Ah! Se ao menos houvesse ali, à mão, a metralhadora Maxim, que o ministro da Agricultura lhe não quis fornecer!... Agora estava tudo perdido. Tinha de morrer para ali, triste, desamparado, sem ao menos ter o consolo de ver o céu luminoso, porque, se alçava os olhos lacrimosos, lá estava a infernal abóbada de verdura que, por toda a parte, o abraçava, oprimia, sufocava!

Deviam, de fato, ter sido pavorosamente terríveis os três dias passados pelo inditoso explorador no interior daquela mata; e, já que se via restituído às carícias da civilização, no seu gabinete de trabalho em Londres ou Paris, justo era que se aproveitasse das vantagens daquele momento para se vingar. Essa vingança, porém, devia recair sobre toda

a raça dos caboclos, sem exceção dos que caridosamente o haviam procurado, socorrido e reconduzido ao caminho de Manaus.

No entanto é possível que o Sr. Landor não tenha precisado se embriagar com o néctar da vingança para alcançar a inspiração das fantasias que escreveu a respeito dos sertanejos brasileiros: a imaginação de que ele é dotado só por si basta para explicar a criação de todos os seus contos.

O Sr. Roosevelt, por exemplo, relatou ao Coronel Rondon o seguinte episódio: Quando ele exercia a presidência dos Estados Unidos, foi o Sr. Landor às Filipinas. Os oficiais do exército de ocupação receberam o visitante com as maiores considerações e proporcionaram-lhe os meios de realizar uma viagem pelo interior das ilhas. Pois a imaginação do fecundo explorador não precisou mais do que isso, para vir relatar à Europa embasbacada que havia realizado arriscadíssimas expedições, no decurso das quais descobrira, entre outras coisas espantosas, uma tribo de índios brancos!

Mas, a respeito deste caso, foi o Sr. Roosevelt quem teve de completar os seus conhecimentos, porque o Coronel Rondon lhe referiu que, numa das conferências havidas no Ministério da Agricultura, quando se tratava das preliminares da expedição que o Sr. Landor não realizou ao sertão compreendido entre o Araguaia e o Madeira, na altura do paralelo de 11º, o descobridor das nascentes do Ganges e daquela tribo de índios brancos referira ao Dr. Pedro de Toledo, na presença do Sr. Senador Alcindo Guanabara, do diretor da contabilidade daquele Ministério e dele, Rondon, que o Governo dos Estados Unidos havia posto à sua disposição, para a aludida expedição ao interior das Filipinas, até então desconhecido, um navio de guerra, contingentes do exército e todos os recursos que foram pedidos e julgados necessários pelo explorador.

O Sr. Roosevelt riu a bom rir ao ter conhecimento de atos que praticara sem o saber, ao tempo da sua presidência. “O Sr. Landor” – comentou ele – “é um descobridor terrível! Descobre terras inexploradas nas Filipinas, descobre tribos de índios brancos, e, não satisfeito com isso, ainda descobre navios de guerra e o mais que foi posto à sua disposição pelo Governo americano!”

Mas, voltemos ao itinerário da expedição Roosevelt-Rondon, que estávamos acompanhando. Chegando ao Utariiti, teve o ilustre hós-

pede o desgosto de receber um telegrama com a notícia de que em Nova Iorque acabava de falecer a sua sobrinha, que o acompanhara, bem como à *Mistress* Roosevelt, nas visitas ao Rio de Janeiro, S. Paulo, Uruguai, Argentina e Chile.

Ainda em Utiariti a coluna expedicionária se dividiu mais uma vez, destacando-se dela nova turma, que recebeu a missão de embarcar em canoas no rio Papagaio e descê-lo explorando-o e procedendo ao seu levantamento topográfico. Essa turma ficou organizada com um membro da comissão americana, Capitão Antony Fiala, e outro da brasileira, Tenente Alcides Lauriodó de Santana. A descida do Papagaio iniciou-se a 7 de fevereiro; no mesmo dia as canoas naufragaram numa cachoeira, onde o Capitão Fiala esteve em sério risco de morrer afogado. Felizmente, foi salvo por um dos canoeiros da expedição, que para tal conseguir teve de expor a grandes perigos a própria vida. Reabastecida a turma de víveres perdidos, recomeçou ela a sua missão de reconhecimento do Papagaio, pelo qual entrou no Juruena e, em seguida, no Tapajós e no Amazonas, recolhendo-se a Manaus sem outro incidente digno de nota.

Da exploração feita, o principal resultado que se colheu para a geografia foi o de se verificar que o rio Sauê-u-iná¹ deita as suas águas no Papagaio (Saueruiná) e não no Juruena, onde se supunha que ele entrava diretamente.

A turma dos Srs. Roosevelt e Rondon prosseguiu com destino à estação telegráfica e destacamento do Juruena, onde, pela primeira vez, se encontrou com representantes da grande nação nambiquara. Assim, o ex-presidente dos Estados Unidos continuava a ser amistosamente recebido pelos governos dos povos, em cujos territórios ia entrando: em Utiariti, teve a satisfação de encontrar o Amure Coluizorocê, a quem convidou para um almoço, mais ou menos protocolar; em Juruena, recebeu os cumprimentos e votos de boas-vindas (está claro que em língua nambiquara) do chefe Cavaignac. Cremos que houve nessa ocasião um pequeno esquecimento da etiqueta protocolar, relativamente à toalete

1 Não confundir Sauê-u-iná com Saueru-iná; a última palavra obtém-se da primeira por epêntese da letra *r*. O rio Sauê-u-iná é o afluente mais de jusante (dos da margem esquerda) do rio Papagaio, e a este rio é que os índios regionais chamam Seuêru-iná.

com que se apresentaram cavalheiros e damas do séqüito do estimável chefe nambiquara; mas, bem considerado, nada havia que pudesse chocar o ilustre hóspede, porque os trajes nacionais destes índios só desagradariam às pessoas não apaixonadas pelo “verismo”.

Nos dois dias em que a expedição permaneceu neste lugar, deu o Sr. Roosevelt largas ao seu hábito constante de se banhar nos rios. E se há águas que se possam considerar sedutoras, certamente são as do Juruena, que correm puríssimas e levemente esverdeadas sobre um leito de areia branca, muito fina e macia. Aliás, não houve rio, em cujas proximidades a expedição passasse, que não recebesse nas suas ondas o corpo possante do grande americano. Era sempre pela manhã, antes do almoço, que o Sr. Roosevelt ia tomar os seus banhos, durante os quais se comportava como um exímio nadador; nem mesmo a proximidade duma cachoeira o intimidava: o seu maior prazer era ficar á flor d’água, boiando, e deixar-se ir deslizando rio abaixo, muitas vezes para bem longe das margens.

Não se depreenda daí que ele seja afoito ou pouco prudente. Imprudência quer dizer ausência de circumspecção ou de exame prévio das cousas que nos rodeiam, para se saber se alguma delas nos ameaça ou constitui perigo. Ora, esta qualidade, é bem de ver, não poderia faltar a um homem da estatura moral do ex-presidente dos Estados Unidos. Ele é um dos que sabem aliar à prudência a coragem, isto é, dos que têm firmeza na ação empreendida, mesmo quando haja riscos e perigos a vencer, estando eles já anteriormente conhecidos, medidos e pesados. Demais, há no Sr. Roosevelt uma grande dose de amor-próprio; muitas cousas ele fazia porque as via fazer o Coronel Rondon; não queria dar direito a que se pensasse não ser ele capaz de passar pelos mesmos trabalhos e privações a que os outros se ofereciam. Aos seus olhos, de nada valia a circunstância de ser Rondon um veterano de grandes campanhas do sertão, às quais duram 25 anos; ao passo que para ele, Roosevelt, a que estava fazendo não passava dum episódio intercalado na sua vida de político e de homem de gabinete, com hábitos já inveterados por um uso constante de mais de 50 anos.

O Coronel Rondon está resolvido a continuar na prática constante de não conduzir cadeira para se assentar nos pousos e acampamentos. Pois também o Sr. Roosevelt não se aproveitará do privilégio

que lhe queriam dar nesses lugares, para o seu uso individual e exclusivo: uma cadeira; sentar-se-á no chão, num toco de madeira, em qualquer parte, contanto que faça como os outros fizerem. Nessas condições, foi o chefe brasileiro quem teve de ceder: assim Rondon se sentava na cadeira, para ver o seu hóspede e amigo aceitar aquela que lhe era destinada. Cada um dos dois chefes tinha a sua ordenança. Mas o Coronel Rondon, chegado aos pousos e dadas as ordens de serviço, tomava a espingarda e embrenhava-se no mato. Ia à procura de caça e não consentia que pessoa alguma o acompanhasse, nem mesmo o seu ordenança. Identicamente o Sr. Roosevelt, nas suas caçadas, ia sozinho.

E o mais importante é que todas essas cousas ele as fazia muito bem-feitas: vigor físico, capacidade de resistência à fadiga, boa disposição de ânimo, qualquer que fosse o incômodo da viagem, a cavalo, em canoa ou a pé, castigado por soalheiras inclementes ou com as roupas encharcadas de água das grandes pancadas de chuva, nunca lhe faltaram; e de todas as provas a que voluntariamente se submetia saía vitorioso.

Voltemos ao itinerário da expedição:

Do Juruena, fez-se a marcha em direção a Campos Novos da serra do Norte, onde existe uma internada de gado e de animais cargueiros pertencentes à Linha Telegráfica. Ali mandou o Coronel Rondon substituir as montarias da expedição, que já se achavam cansadas. Prosseguiu-se a viagem em demanda da estação de José Bonifácio, próxima do rio da Dúvida, no ponto em que se deveria iniciar a navegação.

De acordo com o que dissemos anteriormente, a expedição Roosevelt-Rondon estava dividida em três turmas: uma desceu o rio Papagaio; a outra era essa, cujo itinerário viemos acompanhando e que se destinava a reconhecer e estudar o rio da Dúvida; e a terceira era a da chefia do Capitão Amílcar de Magalhães. Esta última, de Juruena até José Bonifácio, marchou na vanguarda da que vinha com o Sr. Roosevelt, precedendo-a sempre de 24 horas, com o encargo de ir preparando a passagem, reparando as pontes, pontilhões e estivados existentes ao longo da estrada. No ponto de chegada comum, deviam as duas separar-se de novo, seguindo uma pelo rio já nomeado e a outra, a do Capitão Amílcar, com destino aos rios Comemoração de Floriano, Pimenta Bueno e Ji-Paraná, afluentes, o primeiro do segundo, os quais pela sua confluência formam o Ji-paraná ou Machado. Em seguida, entrariam no

Madeira e dali iriam para Manaus. Esta viagem foi realizada sem outro acidente senão o do naufrágio sofrido pelo Capitão Amílcar, na ocasião em que estava procedendo ao levantamento topográfico dum trecho do Ji; perderam-se todas as cadernetas dos trabalhos já executados, mas não houve felizmente desastres pessoais a lamentar.

A turma de exploração do Dúvida embarcou numa flotilha de sete canoas, construídas expressamente para esse fim, no dia 27 de fevereiro. A 14 de abril, encontrou ela os primeiros ranchos de seringueiros, os quais, partindo do Madeira e subindo o Aripuanã, haviam tomado pelo galho deste, ao lado direito, denominado rio Castanha, estabelecendo-se nesse ponto. Daí se conclui que o rio descoberto no alto sertão do noroeste mato-grossense em 1909, e que recebera o nome de Dúvida, era o mesmo que se conhecia na foz pelo nome de Castanha. Havia, porém, já alguns dias que o coronel lhe impusera nova designação: ele se chamava agora rio Roosevelt, e tal é, desde essa data, a sua denominação oficial.

No dia 26 de abril, chegava a expedição Roosevelt-Rondon ao ponto da confluência dos dois galhos do Aripuanã – Roosevelt e Aripuanã – onde se achava acampado o Tenente Pirineus, vindo de Manaus, com um barco a vapor, para o fim de ali aguardar a saída dos expedicionários. Esta providência fora adotada pelo Coronel Rondon em 1913, quer dizer, na época da organização da expedição, porque o coronel tinha como certo que, a não se verificar a hipótese de ser o rio da Dúvida afluente do Ji-paraná, só o seria desse que foi indicado ao Tenente Pirineus.

O barco a vapor era o aviso fluvial *Cidade de Manaus*; achava-se fundeado um pouco abaixo do ponto em que o Tenente Pirineus havia instalado o seu acampamento, porque uma cachoeira de nome Mata-matá lhe interceptava a passagem. No dia 27, fez o Sr. Roosevelt o seu último trecho de viagem em canoa, dirigiu-se para o *Cidade de Manaus*; e a 28, reunidos a bordo desse barco todos os expedicionários, iniciou-se a navegação rumo à capital do Amazonas. Na madrugada de 30, chegava a essa cidade, de onde partiu com destino a Belém do Pará no dia 1º de maio. Finalmente, desta cidade, aonde chegou a 5, seguiu o Sr. Roosevelt no dia imediato para Nova Iorque.

Os numerosos episódios relativos à descida do rio da Dúvida serão minuciosamente relatados nas conferências, já anunciadas, do Co-

ronel Rondon. Aqui nos limitaremos a dizer que a navegação foi muitíssimo penosa: a cada passo era necessário interrompê-la para se arrastarem por terra as canoas, através das matas, aonde se iam abrindo caminhos, derrubando-se, na ocasião, árvores seculares.

Em certo momento, deu-se um horroroso desastre: a canoa em que viajava o Sr. Kermit Roosevelt foi arrebatada pelo turbilhão das águas e afundou-se. Um dos canoeiros pereceu afogado; o Sr. Kermit e outro canoeiro conseguiram salvar-se, nadando.

Durante a viagem, perderam-se quatro canoas, despedaçadas de encontro às pedras: construíram-se três em substituição daquelas.

O Sr. Coronel Rondon, numa das suas habituais incursões pelo interior da floresta, escapou de ser flechado por índios, dos quais se ia aproximando, sem o saber e sem os ver, atraído pelas suas vozes, que imitavam a dos macacos. O que o salvou do iminente perigo em que se viu enrodilhado foi um dos cães de caça, que, ferido por flecha, começou a latir dolorosamente. Tal ocorrência pôs o Coronel Rondon de sobreaviso a tempo de se poder retirar para o acampamento.

Esses índios pertencem a uma tribo nova; pelo exame de árvores derrubadas, verificou-se que eles ainda usam machados de pedra e que não têm, portanto, contato com os civilizados.

Na última fase da expedição, sofreu o Sr. Roosevelt gravíssimo ataque de febres palustres. Foi tratado pelo Dr. Cajazeira, médico do Exército e membro da Comissão Brasileira. Chegou a Manaus ainda bastante doente; aí teve de sujeitar-se a uma intervenção cirúrgica.

Depois disso ficou bastante aliviado dos incômodos que o atormentavam; mas, ainda assim, saiu de Belém doente.

Pela exposição anterior se vê que os trabalhos da expedição Roosevelt-Rondon se iniciaram a 11 de dezembro de 1913 e terminaram a 7 de maio de 1914. Faltaram, pois, quatro dias apenas para que abrangessem o período de cinco meses, durante os quais o Coronel Rondon esteve diariamente no mais estreito convívio com o estadista americano.

Quantas cousas interessantes não teria tido ele ocasião de ouvir, no decurso de conversas em que o seu ilustre interlocutor, no abandono da intimidade, sem temor das indiscrições dos repórteres, daria largas às suas apreciações sobre fatos da política mundial e às suas

opiniões referentes aos povos e aos governos da América e da Europa? A probabilidade de existirem algumas indiscrições era tão evidente, que, numa das palestras que tivemos com o Sr. Coronel Rondon, no Hotel Guanabara, ousamos arriscar, nesse sentido, algumas perguntas, na esperança de que o ilustre sertanista nos não tomasse por importunos. O dever do repórter em matéria de entrevistas é marchar firme e resolutivo em demanda do objetivo que deseja alcançar, aconteça o que acontecer. De resto, o Sr. Rondon, habituado às manhas e negaças dos índios, conhecedor das sutilezas do espírito humano, só nos diria aquilo que, realmente, quisesse dizer. Assim, arriscamos as nossas perguntas. E fomos felizes. O Sr. Rondon teve a gentileza de nos fornecer a tão almejada entrevista, que será a chave de ouro com que encerraremos hoje a série de artigos que, já há dois meses, vimos publicando acerca dos seus monumentais trabalhos nas regiões mato-grossenses.

– Houve quem afirmasse que o Sr. Roosevelt viera ao Brasil com as mesmas idéias que para aqui têm trazido tantos estrangeiros ilustres: *descobrir* o nosso país e o nosso povo e revelá-los ao mundo, o primeiro como cenário de belíssimos quadros da natureza agreste, e o segundo como um composto de mestiços indolentes e boçais, incapazes de se constituir em nação civilizada...

– Enganaram-se redondamente os que assim pensaram, disse-nos, sorrindo, o Sr. Coronel Rondon. O Sr. Roosevelt só duma descoberta se vangloriou: foi a da canja.

– Da canja?!

– Sim, da canja. Para ele, esse prato, tão nosso conhecido, constituiu uma verdadeira revelação. Não se cansava de o elogiar nem de o ver figurar no cardápio de todas as refeições. Afirmava que o iria tornar conhecido nos Estados Unidos. Enquanto estivemos em lugares em que era possível adquirir galinhas, com elas se preparava a canja do Sr. Roosevelt, ao almoço e ao jantar. Quando nos vimos no interior do sertão bravio, navegando águas do antigo Dúvida, abatíamos a tiro, na floresta, jacus e jacutingas, pois essas aves se prestam àquele fim tão bem como as galinhas.

– É curioso! No tempo do Império, dizia-se que o nosso monarca era grande apreciador da canja. Agora é o Sr. Roosevelt...

– Quanto ao imperador, não sei; mas, quanto ao Sr. Roosevelt, pode-se dizer que ele foi daqui resolvido a nunca mais dispensar esse prato. Além disso, o ilustre hóspede achava excelente o nosso feijão, e muitas vezes se fez servir do que era preparado no caldeirão da cozinha para os camaradas e praças do contingente.

“Mas o essencial ao nosso ponto é que o ex-presidente da América do Norte não *descobriu* o Brasil e seria disso incapaz, porque é um homem reto e sério, em absoluto avesso ao sistema de se servir de truques para abusar da ignorância alheia ou enganar a quem quer que seja. Podem todos estar certos de que o Sr. Roosevelt não acompanha, nos seus processos, a turbamulta desses hóspedes ilustres, nem reforça o coro de malsinações que eles levantaram contra a índole, o caráter e a moralidade do povo brasileiro. Ele viu os nossos patrícios trabalhando e com eles conviveu bastante tempo; pode, portanto, julgá-los com espírito de verdade e de justiça.

“Certa ocasião, estávamos todos entregues aos árduos trabalhos de varar, por terra, uma cachoeira. Era ao cair do dia. O Sr. Roosevelt, ao lado do chefe brasileiro, acompanhava com atenção o esforço e a boa vontade dos nossos canoieiros. De repente, não se pôde conter e exclamou: ‘E dizem que os brasileiros são indolentes... Pois, meu caro Coronel, um país que possui filhos como estes (e assim falando, apontava os brasileiros presentes) está destinado a ir muito longe.’ Em muitas outras ocasiões, externou apreciações idênticas a essa; e tinha autoridade para o fazer, porque conhecia e sabia avaliar o esforço enorme que representa a obra realizada pelos brasileiros na conquista do interior do Brasil. A construção da linha telegráfica de Cuiabá ao Madeira, por exemplo, levada a efeito exclusivamente com trabalhadores nacionais, representa, na opinião do estadista americano, um esforço só excedido pelo que foi empregado na abertura do canal do Panamá.

– É bem consolador, dissemos nós, o que o Sr. Coronel nos está a dizer. Pela primeira vez na vida, ouvimos palavras que encerram um juízo animador sobre a índole do nosso povo e a sua capacidade para o trabalho. E isso deixa entrever que o Sr. Roosevelt teria também, acerca do Rio de Janeiro, uma opinião original, sua; seria interessante conhecê-las, porque já estamos fartos de referências às belezas da nossa

baía, com as suas montanhas e penhascos, e à nossa tão decantada *naturalidade*...

– Com certeza, afirmou o Sr. Rondon, todos ficarão admirados quando souberem que, na opinião do Sr. Roosevelt, o Rio não é só mais belo e mais bem iluminado do que Nova Iorque, Paris, Londres e Washington, como também superior a essas cidades em polícia, higiene, limpeza e calçamento. Só Berlim é que se pode gabar de possuir melhor higiene e limpeza mais cuidadosa.

O empreendimento da transformação da velha cidade colonial, que era o Rio, na atual Capital da República, dizia o Sr. Roosevelt, é comparável, em arrojo e esforço, ao que se fez para desbravar o faroeste brasileiro.

– Quanto à iluminação, objetamos, já foi dito isso mesmo, e chegou-se até a frisar alegremente essa superioridade, como justificativa do pedido dirigido ao Governo para mandar apagar, pelo menos, 99% das lâmpadas públicas... Quanto ao resto, porém, principalmente no que diz respeito à polícia, não podemos conter a nossa admiração ao saber que nada temos a invejar às de Londres e Paris. Nesse caso, arriscamos, levamos a palma a Buenos Aires, Montevidéu, Santiago do Chile?...

– Nas nossas conversas, várias vezes procuramos encaminhar o Sr. Roosevelt para esse terreno das comparações entre as repúblicas sul-americanas. Ele, porém, sempre se mostrou muito circunspecto a tal respeito... Limitava-se a dizer que, em adiantamento e progresso, o Brasil, o Chile e a Argentina estavam em igualdade de condições. O máximo do que se permitia externar era que, no Chile, o Governo ainda se acha muito ligado ao clero católico e por ele fortemente influenciado. Parecia-lhe isto um senão na política daquela república. A tal respeito, entendia ser melhor e mais adiantada a situação do Brasil e a da Argentina.

Uma ou duas vezes, no tocante a esse ponto, o Sr. Roosevelt aludiu às possíveis vantagens que decorreriam duma *entente* entre o Brasil e os Estados Unidos, para impedir toda e qualquer agressão ao continente. Esta opinião, combinada com a que ele chegou a externar em público, sobre os países que, por não terem a disciplina e a energia indispensáveis à luta do progresso, não merecem o nome de estados independentes, define todo o seu pensamento com relação ao nosso país.

– Também a nós, dissemos, nos parece claro esse pensamento, pois se aos Estados Unidos convém uma espécie de aliança com o Brasil, é porque eles têm do Brasil um conceito elevado, achando-nos dignos do nome de Estado independente.

– Não há dúvida, confirmou o Coronel Rondon, que esse é o modo de sentir do Sr. Roosevelt. Discorrendo acerca do futuro do Brasil, declarava ele que o nosso país realizará no século XX progressos tão consideráveis como os que os Estados Unidos realizaram no século passado. E que bela cousa não será se um dia se descobrir que o Sr. Roosevelt, além de tudo, é um profeta?...

“E, com certeza, ele o está mostrando. Quer ver? Ao tempo da expedição, ninguém pensava ainda em aproveitar as enormes riquezas que existem nos nossos campos de criação. Entretanto, já o Sr. Roosevelt vaticinava bem próxima a época em que a pecuária no Brasil ocuparia lugar proeminente no conjunto dos nossos recursos econômicos e acrescentava que ao Brasil competia tomar a dianteira de todos os países neste ramo de indústria. Os Estados Unidos, a Austrália e a Argentina manifestam decidida tendência para diminuir os seus rebanhos, e vão, rapidamente, substituindo os seus campos de criação pelos de lavoura. A primeira dessas nações, antigamente grande exportadora de gado, está agora importando-o em avultada escala.

“E a respeito de episódios ocorridos durante os dois quadriênios da sua presidência, não terá dito o Sr. Roosevelt alguma coisa interessante? Não será indiscreta esta pergunta?

“Por certo que não. O chefe da expedição brasileira não é depositário de nenhum segredo de estado e nem era de presumir que simples conversas entre companheiros duma excursão científica se pudessem revestir doutro aspecto que não o de despretençiosa troca de idéias usuais entre homens que, ao fim de algum tempo de constante freqüência, descobrem inúmeros motivos de mútua simpatia pelos sentimentos e pelo caráter de cada um, tornando-se, por isso, bons amigos. Caracterizavam-se essas palestras pelos seus muitos traços de abandono e de despretenção e não se apresentavam em forma de confidências, propriamente ditas. Para se ajudarem a passar o tempo, recorreram os dois, em certas ocasiões, às anedotas, que muitas vezes pintam um caráter, denunciam uma atitude, simbolizam um momento, descrevem um perso-

nagem, marcam uma época. E tais anedotas produzem o desejado efeito pelo interesse que nos desperta o narrador, visto como a amizade tem esse dom de valorizar para nós as mínimas cousas que se ligam à vida da pessoa a quem estimamos. Mas, para os estranhos, de nada valem e não passam de futilidades.

– Mas, coronel, são cousas exatamente dessa natureza que desejávamos conhecer. Pois não será de grande interesse para todos conhecer esses traços, alguns dos quais nos proporcionarão, talvez, ensejo de descobrir uma nova feição desse caráter que impressiona todas as imaginações, pela força e originalidade das suas múltiplas manifestações, agora como caubói, depois como guerreiro, daí a pouco como estadista e publicista de nome consagrado e de influência mundial, e, afinal, como explorador dos desertos da África e dos sertões brasileiros?

– Está bem, observou o Sr. Coronel Rondon, sorrindo amavelmente. Mas, queixe-se de si mesmo e da sua amável insistência em ouvir essas anedotas, se elas não despertarem o desejado interesse.

“Quando o Sr. Roosevelt era presidente, havia no Exército dos Estados Unidos um general de excelente aparência, bom cidadão e melhor pai de família: mas... excessivamente pacato e, militarmente falando, talvez *ineficiente*. O Sr. Roosevelt bem o conhecia, pois constantemente o via em palácio e em quase todos os lugares em que era obrigado a comparecer, em razão das suas funções de Chefe de Estado. Por fim, entendeu tirar a limpo até que ponto a realidade dos fatos correspondia àquelas aparências. Certo dia, foi o general distinguido com um convite do Presidente para juntos fazerem um passeio a cavalo. À hora aprazada, lá saíram os dois pelas ruas, praças, caminhos e campos de Washington. O Presidente foi impiedoso: ora a trote, ora a galope, tocava o seu ginete, distanciando-se cada vez mais do palácio, insensível à poeira, ao sol e ao cansaço. Aquilo era pior, com certeza, do que um verdadeiro combate; o velho general, derrotado, teve que capitular: o Presidente terminou o seu passeio sozinho. E no dia seguinte o Exército norte-americano contava mais um general reformado... a pedido.”

– Devemos confessar, Coronel, que o Sr. Roosevelt encontrou um modo de reforma compulsória excelente e decisiva. É o caso de tentarmos uma enquete entre os nossos generais para se apurar as vantagens desse sistema e adotá-lo entre nós, de preferência ao da conta-

gem dos anos de idade... A dificuldade está em fazer os futuros candidatos à presidência da República, que não forem afeiçoados ao esporte da equitação, aceitarem a idéia. Há também outra dificuldade que é a de se aplicar o mesmo critério à reforma dos almirantes...

– Por falar em almirante, ocorre-me outra anedota contada pelo Sr. Roosevelt, a qual se prende à marinha de guerra norte-americana. Estamos ainda lembrados da celeuma levantada no Japão contra os Estados Unidos, em consequência duma lei decretada pelo Governo da Califórnia, restritiva aos direitos civis dos imigrantes de origem japonesa. Sabemos, também, que o conflito teve solução pacífica, graças à atitude conciliadora, finalmente assumida pelo Governo de Washington.

Tempos depois de divulgada a notícia de que os Estados Unidos haviam resolvido atender às representações do Japão, um general inglês escreveu ao Presidente Roosevelt, seu amigo, uma carta dizendo que o ato do governo norte-americano parecia denunciar um movimento de fraqueza e acrescentava que muito provavelmente essa opinião seria também a de todo o mundo.

O Sr. Roosevelt, refletindo sobre os termos dessa missiva, entendeu que seria altamente inconveniente não só para o seu país, como também para o Japão, e para as demais potências, deixar que aquela opinião se firmasse; precisava provar ao mundo que os Estados Unidos não tinham agido por temor, nem por se sentirem fracos e desarmados diante da arrogância do Japão.

Mandou chamar o Almirante chefe da esquadra e perguntou-lhe: “Almirante, a esquadra está em condições de empreender, toda ela incorporada, uma viagem de circunavegação, tocando nos portos do Japão?” A resposta foi cautelosa, com certeza ditada pela prudência de quem tinha de arcar com a responsabilidade de empresa tão arrojada; as grandes unidades, sem dúvida, se comportariam bem, mas não se deveria esperar grande coisa das torpedeiras.

Terminada a conferência com o almirante, o Sr. Roosevelt fez expedir ordens a todos os comandantes de torpedeiros para que se apresentassem no Palácio, a objeto de serviço. Reunidos os oficiais, declarou-lhes o Sr. Roosevelt o motivo daquela convocação, que era o de saber se os navios por eles comandados estavam ou não em condições de iniciar imediatamente a circunavegação do globo: o governo precisava

ter essa prova da eficiência náutica da sua esquadra. Os comandantes, entusiasmados com a perspectiva da grande aventura, que assim se lhes depa-
rara, foram unânimes em declarar que os seus barcos sairiam vitoriosos da
prova a que, em boa hora, o governo desejava submetê-los, e que a ex-
pedição seria de inestimável vantagem para a esquadra e para a nação.

Satisfeito com essa resposta, o Sr. Roosevelt despediu-se dos
oficiais sem lhes manifestar os seus intuitos e mandou o secretário da
Presidência lavrar um ato, determinando ao almirante-chefe que orde-
nasse a preparação da esquadra para a viagem, com a recomendação de
que os navios levassem todas as munições de que necessitassem, como
se tivessem de sustentar uma grande campanha longe dos mares da
América.

E nesta altura o ex-Presidente observou que, para as resolu-
ções decisivas, é preciso muitas vezes contar apenas com os tenentes.
Repetia-se assim a lição dos fatos que entre nós caracterizaram a ação
firme e resoluta de Floriano.

Quando, terminado o aprovisionamento dos navios, o almi-
rante se apresentou ao Presidente, para receber as últimas ordens, o Sr.
Roosevelt entregou-lhe uma Carta de Prego, dizendo: “O Governo es-
pera que a esquadra cumpra o seu dever. E, cheio de confiança no almi-
rante a quem delega os poderes de o representar em tão melindrosa
missão, está certo de que ele não só cumprirá também o seu, como,
além disso, na qualidade de norte-americano, preferirá ficar nos mares a
voltar à pátria, desonrado. A pátria fica serenamente repousada na espe-
rança de ser conservado intacto o brilho do seu pavilhão.”

As despedidas não se fizeram sem que o Sr. Roosevelt reco-
mendasse muito especialmente ao Sr. Almirante a máxima cordialidade e
deferência da esquadra para com o Brasil, enquanto estivesse fundeada
no Rio de Janeiro.

A Carta de Prego continha instruções sobre os cuidados de
que a esquadra se deveria cercar, logo que entrasse em mares do Japão.
Porque, comentava o Sr. Roosevelt, desde que essa nação se tem na con-
ta de ser de todas a mais apta para a guerra, não se pode estar muito se-
guro com relação ao que vai lá por dentro daquelas cabecinhas, e nin-
guém sabe quais são as suas intenções. Era possível que a demonstração
da força naval dos Estados Unidos fosse considerada como afronta aos

brios japoneses e dali poderia resultar alguma surpresa; convinha evitá-la. Tudo correu como no melhor dos mundos. Os japoneses souberam ser diplomatas. A não ser as festas públicas e as recepções oficiais, parece que em Tóquio nada mais se registrou de interessante do que o seguinte caso, narrado mais ou menos nestes termos pelo Sr. Roosevelt, com o fim declarado de realçar a polidez do japonês... quando quer ser polido:

“Havia na esquadra americana um marinheiro de estatura agigantada e força hercúlea. Certo dia, deu-lhe para perambular pelas ruas de Tóquio de modo incompatível com as leis do país. Um policial, muito delicadamente, explicou-lhe o que havia a tal respeito na legislação japonesa, e pediu-lhe que, em atenção a isso, se abstivesse de repetir os atos que estava praticando. O marinheiro entendeu, com razões verossímeis, que uma lei, para ser respeitada, precisa ter como executores homens que nos possam falar sem se porem no bico dos pés, com o pescoço esticado para o alto. Achou, pois, que já havia sido muito complacente por se dignar olhar para baixo, para ver a figurinha, que, de tão longe, dava ordens, e continuou o seu caminho. O policial repetiu-lhe a delicada observação. O homenzarrão encolerizou-se, lamentando o seu estúpido sentimentalismo de não ter logo, à primeira vez, jogado para longe do seu caminho aquela figurinha implicante. Resolvido, pois, a remediar o seu descuido, estendeu os braços para apanhar o japonês, assim como quem se quer livrar duma criancinha importuna, que lhe estivesse agarrada às pernas. A ilusão, porém, não lhe durou mais do que um milésimo de instante: sem poder perceber nenhuma transição entre o que tinha resolvido fazer e o que aconteceu, sentiu-se estendido no chão. O impassível jogador do jiu-jitsu repetiu-lhe mais polidamente ainda a observação anterior. O marinheiro, porém, investe de novo com violência, certo de que terá agora nos braços musculosos o corpo franzino do mísero policial. Mas ainda desta vez se repetiu a cena anterior, sem faltarem as admoestações do costume.

“Afinal, intervieram outros marinheiros que, informados do que se passava e convencidos da razão que assistia ao guarda, conduziram o seu agigantado companheiro para bordo, onde esperavam, com o tempo, fazê-lo confessar que as leis do Micado são merecedoras de todo o acatamento, pelo menos em Tóquio.”

– O episódio é interessante, dissemos nós; todavia mais do que a agilidade e a calma do policial japonês, nos causou admiração a serenidade do Sr. Roosevelt, recordando um fato tão próprio para realçar as qualidades dum povo contra o qual ele tinha nessa ocasião tantas prevenções. Além disso, se bem que o neguemos a pés juntos, a verdade é que todos nós temos a nossa pontinha de chauvinismo, o qual se sente ofendido quando tem de reconhecer que, num simples conflito individual entre patrícios nossos e estrangeiros, saímos perdendo a partida, com o nariz em pandarecos.

– É muito possível que o Sr. Roosevelt tenha essa ponta de chauvinismo e que em tempos mais próximos daquele em que o fato se deu lhe não achasse graça alguma; contudo, não nos devemos esquecer de que ele é um verista praticante. Outro fato ocorrido no tempo em que era Presidente (e este é o último dos que me recorda tê-lo ouvido contar) serve para mostrar até que ponto ele é desabusado e até onde vai a rijeza do seu caráter, mais fácil de quebrar que de torcer.

Antevendo o que podia ser esta última anedota, pedimos ao Coronel Rondon que nos fosse falando bem devagar, a fim de que pudéssemos tomar-lhe textualmente as palavras. E assim nos falou o Sr. Rondon:

– Estava o pobre México atravessando a fase aguda dum de seus apertos financeiros e revolucionários. A Alemanha achou a ocasião muitíssimo azada para iniciar a execução dos seus planos de domínio sobre este continente. Enviou uma esquadra para os portos mexicanos e começou a exercer coação sobre o governo daquela república.

“A tentativa de intervenção estava bastante adiantada. No decurso duma audiência concedida pelo Presidente Roosevelt ao embaixador alemão, tratou-se do assunto; e o Presidente chamou a atenção do diplomata para aqueles fatos que estavam em inteiro desacordo com o respeito devido à soberania de nações livres e independentes e a que tinham direito todas as repúblicas da América.

“Ao embaixador pareceu que o Presidente se permitia usar de termos um tanto ásperos e incisivos na apreciação de atos do governo de Berlim, e que isso se não podia coadunar com a alta consideração que, no seu modo de sentir, era dever geral de todo o mundo demonstrar, sempre que tivesse de fazer referências a qualquer decisão adotada

pela Alemanha. A certa altura da audiência, o embaixador, dirigindo-se ao Presidente, formulou esta quase ameaça: “Do modo por que V. Ex.^a se está exprimindo, condenando atos do meu Imperador, parecerá à Sua Majestade que o governo norte-americano formula um ultimato. Deseja V. Ex.^a que esta sua censura seja levada ao conhecimento da Alemanha?”

– “Sim, Senhor”, respondeu-lhe Roosevelt. “É isso mesmo.” E acrescentou: – “Pode comunicar ao Imperador o que acabo de dizer e espero que o Sr. Embaixador me apresentará a resposta do seu Governo dentro duma semana.”

“Retirou-se o embaixador e imediatamente o Presidente Roosevelt expediu ordem à esquadra para que se preparasse, de modo a poder entrar em ação logo que chegasse a resposta de Berlim.

“Os oficiais da Marinha americana receberam aquela ordem com especial entusiasmo: estavam sequiosos por encontrar ensejo em que pudessem dar uma lição aos marujos do Caizer.

“Passaram-se os dias; passou-se a semana. A esquadra alemã evacuou os portos mexicanos. E nada de chegar a resposta oficial do Caizer... Afinal, certo dia, o Presidente e o embaixador encontraram-se novamente. O Sr. Roosevelt tomou a iniciativa de abordar o assunto e perguntou ao embaixador pela resposta de Berlim. – “Excelentíssimo,” disse-lhe o diplomata com o ar mais prazenteiro que pôde arranjar no momento, “eu nada comuniquei ao meu Governo. Nem mesmo tive a intenção de o fazer, porque vi que as idéias trocadas entre nós naquela palestra não visavam objetivo algum de caráter diplomático.”

Depois desta anedota, que encerrava a nossa entrevista com o Sr. Rondon, e de lhe apresentarmos os nossos agradecimentos, resolvemos deixá-lo em paz, volver aos seus incessantes e gigantescos trabalhos, e, já na rua, começamos a cismar tristemente nos caprichos da dura fatalidade, que parece vir, há longos anos, trabalhando os espíritos, como que predispondo-os a essa tremenda idéia duma guerra sem par na memória dos tempos.



Photo. reprod. Cam. Rondon

Missão

Coronel Roosevelt
Ex-Presidente dos Estados Unidos da América do Norte



Photo. reprod. Com. Rondon

Missão

Dr. Lauro Müller
Ministro das Relações Exteriores do Brasil



Photo. reprod. Com. Rondon

Missão

Expedição Científica Roosevelt-Rondon
 Oficiais do Exército Brasileiro que tomaram parte
 na travessia do sertão



Photo. reprod. Com. Rondon

Missão

Naturalistas e médico incumbidos de trabalhos profissionais relativos à Expedição Científica Roosevelt-Rondon



Photo copied from Kordian

Almeida

Expedição Científica Roosevelt-Rondon
A primeira onça caçada pelo ex-presidente Roosevelt, na Fazenda das
Palmeiras, margens do rio Taquari (afluente do rio Paraguai)



Photo. reprod. Com. Rondon

Missão

Expedição Científica Roosevelt-Rondon

Acampamento da Cabeceira das Perdizes – 1^o almoço no couro –

A partir da direita do observador: Capitão americano Fiala, Coronel Roosevelt, Tenente Lira, Capitão-médico Dr. Cajazeira, geólogo Dr. Eusébio de Oliveira, Enfermeiro americano Jacob Sig, naturalistas americanos Leo Miller e George Cherie, Engenheiro americano Kermit Roosevelt, Coronel Rondon, Padre Zahm.



Photo. reprod. Com. Rondon

Missão

Expedição Científica Roosevelt-Rondon
Rio da Dúvida (Roosevelt) – preparativos para a partida da Expedição.
A ponte anteriormente construída pela Comissão de Linhas Telegráficas.
Passo da linha, de onde começou a exploração do rio da Dúvida



Photo. reprod. Com. Rondon

Missão

Expedição Científica Roosevelt-Rondon
Inauguração do marco do rio Roosevelt, cujos trechos chamavam-se: rio da *Dúvida*, nas cabeceiras, rio *Castanha*, mais abaixo, na parte conhecida só por serigueiros, e rio *Aripuanã*, desde a confluência, e *Castanha-Aripuanã*, até sua foz, no rio Madeira



Photo. reprod. Com. Rondon

Missão

Expedição Científica Roosevelt-Rondon
Encontro em Manaus das duas turmas do Ji-paraná e do Papagaio

Sentados { à esq.: Leo E. Miller, naturalista norte-americano
à dir.: Capitão Anthony Fiala, fot. e cinemat. norte-americano



Photo. reprod. Com. Rondon

Missão

Expedição Científica Roosevelt-Rondon
Varação das canoas para contornar o salto Navaité

.....

Índice Onomástico

A

AFONSO, Eugênio Martins – 115
ALBUQUERQUE, Severiano Godofredo
de – 101, 175
AMARANTE, Emanuel Silvestre – 100,
143
AMARANTE, Nicolau – 143, 203
AMORIM, Félix Fleuri de Sousa – 44,
133
ANDRADE, Manuel Antônio – 94
ARÊ – 55, 56, 71
ARRUDA, Godofredo – 219
ÁVILA, Marciano de Oliveira – 44, 135,
136
AZAMBUJA (conde de) – 50
AZEVEDO, João de Sousa – 119

B

BADARIOTTE – 78, 159
BARATA, Mário de Magalhães Cardoso –
129
BARBOSA RODRIGUES – 78
BARBOSA, Júlio Caetano Horta – 117,
118, 119, 137, 139, 140, 175
BARBOSA, Nicolau B. Horta – 41, 75,
94, 117, 136, 143
BARBOSA, Renato – Ver PEREIRA,
Renato Barbosa Rodrigues
BARROS, Tito de – 136
BASSI – 159
BHERING, Francisco – 43

BONIFÁCIO, José – 140, 227
BRAGA, Custódio de Sena – 44, 135
BRENO (ex-praça) – 71

C

CÁCERES, João de Albuquerque de
Melo Ferreira e – 47
CAJAZEIRA, J. A. – 247, 263, 269
CALAZÃS, Armando – 134
CALMON – 43
CAMÕES – 47
CAMPOS, Antônio Pires de – 159
CAMPOS, Murilo de – 118, 176
CANAVARROS, Benedito – 94
CARAME – 214
CARDOSO, Cândido – 136, 141
CARNIER, Karl – 94
CASTELNAU – 46, 78
CASTRO, Agostinho Raimundo Gomes
de – 128
CASTRO, Francisco de Paula – 78
CAVALCANTI, Manuel Tibúrcio –
117
CHERRIE, George – 269
COLUIZOROCÊ – 160, 243
COSTA MARQUES – 238
COSTA PINHEIRO, Ver PINHEIRO,
Manuel Teófilo Costa
COSTA, Alencarliense Fernandes da –
100, 102, 107, 117
COUTO MAGALHÃES – 40
CUNHA MATOS – 31

D

DEODORO – 33
DEUS, João de – 70, 94
DOMINGOS – 63, 64, 70
D'ORBIGNY – 78

E

ESPIRIDIDÃO – 265

F

FARIAS, Marçal Nonato de – 136
FERREIRA, Alexandre Rodrigues –
78
FERREIRA, Franco – 136
FERREIRA, Luís Carlos F. – 136
FIALA, Antony – 243, 269, 275
FLORIANO – Ver PEIXOTO, Floriano
FONSECA, Severino da – 46

G

GOMES CARNEIRO – 32, 39, 40,
139
GUANABARA, Alcindo – 242
GUSMÃO, Virgílio Marones de – 143

H

HOÉHNE, Frederico – 118, 265
HOMEM DE MELO (barão) – 37

L

LANDOR, Savage – 119, 139, 231, 241,
242
LANGSDORFF – 78
LEUDUC, Luís – 61, 63
LIRA, João Salustiano – 61, 63, 94, 99,
101, 102, 103, 149, 263, 269

M

MAGALHÃES, Amílcar Armando Bote-
lho de – 99, 107, 114, 123, 239, 245,
246, 263
MALLET – 34
MANSO, A. L. da Silva – 78
MARINHO (corneteiro) – 71
MARONES – Ver GUSMÃO, Virgílio
Marones de
MARQUES, Espiridião da Costa – 45
MELO FILHO, J. M. Vieira de – 263
MENDES DE MORAIS – 33
MILLER, Leo – 269, 275
MIRANDA, Oscar de – 78, 118
MONTEIRO, Bento Carneiro – 33
MOORE, Spencer – 78
MORAIS e CASTRO, Salatiel Cândido de
– 94
MORITZ – 111

N

NATEREZ – 78

O

OLIVEIRA MELO, Carlos C. de – 94
OLIVEIRA, Eusébio P. – 265
OLIVEIRA, Joaquim Gomes de – 134
OURIQUE, Jaques – 33

P

PARNAUATE – 214
PASCAL – 77
PASSOS, Nestor Sezefredo dos – 128
PEIXOTO, Floriano – 31, 32, 254
PENA, Afonso – 42, 43
PEREIRA, Renato Barbosa Rodrigues –
144, 145

PINHEIRO, Manuel Teófilo Costa – 99,
102, 103, 106, 107, 114, 115, 116, 118,
123, 129, 139, 149
PINTO, Roquete – 176, 206
PIRES, Teles – 118, 120, 121
PIRINEUS – 106, 107, 199, 201, 246
PIUACA, Parriba Parakina – 221

Q

QUADROS, Everton – 32

R

REIS, L. T. – 155
RIBEIRO, Alípio de Miranda – 99, 102,
117, 265
RIBEIRO, José Alves – 41, 42
ROCHE, Alphonse – 78
ROLIM DE MOURA – Ver TAVARES,
Antônio Rolim de Moura
RONDON, Cândido Mariano da Silva
– 27, 29, 30, 32, 33, 34, 37, 38, 40,
41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 54, 55,
56, 57, 61, 63, 64, 69, 70, 71, 72, 73,
75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85,
86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95,
96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103,
105, 106, 107, 109, 110, 111, 113,
114, 115, 116, 117, 118, 119, 120,
121, 122, 125, 126, 127, 128, 129,
133, 134, 135, 136, 137, 139, 140,
141, 142, 143, 144, 151, 153, 159,
160, 161, 162, 163, 164, 165, 171
173, 174, 175, 176, 177, 178, 183,
184, 203, 206, 207, 211, 213, 214,
215, 219, 220, 222, 225, 226, 227,
231, 233, 234, 235, 236, 237, 238,
239, 240, 241, 242, 243, 244, 245,
246, 247, 248, 249, 250, 251, 252,
256, 257, 263, 269

ROOSEVELT – Ver ROOSEVELT,
Theodore
ROOSEVELT, Kermit – 235, 237, 239,
247, 269
ROOSEVELT, Theodore – 30, 120,
141, 162, 231, 233, 234, 235, 236,
237, 238, 239, 240, 241, 242, 244,
245, 246, 247, 248, 249, 250, 251,
252, 253, 254, 255, 256, 257, 259,
267, 269, 273

S

SANKA, Miguel – 105, 106, 107
SANTANA, Alcides Lauriodó – 243,
263
SANTOS, Paulo Fernandes dos – 99,
115, 116, 123
SENA, Custódio de – 48
SERRA, Ricardo Franco de Almeida –
46, 47
SIG, Jacob (enfermeiro) – 269
SILVA, José Joaquim Ferreira da – 92
SILVA, Sebastião Pinto da – 128, 129
SOUSA, Antônio Pirineus de – 100, 120,
258, 263
SOUSA, Boanerges Lopes de – 137
SOUSA, Francisco Marques de – 120
STEIN, Carlos von den – 78, 159, 173

T

TANAJURA, Joaquim – 99, 100, 102,
129
TAUNAY (visconde de) – 53
TAUNAY, Adriano – 47
TAVARES, Antônio Rolim de Moura –
46, 47
TEIXEIRA SOARES – 43
TEIXEIRA, Pedro Craveiro – 94, 118

282 *Missão Rondon*

TELES PIRES – 78, 118, 120

TOLEDO, Pedro de – 242

TOLOIRI – 54

U

UAZACURIRI-GAÇU – 55, 61, 71, 72

V

VASCONCELOS, Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca – 120, 141

VESPÚCIO, Américo – 94

VILLEROY, Augusto Ximenes – 118

W

WEISS, Leopoldo – 43

X

XAVIER JÚNIOR, Francisco – 99,
123

Z

ZAHM (padre) – 239, 269

ZAVADAIÇU – 54

Missão Rondon, coletânea de artigos publicados pelo *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, em 1915, foi composto em Garamond, corpo 12, e impresso em papel vergê areia 85g/m², nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de Editoração e Publicações), do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em julho de 2003, de acordo com o programa editorial e projeto gráfico do Conselho Editorial do Senado Federal.